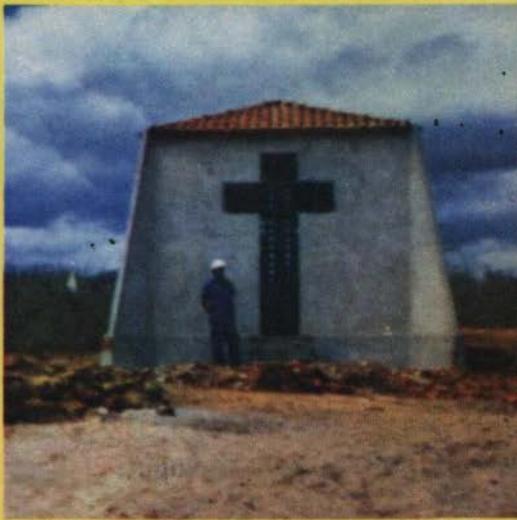
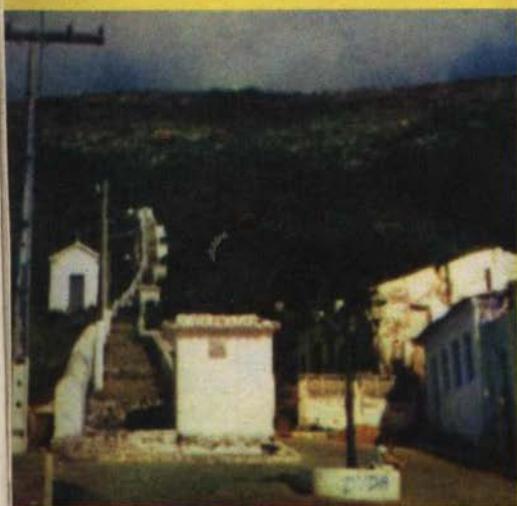


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS





A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Al. Marcião

Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

20.455 - Rio de Janeiro (RJ)

| | |
|---|----|
| A GUERRA DAS CAATINGAS | 7 |
| Davis Ribeiro de Sena | |
| CASTELLO BRANCO — OFICIAL DE ESTADO-MAIOR, CHEFE MILITAR E ESTADISTA | 29 |
| Carlos de Meira Mattos | |
| O MILITAR E A POLÍTICA NA REPÚBLICA | 58 |
| Ivan Cosme de Oliveira Pinheiro | |

231

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

| | |
|---|-----|
| DÍVIDA EXTERNA E PENÚRIA NACIONAL | 53 |
| Benjamim Medeiros | |
| UMA IMPORTANTE QUESTÃO DE... PALAVRAS | 107 |
| Roberto Misco Filho | |
| A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES | 113 |
| Osmar José de Barros Ribeiro | |
| PANACÉIAS IDEOLÓGICAS | 118 |
| Edmirson Maranhão Ferreira | |
| ORIENTAÇÃO VOCACIONAL, PROCESSO FACILITADOR DA ESCOLHA OCUPACIONAL | 122 |
| Antonio Fernando Gomes da Costa | |
| AMÉRICA LATINA: COOPERAÇÃO OU CONFLITO? | 127 |
| Emilio Meneses | |

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

| | |
|--|----|
| TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA ARTILHARIA DE CAMPANHA | 42 |
| Kleber F. de Oliveira | |
| SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA NA ZONA DE COMBATE | 96 |
| João de Azevedo | |

| | |
|-----------------------------|-----|
| ERRATA | 4 |
| EDITORIAL | 5 |
| DESTAQUES DA IMPRENSA | 151 |
| INFORMAÇÕES | 164 |

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Presidente Tenuzka — BENITOOLIO MUNIZ, ARISTIDES ALVIM DE CARVALHO & C. DE SOUZA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo manejador:

Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Ribeiro (redatores); Francisco de Paula Costa, Mario Cremesino, Lima e Silva, Faria Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Eustáquio Figueiredo, Taborda, Amaro Vila Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

| | |
|----|---|
| 50 | CRÍTICA MILITAR E SEU DIA-DIA |
| 52 | O MILITAR E A POLÍTICA NA REPÚBLICA |
| 54 | LEIAIS COMO OS DEPÓSITOS DA INFLAÇÃO |
| 56 | ESTUDOS HISTÓRICOS, TECNOLÓGICOS E SOCIAIS |
| 58 | DUALDADE EXTERNA E FENÔMENO NACIONAL |
| 60 | BREVES MEMÓRIAS |
| 62 | UMA IMPORTEANTE QUESTÃO DE... PFLAVRAS |
| 64 | REFLEXOS MÍDIA |
| 66 | COMUNICAÇÃO SOCIAL E A UTILIDADE DE INFORMAÇÕES |
| 68 | ONDE JÁ SE SAIU DE BOM |
| 70 | MANEIRAS DE SOCIOCULTURAIS |
| 72 | EMPOSSAÇÃO MILITAR |
| 74 | ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA |
| 76 | ESCOLA DE GUERRA |
| 78 | AMÉRICA LATINA COOPERANDO OU CONFRONTOS |
| 80 | ARMAMENTO LATINO-AMERICANO |
| 82 | EMILIO VIEIRA |



NOSSA CAPA

CANUDOS — Aspecto atual da localidade que foi cenário no início da República, da chamada "Guerra das Canudos".

A DEFESA NACIONAL N.º 1
10º de Outubro — 1913

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio D
Praça Duque de Caxias, 25 - 3.^o and
20.455 - Rio de Janeiro (RJ)



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente: Gen Bda Arnaldo Serafim

Diretor-Secretário: Cel Sady Nunes

Diretor-Administrativo: Cel Geraldo Martinez y Alonso

Diretor-Tesoureiro: 2º Ten Roberto Fraga Gadelha

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel José Antonio Gama de Menezes

Cel Salim Nigri

T C Márcio Paiva Barroso

Suplentes: T C Hiroito Soares Gonçalves Onça

T C Jorge Tavares da Costa

T C Antonio José de Rezende Montenegro

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe: Gen Bda Arnaldo Serafim

Redator-Executivo: Cel R/1 Virgílio da Veiga

Conselho Editorial: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis

Cel Claudio Moreira Bento

CMG José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Publicidade: Cel R/1 José Eugênio de Carvalho

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para serviço de Relações Públicas da Bibliex - tel: (021) 253-7535

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20445 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

FOTOCOMPOSIÇÃO: ArtLine Produções Gráficas Ltda.

IMPRESSÃO: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

ERRATA

Tendo em vista o universo dos assinantes civis de *A Defesa Nacional*, tem sido preocupação da redação da Revista traduzir, por extenso, as abreviaturas militares constantes dos textos dos seus artigos.

Por falha de revisão imperdoável, no artigo "Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados" (ADN 744 - Jul/Ago 1989, páginas 76 a 85), a abreviatura do texto original *Com* foi traduzida *COMUNICAÇÕES*, quando o correto seria *COMISSIONADO*.

De fato, o artigo se referia a acontecimentos ocorridos entre 1920 e 1938, quando a Arma de Comunicações não tinha sido ainda instituída no Exército Brasileiro, o que só veio a ocorrer pela Lei 2.851, de 25 de agosto de 1956 (D.O. nº 199, de 28.08.56 — Art 58).

O equívoco foi percebido pelo Coronel de Infantaria Joaman Loureiro de Abreu e Lima, Comandante do 17º Batalhão de Caçadores (17º BC) que, em ofício nº 453-SI,

de 30.11.89, solicitou, ao Diretor da Revista, a retificação do publicado na página 81 da edição acima assinalada, em relação ao Major José Thomaz Gonçalves, de *Major de Comunicações* para *Major Comissionado* (no caso, Major Comissionado de Infantaria, segundo pesquisa do Arquivo Histórico do Exército).

Aqui fica a retificação, com um apelo aos nossos colaboradores para que facilitem o trabalho da redação, traduzindo, por extenso, as abreviaturas militares, antes ou depois das mesmas, bem como as siglas de qualquer natureza, de modo a evitarem-se equívocos desagradáveis, como o ocorrido. Aqui ficam, também, os agradecimentos ao Comandante do 17º BC, que os detectou.

A retificação é válida para o Major Thomaz Cantuária (página 81), o Tenente-Coronel Antonio Eneas Galvão e o Alferes Amaro Francisco de Moura (página 82).



EDITORIAL

A DAS CAATINGAS

Davis Ribeiro de Senna

A GLASNOST E A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

O por-se à iminente tomada do poder pelo radicalismo ideológico foi o fator de coesão determinante do envolvimento das Forças Armadas no processo político deflagrador da Revolução de 31 de Março de 1964. E a renitência do perigo vermelho foi que motivou a sucessão dos governos militares.

Outra interpretação a respeito carece de consistência e se torna passível de suspeição.

O processo de ocidentalização por que vem passando o mundo comunista, a partir de sua matriz, patrocinado pela Glasnost, realçam hoje seu acerto e a redime dos excessos marginais em que possa ter-se envolvido.

Se a Revolução não tivesse acontecido, poderíamos estar vivendo hoje a situação dos satélites terceiromundistas do marxismo, para livrarem-se do equívoco que perturbou a vida das nações por quase todo um século. E a crise em que nos defrontamos teria dimensão de tragédia, diante de um País exaurido pela guerra interna, que tem sido a constante da transição para o socialismo-comunista.

Ao ensejo de mais um aniversário da Revolução, essa observação se afigura oportuna. Mortemente quando o resultado das urnas de 15 de novembro apontam a preferência da sociedade para um caminho que mais se aproxima dos seus ideais, que das fantasias pregadas pelos que se ocupam em exorcizá-la.



A GUERRA DAS CAATINGAS

Davis Ribeiro de Sena

*"Depois de uma batalha perdida,
nada é mais desolador
do que uma batalha ganha."*

Wellington, vencedor em Waterloo,
ao lamentar o extermínio da Guarda de Napoleão.

Neste ensaio, o autor examina o fenômeno Canudos em função das realidades políticas, econômicas, sociais e militares determinantes da conjuntura que o produziu e o administrou.

1. PROCURANDO ENTENDER CANUDOS

A extinção do morgadio pela República derrubara a viga mestra do sistema fundiário brasileiro herdado do período colonial e, juntamente com a inovação da autonomia concedida aos estados da federação, contrastava com a tradicional centralização do poder nas mãos do Imperador, sabidamente uma das principais causas da unidade nacional deste país. A consequência imediata dessa des-

centralização administrativa foram os mal-entendidos surgidos a respeito dos limites das atribuições das autoridades estaduais, municipais e federais, isto é, onde começavam e onde terminavam as responsabilidades legais de cada nível de governante.

A partir do estabelecimento da Constituição de 1891, a intervenção do governo central só era admitida por intermédio de pedido específico da unidade federativa interessada, após esgotar os próprios recursos empregados para debelar os fo-

cos de tensão. Taxas e impostos passaram para a órbita dos estados e municípios, propiciando divergência entre eles e reação das populações que sofriam os reflexos negativos dessa acomodação inicial, devido à mudança institucional imposta ao país. No próprio Governo Federal havia cisão de opiniões, eis que alguns confundiam as reformas introduzidas com o surgimento anômalo de "Estados dentro do Estado".

A República acelerou as aspirações de progresso econômico, contrapondo-se ao conservadorismo monárquico. Os grupos financeiros internacionais aumentaram seus interesses e negócios com o Brasil e foram fundados vários bancos estrangeiros e abertas firmas importadoras e exportadoras nas principais capitais estaduais, sendo incrementado o crédito e o financiamento, particularmente às exportações de produtos primários como café, borracha, mate, açúcar, fumo e algodão. Em compensação, a importação de manufaturas imprescindíveis e de bens supérfluos pressionava o balanço de pagamentos, gerando crises financeiras internas, em face do acúmulo de compromissos assumidos no exterior.

A desvalorização da moeda, a cupiduz dos financistas internacionais, as ambições e inexperiência do incipiente empresariado nativo etc, levaram o país, em 1891, à sua primeira grande "crise de desenvolvimento": o chamado "encilhamento", resultado da passagem abrupta

ta de uma situação de economia centralizada para um excessivo liberalismo econômico, descentralizado, com reflexos negativos no sistema tributário.

Acrescente-se, ainda, o desajustamento social, fruto da libertação dos escravos, inicialmente responsável pelo desamparo do principal contingente humano produtivo. Essa mão-de-obra emergente e empobrecida estava insatisfeita com os baixíssimos salários, o descaso, o menoscabo e o desrespeito com que eram tratados pelas elites dirigentes. Ao seu lado colocavam-se, solidárias, as primeiras levas de trabalhadores imigrantes, principalmente italianos, que contribuíram decisivamente para a explosão industrial paulista, mas trouxeram consigo o "vírus contagioso" dos direitos sociais exigidos pelo segmento operário em troca do seu trabalho. Eram os chamados "anarquistas". Sem dúvida, o Brasil atravessava um dos mais críticos momentos de sua árdua trajetória histórica.

* * *

"Saúdo primeiro magistrado que saberá felicitar a nação pt FP".

Através de telegrama com esse singelo teor, o Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente Marechal-de-Campo Floriano Rodrigues Peixoto homenageava o seu substituto Dr Prudente José de Moraes Barros — o "Biriba" — pri-

meiro Presidente do Brasil eleito em eleições diretas, representando a oligarquia cafeeira.

O Presidente Prudente saiu, então, de Piracicaba (SP) e dirigiu-se de trem ao Rio de Janeiro, sede do Governo Federal. Ninguém o esperava na estação, nem havia previsão de transporte para ele. Alugou um tilburi e dirigiu-se, com a família, para o Hotel dos Estrangeiros, no bairro do Flamengo, onde, mais tarde, recebeu o Capitão-Tenente Sadock de Sá, ajudante-de-ordens do Vice-Presidente em exercício, que lhe apresentou os cumprimentos em nome de seu chefe. Prudente aproveitou o ensejo para solicitar uma audiência a Floriano, mas deste não obteve resposta. No dia da posse, foi conduzido de carro ao Senado Federal (Praça da República) pelo Embaixador inglês, assumindo a Presidência, normalmente. Do Senado, dirigiu-se de gôndola da praça ao Itamarati (Sede do Governo), onde não havia viva alma para recebê-lo. Nem guarda, nem criados. Meia hora depois, chegava o Ministro do Interior e Justiça, Cassiano do Nascimento, para explicar-lhe que poderia considerar-se investido no cargo de Presidente da República. Estavamos no melancólico dia 15 de novembro de 1894, que deveria ser uma data festiva. A cidade estava intranquiila e o povo, como sempre, alheio aos acontecimentos.

O Presidente Prudente — “Prudente de Mais”, na opinião dos jacobinos — era um político ta-

rimbado, republicano de primeira hora. Eleito pelo novel Partido Republicano Federal, juntamente com Manoel Victorino, fora candidato em oposição a Deodoro, no Congresso, ocasião em que obteve surpreendentes 97 votos contra 129 conferidos ao Proclamador da República. Em compensação, seu companheiro de chapa Floriano Peixoto derrotou o oponente da chapa oficial Almirante Eduardo Wandenkolk e fora empossado na Vice-Presidência do futuro Generalíssimo Deodoro.

Evidenciando que os militares responsáveis pela República não compartilhavam das mesmas idéias do Congresso que, embora republicano em sua maioria, entrara em rota de colisão com o poder executivo, o Vice-Presidente Floriano — e, por isso mesmo, Presidente do Congresso Nacional — jamais compareceu àquela casa legislativa para conduzir as sessões plenárias. O Senador Prudente, Presidente do Senado, assim, dirigiu os trabalhos da Constituinte de 1891.

Mas a identidade de propósitos não era unânime, também, entre os militares: Deodoro, ao ver fracassado o seu intento de assumir o poder absoluto e ter que recolher-se à vida privada, dirigiu-se à nação denominando o Vice-Presidente da República, seu substituto constitucional, simplesmente de “funcionário encarregado”.

Após o explosivo período floriano, Prudente assumiu o poder com a intenção clara de conter os

ânimos exaltados pela guerra civil, contrariando as intenções dos republicanos radicais que não renunciavam à condição de vitoriosos no conflito armado eclodido no Rio Grande do Sul e irradiado a toda a região sul-brasileira, com ligações profundas na maioria da oficialidade da Armada, então em permanente estado de insatisfação. Segundo José Maria Belo, o êxito da presidência civil seria fruto da "reação armada dos federalistas e da Marinha, sem a qual a República teria marchado para as ditaduras militares". Urgia a pacificação da sociedade brasileira, em vias de ser vítima de outros conflitos armados de consequências imprevisíveis. A paz foi assinada em 23 Ago 1895, vencendo delongas e difíceis negociações, mas dando início à batalha da anistia geral travada no Congresso e procurando superar seqüelas e ressentimentos disseminados entre os vários segmentos políticos discordantes. Finalmente, em 21 Out 1895, o Presidente decretou a tão almejada anistia, excetuando, entretanto, os militares, "que só voltariam ao serviço ativo depois de dois anos".

No campo econômico a situação era de igual apreensão. As intentonas e a guerra civil levaram Floriano — que já recebera o erário público em precárias condições — a transmiti-lo quase falido ao seu sucessor. Nas trocas comerciais, o preço médio da saca de café (60 quilos) caíra de 4 libras, em 1889, para apenas 2,5 em 1897, em que pe-

se a produção ter dobrado de 4 para 8 milhões de sacas, 2/3 da produção mundial. A debilidade econômico-financeira forçara o governo anterior a emitir quantia superior a 700 mil contos de réis em papel-moeda e, impedido de executar qualquer plano administrativo, por força da inquietação política e das agitações institucionais, prudente sobrevivia à custa de improvisações de momento, além de valer-se de um empréstimo externo de um milhão de libras em letras do Tesouro Nacional. Nesse curto e instável período da evolução política da Nação Brasileira, eclodiu, arrastando consigo toda a sorte de emoções e consequências danosas, a crise de Canudos, com os dois conselheiros à frente do processo político-social que abalaria o sistema republicano: o Conselheiro Luiz Viana, Governador da Bahia e Antônio Vicente Mendes Maciel, o místico Antônio Conselheiro. O Exército foi, então, empregado em uma campanha para a qual, apesar de motivado, não estava adequadamente adestrado, eis que ainda se refazia dos ferimentos físicos obtidos na Revolução Federalista, além de estar minado por outras mazelas contraídas nas duras campanhas desagregadoras da fase da consolidação da República, pela qual se considerava o principal responsável.

Pois bem. Sentindo-se cercado por seus opositores, sem o necessário apoio institucional, e visando a salvar a dignidade do cargo de primeiro magistrado do país, o Presi-

dente Prudente valeu-se de sua delicada saúde e se recolheu a um hospital, onde se submeteu a uma intervenção cirúrgica, que exigia período de convalescência posterior. Em decorrência do fato consumado, Manoel Victorino Pereira, eleito Vice-Presidente aos quarenta e um anos, assumiu a presidência aos quarenta e três. Político jovem, culto, sem compromisso com o passado, simpático aos jacobinos, já governara seu estado, durante o governo de Deodoro, por indicação de Rui Barbosa e era considerado um homem resoluto e integrante do esquema político-militar armado para enfrentar a crise canudense. Brilhante médico, jornalista destacado, estudante excepcional, segundo Pedro Calmon, "tornou-se o Salvador, o homem que reergueria a República, tão enferma quanto o seu Presidente", e assumiu o cargo como se fora Presidente eleito, e no pressuposto de que exerteria seu mandato até o final do quadriénio, através de planos próprios de governo. Imediatamente, substituiu todo o ministério e transferiu a sede do Governo Federal, do Itamarati para o Palácio do Catete (adquirido ao Conselheiro Mayrink), que inaugurou celebrando um suntuoso baile, de grande repercussão na sociedade mundana da época e que, na língua ferina de seus críticos mais contundentes, lembrava o famoso baile da ilha Fiscal. O General Dionísio Cerqueira foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, e o General Francisco de Paula Argolo as-

sumiu o Ministério da Guerra, completando a equipe de baianos ilustres, considerados capazes de eliminar a ameaça conselheirista, em curto prazo.

A coluna Moreira Cesar — entre todas a mais bem organizada — foi enviada ao alto sertão baiano, a fim de reduzir o arraial rebelde que, na ótica dos republicanos mais extremados, era uma tentativa de restauração monarquista. O desastre dessa expedição — ocasião em que frações do Exército atingiram o nível operacional mais baixo de toda a nossa História Militar — e a morte em combate de seu bravo Comandante, foi a sentença capital ao efêmero Governo Victorino. Em 06 Mar 1897, logo após a derrota comprometedora, Prudente de Moraes entrou inesperadamente no Catete (o presidente em exercício veraneava na Tijuca, bairro carioca), ocupou o Palácio e comunicou ao Vice-Presidente que acabara de assumir o poder, pois estava restabelecido.

Entretanto, a situação política continuou tensa, com repercussões perniciosas na Força Terrestre, incapaz de absorver com serenidade o surpreendente e fragoroso revés imposto pelos fanáticos de Antonio Conselheiro, verdadeira comoção nacional: agitação e tumulto no Largo de São Francisco e nas principais ruas do centro do Rio de Janeiro; impunidade aos empasteladores dos jornais "sebastianistas"; absolvição dos assassinos do jornalista monarquista Cel Gentil de Cas-

tro — morto a tiros e punhaladas na estação de São Francisco Xavier, ao lado do Visconde de Ouro Preto, salvo milagrosamente; ataques verbais virulentos ao Presidente, no Congresso; indisciplina generalizada nos corpos de tropa, forçando o Ministro da Guerra a determinar o recolhimento de todos os militares aos respectivos quartelamentos. A seguir, os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha chegaram ao címulo de vaiar o seu Comandante, amotinando-se em 26 de maio, ocasião em que foram cercados por terra e mar, o que os levou à rendição e ao desligamento disciplinar, punição estendida aos alunos da Escola Militar de Fortaleza, solidários aos seus companheiros do Rio de Janeiro. O Governo Federal fortaleceu-se ainda mais ao extinguir os “batalhões patrióticos”, organizados após a morte de Castro (08 de março) e encontrou forças para livrar-se de Francisco Glicério, através de manobra política efetuada na Câmara de Deputados, e nomear o Marechal Carlos Bittencourt para o Ministério da Guerra.

O lamentável episódio da tragédia de Canudos, contudo, não foi encerrado nas caatingas nordestinas. As paixões desenfreadas, as feridas dolorosas, os interesses inconfessáveis, os ódios incontidos, transferiram seus males e rancores até o atentado de 05 de novembro de 1897, uma hora da tarde, no cais Pharoux, no momento do desembarque de parte das forças comba-

tentes, que regressavam da área de operações: a mão assassina de um anspeçada — cujo nome o autor declina de mencionar — fere mortalmente o Ministro Bittencourt, após atentar contra a vida do Presidente Prudente. A roda viva de insensatez é acelerada: jornais da oposição (“O Jacobino”, “Folha da Tarde” e outros) são empastelados; o Congresso decreta o estado de sítio por trinta dias; inquérito policial acusa o jornalista Deocleciano Martyr — proprietário de “O Jacobino” — de mandante do crime político, por intermédio de depoimento espontâneo do juiz Gusmão Lima. Alcindo Guanabara, Barbosa Lima e outros opositores são presos e deportados para a ilha presídio de Fernando de Noronha. Martyr implica autoridades civis e militares, inclusive o Gen Bda Arthur Oscar — o vencedor de Canudos — e o Vice-Presidente Manoel Victorino, que protestou veementemente contra a inclusão de seu nome no rol dos suspeitos, fazendo com que fosse retirado, após constrangedora discussão pública. Logo após, o assassino é encontrado enforcado na prisão.

Em que pese a desordem generalizada, houve fatos positivos nesse período conturbado da implantação do regime republicano em nosso país e a citação de alguns arremata este capítulo:

Reatamento das relações de amizade com Portugal, interrompidas por Floriano, como represália ao asilo concedido por navios por-

tugueses aos rebeldes de Saldanha da Gama; fim das divergências diplomáticas com a Itália, a França e a Alemanha; vitória sobre a Argentina nas questões territoriais das Missões (o presidente dos Estados Unidos, Angus Cleveland, foi o árbitro); devolução pacífica da ilha da Trindade ocupada arbitrariamente pelos ingleses, além de outras medidas políticas e econômicas de interesse nacional, como o fortalecimento do sistema federativo, a manutenção dos direitos do cidadão e a continuidade do processo democrático. Passado o dilúvio, o Presidente Prudente José de Moraes Barros (1894/98) entregou tranqüilamente a faixa presidencial ao seu sucessor eleito e empossado (Manoel Ferraz de Campos Sales) e entrou na história considerado por muitos brasileiros como "O Pacificador".

2. COMBATER É PRECISO

O desígnio do egocêntrico Antonio Maciel de conduzir sua gente miserável até as últimas consequências, e o propósito da República passional de exterminar vidas humanas, sem contemplação, é de estarrecer.

O fenômeno Canudos é fato histórico extraordinário, de difícil entendimento, talvez o mais intrincado evento já acontecido em nossa memória e ainda carente de avaliação desapaixonada. Para entendê-lo, é necessário — além de paciente, longa e profunda pesquisa — conhecer a área e reportar-se

ao comportamento da sociedade brasileira à época. Principalmente o papel exercido pela Força Terrestre, que recebeu a missão explícita de resolver o "caso Conselheiro". Ora, o Exército só sabe combater. Para esse fim ele existe e tem as suas atribuições claramente definidas nas constituições brasileiras, desde a primeira que foi redigida. Ao investir sobre Canudos só uma idéia-força norteava os chefes militares: vencer, pois não há substituição para a Vitória.

Esta constatação lógica não exime os chefes militares das críticas construtivas que o analista isento tem o compromisso de tornar públicas. Ao contrário, a ação de pessoas de cujo discernimento e valor dependem vidas humanas deve ser aferida com rigor, ainda mais quando essas vidas são de jovens subordinados hierárquicos que foram conduzidos ao campo de batalha não necessariamente confiantes na causa pela qual lutavam, mas, simplesmente, cumprindo seu dever cívico. Estar adequadamente preparado para chefiar a tropa em combate é dever inexorável do líder militar de todos os níveis, bem como o autocontrole emocional e a generosidade com os vencidos são exemplos de Caxias. O essencial é não creditar ao Exército, enquanto instituição, os abusos cometidos porventura por alguns homens que, eventualmente, exerceram funções de chefia, falíveis, portanto.

A dura realidade que aflorou na Campanha de Canudos foi que

certos chefes militares estavam, no mínimo, desatualizados com os avanços tecnológicos e táticos do momento, parados no tempo, praticamente investidos do poder policial, cuidando das feridas glóriosas obtidas em outras campanhas e comovidos com a sorte pungente de companheiros mortos ali e insepultos. Movia-os a ira incontrolável contra os fanáticos. Tal assertiva não exclui a presença de oficiais serenos e competentes que lideravam os expedicionários, administrando valorosamente as adversidades surgidas.

As colunas destinadas a Canudos foram conduzidas como diligências punitivas e, não, como operações de guerra convencional, como deveriam ter sido orientadas. Não obstante o poder relativo de combate ser francamente favorável aos legalistas, eles ficaram imobilizados pela própria desorganização dos apoios, que entraram em colapso, e pela doutrina de emprego, que incapacitava a infantaria de progredir sobre um inimigo determinado e munido de fuzis de repetição de tiro ajustado: as posições defensivas seriam conquistadas a baioneta, sendo proibido o disparo das armas individuais, durante os lanços. Posicionar a artilharia antecedendo a infantaria e executando o tiro direto, à frente do dispositivo de ataque, foi uma novidade que não apresentou resultados positivos. No que se refere ao setor doutrinário, simplesmente inexistentes os regulamentos e manuais técnicos e de

campanha. Moreira César adquiriu notoriedade e admiração, no Exército, pela difusão do regulamento de sua autoria, que disciplinava o serviço em campanha. Além do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), havia o RSA — Regulamento dos Serviços Administrativos — e o RISG — Regulamento de Instrução e de Serviços Gerais — que regulavam as tarefas internas desenvolvidas na caserna, em tempo de paz e uns poucos elaborados por oficiais dedicados que procuravam aperfeiçoar os seus conhecimentos obtidos na Escola Militar, pela própria iniciativa, consultando documentos castrenses estrangeiros, particularmente alemães, adquiridos com as próprias economias e redigindo trabalhos baseados nessas experiências. Não existia instrução diária para a formação do combatente, dividida em períodos com início, meio e fim, inexistindo, também, uma data fixa de assentamento de praça que propiciasse a organização de turmas homogêneas, detentoras do mesmo conhecimento teórico e prático, evoluindo com o avanço do tempo. O conscrito podia ser incorporado em qualquer dia útil do ano civil. Os quadros e a tropa compareciam ao quartelamento e lá permaneciam durante as horas de expediente, principalmente para dar a ação de presença e fazer a manutenção do armamento, do equipamento e das dependências do prédio. As instruções de tiro eram escassas. O Exército era profissionalizado e o interessado podia as-

sentar praça, dar baixa e retornar ao serviço ativo várias vezes. O Comandante da unidade valor BI era o responsável único pelos recrutamento, disciplina, pagamento e promoção das praças, aquisição de material e de animais. A dotação orçamentária era votada para a Unidade diretamente pelo Congresso Nacional, sobre um efetivo previsto em lei. Se esse número fosse menor, a diferença raramente era restituída. Por isso, havia muitos claros no mapa-da-força, resultando que uma Organização Militar constava no organograma da Instituição com determinado efetivo, mas, na realidade, ela enquadrava menos pessoal.

Canudos é o marco principal da História Militar brasileira. Aquele triste episódio, onde a Força Terrestre nacional teve atuação ainda obscura, em face da reduzida difusão dos seus profundos ensinamentos, definiu a única direção a ser seguida, para continuar a ser uma organização regular, permanente e confiável: modernizar-se ou sucumbir.

Ainda pensando as profundas cicatrizes abertas pela árdua e sanguenta Guerra do Paraguai, campanha eivada de exaustivos e longos percalços, mas em que tivera desempenho amplamente meritório, nosso Exército, ao enfrentar os jagunços e as caatingas de seu próprio território, atravessava crônica crise existencial: menosprezado pelo Imperador — desconfiado de sua lealdade à coroa — que dava priorida-

de de seu governo à Guarda Nacional; com o efetivo reduzido; debilitado pelo intransigente jacobinismo predominante entre a oficialidade; divorciado e isolado do intercâmbio com os principais exércitos do mundo; infiltrado pelo sectarismo partidário, que chegava ao ponto de fazer alguns de seus oficiais esquecerem seus principais compromissos profissionais; dividido pelo deletério maniqueísmo de "doutores" e "tarimbeiros" e pela aguda crise política gerada pela recente implantação do regime republicano, ocasião em que exercera o papel de principal mentor da queda da monarquia; sem formação doutrinária do oficial de estado-maior; coexistindo com permanente crise interna que chegava à rebeldia, através de motins e demonstrações individuais e coletivas de indisciplina; enfrentando uma indesejável e desgastante desconfiança para com a tradicional irmã de uniforme, a nossa Marinha de Guerra, monarquista na maioria de seu efetivo e às voltas, por sua vez, com sucessivas sublevações da ordem em suas fileiras. Enfim, era a luta pelo poder, momentaneamente instável e vacilante, entregue às mãos civis, consideradas incapazes e frágeis, propiciando, assim, a retomada pelos militares. A guerra civil de 1893/4 abrirá feridas profundas nas forças armadas, de cicatrização dolorosa.

O soldado combatente, o principal agente da guerra, não estava conscientizado da missão a cumprir. No fundo, se identificava mais

com a gente do Conselheiro — pois oriundo da mesma camada social — e não entendia o bombardeio das igrejas católicas, transformadas em cidadelas pelo inimigo, considerando esse fato imperdoável pecado mortal. Simplesmente arrebanhado do convívio familiar, metido nos porões e conveses dos navios e conduzido àquele sertão brabo, sem a menor explicação, ainda tinha que enfrentar o suplício da viagem de trem, assim como a estafante marcha a pé (os oficiais a cavalo), pesada mochila às costas, pesada munição nas patronas, pesado fuzil a tiracolo, pesadas botinas nos pés, todo apertado naquele incompreensível e calorento uniforme, calças vermelho garance, túnica azul ultramar, abotoada até o pescoço. Os boatos negativos minavam-lhe a moral.

* * *

Arthur Oscar, já em Queimadas, decidiu constituir uma 2^a Coluna através de Sergipe, simplesmente porque aquele eixo (Queimadas-Monte Santo-Canudos) não comportava toda a tropa de que dispunha. Sem prever regiões de destino intermediárias, decidiu que a tropa se deslocaria pela trilha em “formação de quatro de fundo”, isto é, o escoamento era longo: quando a testa do dispositivo estivesse atingindo Cansanção, a retaguarda estaria iniciando o movimento em Queimadas. Daí, a criação da 2^a coluna, não respalda-

da em decisão tática, mas por imposição geográfica. Enfim, seria uma decisão acertada, desde que fosse estabelecida a ligação constante, entre ambas. Entretanto, a única medida de coordenação e controle foi determinar a data de encontro em Canudos. Correu o risco, inconcebível em um comandante tático, de ser batido por partes.

A idéia fixa era a mesma de Moreira César, por isso era fixa: investir a localidade ao início do crepúsculo matutino náutico e à tarde, ao fim do crepúsculo, justiçar os bandidos capturados. Em seguida, retornar à Capital Federal e receber as honrarias relativas ao feito. Em momento algum, o Comandante avaliou uma linha de ação que previsse a posse dos acidentes capitais que rodeavam o arraial, isto é, cercá-lo. Ele simplesmente desprezou o fato de que os 5.000 homens postos ao seu comando teriam que ser alimentados e controlados durante o intervalo entre o início de deslocamento e o assalto ao reduto adversário. Neste ponto é que fracassaram a liderança e a previsão logística. Este foi o ponto nevrálgico, a causa principal da derrota militar: o ataque lento e parcelado. Não foram os jagunços — implacáveis combatentes — que propiciaram o malogro das operações ofensivas, senão as próprias deficiências inerentes à articulação do dispositivo. Maiores que os trabucos e bacamartes dos sertanejos, eram as próprias desorganizações tática e técnica dos combatentes re-

gulares. Busquemos em nossas deficiências operacionais o motivo desse fiasco inicial e, não, na combatividade — inegável — do antagonista. A expedição, exorcizada de suas deficiências e vulnerabilidades, seria compatível para dominar a posição contrária, sofrendo menos baixas e minorando o sacrifício de seus bravos integrantes, inclusive oferecendo aos seus opositores eventuais, uma rendição digna e menos cruel. Canudos representou um profundo drama passional, agravado por intensa crise de autoridade.

O Rio de Janeiro quase ficou desorganizado pelos militares que faziam a segurança do Município Neutro. Tudo em nome da República, ameaçada pela Monarquia restauradora, no pensamento dos exaltados florianistas, órfãos do chefe prematuramente desaparecido e ansiosos em extirpar aquele "foco de resistência sebastianista, patrocinado pelo Rei da Inglaterra e seus sequeiros encastoados no governo da Bahia". O jacobinismo atingia o auge e reduzia o poder de raciocínio dos dirigentes do novel regime, recentemente imposto pelo Exército.

A Armada, monarquista em seu âmago, observava de longe as dificuldades do sistema de governo, que não apreciava. Há pouco tempo dividira os lauréis e dissabores da luta empreendida no Prata, com seus irmãos do Exército. Agora, neutralizada pelos acontecimentos desencadeados ao sul do país e na Capital Federal, hesitava em aderir completamente àquele estado de

coisas. Os seus companheiros de armas estavam em apuros, sem condições de submeter, com presteza, uma rebelião popular eclodida em "terra ignota". O Exército se exauria numa luta inglória, sacrificava-se frente ao inimigo, sem dar nem pedir quartel.

Ademais, a Força Terrestre não era uma tropa de noviços, eis que desde a sua criação fora empregada em lutas externas e internas incessantes e, retemperada recentemente pela Guerra do Paraguai, levara a Canudos alguns chefes remanescentes daquela campanha e muitos combatentes veteranos do conflito de 1893/4, desencadeado no sul do país. Oficiais e praças sabidamente bravos, profissionais experimentados nas mais adversas condições de luta. Por outro lado, o adversário era gente incivilizada, jagunços broncos, inferiorizados no armamento, no equipamento e sem preparo militar. Não sabiam eles que Canudos demonstraria, de maneira trágica, que mais importante que o adestramento, o uniforme, a doutrina (às vezes defasada no tempo), é a vontade, a fé na causa justa, a confiança no chefe. As outras condicionantes, apesar de reais e indispensáveis, são complemento à determinação inabalável do combatente, em busca da Vitória.

* * *

A missão era simples: "carta branca" e dinheiro vivo entregue nas mãos do Comandante. Simples

para quem dava e de difícil execução para quem a recebia. Nada mais constava do "convite" recebido. "Convite de chefe é ordem", aconselha a sabedoria militar. Assim, os comandantes das frações destinadas a Canudos eram investidos em suas funções. Nenhuma diretriz, orientação, o que seja. Apenas "lavar a honra enxoalhada do Exército". Batalhões oriundos das mais diferentes regiões do país, principalmente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde estavam os maiores efetivos da Força Terrestre, foram destacados celeremente para os sertões da Bahia. Do Rio Grande, abalaram as tropas a pé, permanecendo a Cavalaria a guarnecer a fronteira.

A cadeia de comando foi quebrada logo de início, pois os oficiais, envergando seus vistosos uniformes e oferecendo alvo tão compensador, eram sumariamente eliminados, vitimados pelos tiros certeiros dos atiradores de elite do adversário. A melhor via de acesso, o leito seco do riacho Umburanas, estava enfiada pelos fogos do inimigo e muitas vezes as forças atacantes, julgando estarem em clima de aproveitamento do êxito obtido, viam-se desabrigadas nas posições supostamente conquistadas, servindo de alvo aos atiradores colocados em pontos pre-determinados, que aproveitavam a máxima razânciam de tiro. Os destroços da 3.^a expedição espalhados por todo canto, desprezados pelos jagunços por motivos religiosos, contribuíam para abalar

a moral da tropa, forçada a combater ao lado de cadáveres ressequidos e restos de equipamento militar. Por sua vez, o jagunço estava preparado para a guerra, organizado, resoluto, moldado nas próprias adversidades, experiências e injunções históricas da cultura sertaneja, ao longo do tempo.

É incrível sabermos que os chefes responsáveis, em todos os escalaões, a partir do Ministério da Guerra, jamais pensaram em cortar os itinerários de abastecimento que, vindos do Norte, propiciavam condições de luta ao baluarte de Canudos, ainda que empregando as forças policiais estaduais. Tal procedimento ocorreu mesmo sentindo na própria carne o exemplo dado pelos jagunços que, enquanto tiveram condições, jamais deixaram em paz os comboios regulares de suprimento, através de incessantes ações de comando e golpes-de-mão.

Quanto ao apoio administrativo, inexistiam órgãos fiscalizadores intermediários na estrutura organizacional do Exército. Agravaava a situação a práticas de que quem efetuava o pagamento em espécie era o comandante da subunidade, isto é, o capitão comandante de esquadrão, de companhia, de bateria, através dos furriéis. Para isso, conduziam muares curvados sob o peso dos cofres cheios de moedas referentes ao soldo da tropa. Pode mos imaginar o caos financeiro que assolou Canudos, devido ao prolongamento das operações e à mor-

te em combate de vários comandantes.

O Serviço de Intendência não existia, assim como o sistema de prestação de contas. O Comandante-Geral — Moreira César e Arthur Oscar — era independente em todos os atos, quer operacionais, quer administrativos, imunes a qualquer controle. Missão dada pela finalidade, segundo o jargão castrense.

O Ministro da Guerra, que seria a autoridade militar responsável pela campanha, abdicou dessa atribuição hierárquica e concedeu ao chefe nomeado uma "carta branca" operacional e uma "caixa militar" de recursos inesgotáveis. Tudo em nome da República.

Inexistiam, também, manuais e regulamentos ordenando a doutrina e a técnica, como vimos. A tradição — o chamado "R Praxe" — é que era seguida pelos ordenadores de despesa. Em uma organização militar aquartelada, o costume era obedecido sem maiores problemas, mas avalie o leitor a questão administrativa a ser enfrentada pelo Comando de uma unidade afastada do aquartelamento, carente de ajudantes e burocratas — o chamado estado-menor (praças) — sob o fogo do inimigo e alvo de constantes substituições e baixas em combate. Dantas Barreto relata as agruras dos combatentes na busca de alimentos, cuja aquisição era regularmente indenizada aos especuladores. Trabalhava-se com dinheiro vivo, porquanto não existia o siste-

ma de cheques bancários.

Entrementes, o Ajudante-General, espécie de comandante operacional das forças terrestres, expedía seus avisos e ordens-do-dia e providenciava o recompletamento e o deslocamento marítimo dos reforços. O Quartel-Mestre General, responsável pelo que seria o apoio logístico, era vítima de uma doutrina ultrapassada que se mostrava incapaz de atender o fluxo de suprimento exigido.

É rara a documentação que registra os dissabores administrativos da cúpula dirigente (não existia Estado-Maior Geral) e os arquivos militares são parcos de informações detalhadas no tocante à distribuição das verbas orçamentárias e outras despesas efetuadas na Guerra de Canudos. Como fator positivo, observe-se que o armamento entregue à 4ª Expedição constava entre os mais modernos existentes no mundo.

Havia, subordinada à Ajudância-Geral, no Rio de Janeiro, uma dita Repartição de Intendência de Guerra, encarregada do provimento do equipamento e do material bélicos, haja vista que as OM recebiam diretamente o numerário correspondente à aquisição de matéria-prima e de animais e ao contrato da mão-de-obra necessária para a confecção de uniformes, calçados, móveis, etc. Devido a isto, os comandantes caprichosos apresentavam bem as suas OM e aqueles menos dedicados o faziam de modo precário. Da mesma ma-

frequentes, mas quando caem, são torrenciais. Conseqüentemente, a vegetação que vem a aflorar na região denominada "caatinga", às vezes adensada, mas normalmente rala e muito espinhenta, adapta-se à falta d'água e substitui as folhas pelos espinhos. As plantas desenvolvem órgãos subterrâneos de reserva, como é o caso do umbuzeiro, considerada a árvore protetora do sertão.

Mergulhada em áspera região do sertão baiano, em pleno Polígono das Secas, erguia-se Canudos, antiga e abandonada fazenda de criação de gado. É o centro da figura geométrica formada pelas localidades de Queimadas, Monte Santo, Cícero Dantas (ex-Bom Conselho), Jeremoabo e Uauá, das quais dista quase igualmente. Aquele imensa área, pobre, agressiva, foi razoavelmente povoada, no início da colonização, a princípio devido ao ciclo do açúcar na zona úmida do litoral e, depois, pelas necessidades da criação do gado para alimentar as atividades mineiras no interior de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais.

As vias de transporte para a área, em fins do século XIX, eram a estrada de ferro Salvador-Alagoinhas-Juazeiro e a estrada, quase caminho, Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Uauá. Pelo Norte, apenas o semideserto da Várzea da Ema. Canudos é terra considerada viçosa, para os padrões da caatinga e os únicos caminhos possíveis de utilização, antes de atingi-

la, passavam obrigatoriamente por um dos quatro trechos de difícil acesso, que são: um, vindo de Juazeiro e passando por Uauá; outro, tendo origem em Jeremoabo, passando por Cocorobó; o terceiro, o de Calumbi-Cambaio e o último, de Rosário, na direção geral de Monte Santo-Queimadas.

Além da distância, do terreno árido, da vegetação agressiva, qualquer força, para lá chegar, teria que atravessar uma região estéril, carente de água e de recursos locais, necessitando realizar o transporte de toda a sorte de suprimentos. Toda a configuração do modelado convergia para Canudos, canalizando o gado vindo do nordeste brasileiro para a chapada diamantina e o retorno comercial dessa atividade, transformando a localidade em uma parada obrigatória no fluxo do comércio.

A bacia hidrográfica do Itapicuru inclui Monte Santo, Queimadas e Euclides da Cunha (ex-Cumbe) e a do Vaza-Barris, Canudos, Uauá e Jeremoabo. Juazeiro e a Várzea da Ema pertencem ao vale do São Francisco.

Canudos encontrava-se em uma alça do rio Vaza-Barris, que a cercava em três quartas partes do perímetro urbano e se constituía em fosso natural, em face de suas margens íngremes e pedregosas. A igreja nova, ao sul do arraial, dominava o trecho do rio, bloqueando as estradas que demandam a Queimadas.

Os casebres do lugarejo, irre-

frequentes, mas quando caem, são torrenciais. Conseqüentemente, a vegetação que vem a aflorar na região denominada "caatinga", às vezes adensada, mas normalmente rala e muito espinhenta, adapta-se à falta d'água e substitui as folhas pelos espinhos. As plantas desenvolvem órgãos subterrâneos de reserva, como é o caso do umbuzeiro, considerada a árvore protetora do sertão.

Mergulhada em áspera região do sertão baiano, em pleno Polígono das Secas, erguia-se Canudos, antiga e abandonada fazenda de criação de gado. É o centro da figura geométrica formada pelas localidades de Queimadas, Monte Santo, Cícero Dantas (ex-Bom Conselho), Jeremoabo e Uauá, das quais dista quase igualmente. Aquele imensa área, pobre, agressiva, foi razoavelmente povoada, no início da colonização, a princípio devido ao ciclo do açúcar na zona úmida do litoral e, depois, pelas necessidades da criação do gado para alimentar as atividades mineiras no interior de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais.

As vias de transporte para a área, em fins do século XIX, eram a estrada de ferro Salvador-Alagoinhas-Juazeiro e a estrada, quase caminho, Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Uauá. Pelo Norte, apenas o semideserto da Várzea da Ema. Canudos é terra considerada viçosa, para os padrões da caatinga e os únicos caminhos possíveis de utilização, antes de atingi-

la, passavam obrigatoriamente por um dos quatro trechos de difícil acesso, que são: um, vindo de Juazeiro e passando por Uauá; outro, tendo origem em Jeremoabo, passando por Cocorobó; o terceiro, o de Calumbi-Cambaio e o último, de Rosário, na direção geral de Monte Santo-Queimadas.

Além da distância, do terreno árido, da vegetação agressiva, qualquer força, para lá chegar, teria que atravessar uma região estéril, carente de água e de recursos locais, necessitando realizar o transporte de toda a sorte de suprimentos. Toda a configuração do modelado convergia para Canudos, canalizando o gado vindo do nordeste brasileiro para a chapada diamantina e o retorno comercial dessa atividade, transformando a localidade em uma parada obrigatória no fluxo do comércio.

A bacia hidrográfica do Itapicuru inclui Monte Santo, Queimadas e Euclides da Cunha (ex-Cumbe) e a do Vaza-Barris, Canudos, Uauá e Jeremoabo. Juazeiro e a Várzea da Ema pertencem ao vale do São Francisco.

Canudos encontrava-se em uma alça do rio Vaza-Barris, que a cercava em três quartas partes do perímetro urbano e se constituía em fosso natural, em face de suas margens íngremes e pedregosas. A igreja nova, ao sul do arraial, dominava o trecho do rio, bloqueando as estradas que demandam a Queimadas.

Os casebres do lugarejo, irre-

gularmente distribuídos, constituíam um emaranhado labirinto, obrigando a quem os investisse, tentar conquistá-los um por um. Possuíam abrigos e trincheiras no seu interior e o seu valor defensivo foi agravado com cactus, gravatás etc, tornando-os verdadeiras casamatas. É sobre esse palco, sumariamente descrito e hoje submerso pelas águas da represa de Cocalobó, que se desenvolverá a guerra.

* * *

Vejamos o sertanejo, o guerreiro de Canudos. Partindo do princípio de que os costumes devem ser encarados como documentos que caracterizam uma época, podemos avaliar o homem do sertão semi-árido, no fim do século XIX, uma cultura específica, uma civilização ali instalada que deixou muito pouca literatura autenticamente local, pois a que existe foi escrita por estudiosos forasteiros. Vemos, também, do lado legalista, a adaptação forçada do homem retirado de regiões completamente divorciadas em hábitos daquela em que se encontrava, transformando os utensílios militares em ferramentas e usando as vestimentas dos habitantes do lugar, como o chapéu de couro, a perneira, a alpercafa etc, e sobrevivendo ao assar beijus e raízes de umbuzeiro.

Sob o ponto de vista estratégico, Bom Jesus do Belo Monte era indefensável, como Dien Bien Phu, na Indochina Francesa, na Histó-

ria Militar recente. Era uma depressão, cercada de elevações por todos os lados, que tinham comandamento sobre a chamada cidadela. Bastava apossar-se desses acidentes geográficos — efetivos existiam para essa manobra — que a posição cairia por ser incompatível a uma resistência prolongada. É sem fundamento doutrinário a especulação de escritores leigos que alardeiam a competência estratégica do Conselheiro, por escolher a fazenda abandonada à beira do Vaza-Barris para a edificação do seu império. Antônio Maciel escolheu aquele local apenas por conhecer os sertões como a palma de sua mão, pela existência de água relativamente farta, a inexistência de autoridades, a fertilidade do solo e as boas condições de vida que oferecia. Todavia, como reduto militar era indefensável, porquanto para lá convergiam várias vias de acesso, além de ser cercada por elevações de porte, o que dificultava a sua manutenção.

*Chapéu
Lá de dentro
Assunto
Assunto*

Acompanhar a trajetória fulgurante da vida incomum do Conselheiro equivale a assistir a um filme de ficção, produzido por ocasião da fase mais fértil e inventiva de Hollywood, com uma diferença: é a dura realidade do subdesenvolvimento, despojado de qualquer traço de ilusão. Antônio Maciel não representava, agia. Estava francamente determinado a resistir às investidas das autoridades legais, que,

no seu entendimento, careciam de apoio divino e de respeito do povo, oprimido pela vida infame e que só teria consolo na outra vida, após a morte. "Só Deus é grande", apregoava. Algo tinha que ser feito, logo, para amenizar a dor de sua gente sofrida e dar um paradeiro nas perseguições de que se sentia vítima. Experiente fundador de cidades, decidiu rapidamente criar Belo Monte, o Império dos padecentes, dos resignados, dos incompreendidos, dos bem-aventurados, dos amantes a Deus. Não bastava ter fé.

O local ele já tinha mentalizado, tantas vezes já passara por ali: à beira do Vaza-Barris, a cavaleiro da estrada que levava de Monte Santo a Uauá. Fazenda abandonada, uma tapera, onde não existiam juízes, delegados, prefeitos, coisas que tais. A sua autoridade terrena seria única, incontestável. A palavra de Deus obedecida, sem artimanhas, sem subterfúgios. Da vontade à ação, a distância foi um passo. O ano era 1893.

Belo Monte cresceu como o trigo dos evangelhos. Em pouco tempo superava, em dimensão, as vilas vizinhas e era considerada a Canaã prometida, o paraíso terrestre, de onde os ateus republicanos seriam escorraçados. Ali acorreram os sertanejos de todos os rincões. A vida era pacata: Proibido beber cachaça, as mulheres eram forçadas a manter suas cabeças cobertas pelos seus véus virtuosos. Prostituição, jamais. Cada um vivia as suas

necessidades de subsistência, a feira, o comércio de trocas, pois o dinheiro republicano não circulava. O culto diário, os sermões fluentes do Conselheiro, a criação de bodes, o roçado, a rede confortável. Os moradores circunvizinhos, abandonados pelo poder público, invejavam aquela vida plena de felicidade, no primarismo de seus corações e mentes. Muitos abandonavam seus pertences, suas coisas, seus "trens" e dirigiam-se a Belo Monte, realmente, para eles, o paraíso preconizado pelas escrituras divinas. Todos àquela comunidade bendita, regida por um profeta e seu sistema de partilha dos bens de consumo, inclusive vadios, aventureiros e meliantes.

Antônio Maciel

Antônio Maciel, na realidade, não entendeu a influência social que interpretava, não aferiu a força moral de que dispunha, reflexivo nas suas idéias embaralhadas. Preconizava um império hipotético, que era um protesto contra a exploração, contra o "status quo" estabelecido, mas que não tinha um objetivo definido, um governo responsável e um aparelho dirigente. Aferrar-se a Belo Monte e não permitir a sua profanação, era a meta pouco comprehensível, pelo vazio de idéias, sacrificando aquela gente ofendida e violada, sem retrocesso, sem contemplação.

Procurar entender o Conselheiro é um desafio à inteligência. Tentar compreender o seu pensamento confuso e divergente, uma competição entre a lógica e a su-

perstição. Afinal, o que se passava naquela mente se, comprovadamente, desprezava o dinheiro, o conforto, o consumo, a propriedade, enfim, o poder? A utopia conselheirista encontra respaldo em sua firme determinação: jamais seria feito prisioneiro, jamais se entregaria às autoridades republicanas, os odiados maçons e hereges.

Antônio Conselheiro nunca foi visto pelas forças atacantes. A sua aparência física era conhecida apenas pelas descrições dos relatórios escritos ou pela transmissão boca a boca dos habitantes do lugar. Se ele mudasse seu aspecto visual, isto é, aparasse os longos cabelos e barba peculiares e vestisse um traje comum de sertanejo, abandonaria facilmente a localidade, pelo Norte, se desejasse. Ao contrário, enclausurado no chamado "santuário", deu-se fanaticamente às suas meditações e preces, dormindo no chão imundo, esquálido, alimentando-se frugalmente, assim mesmo por insistência das beatas que davam-lhe água, pirão de farinha e peixe, boca abaixo. Faleceu de morte natural, de inanição, esvaido pela desinteria, cercado por seus prosélitos mais íntimos, no dia 22 Set 1897. Ali mesmo foi enterrado em cova rasa, vestindo o seu surrão de brim azul, rosário rústico no pescoço e alpercatas de couro cru nos pés.
Morto e sepultado o Conselheiro — o "Rei dos Jagunços" — seria de prever-se a queda imediata do Império de Belo Monte. Todavia, os acontecimentos subseqüentes iriam

desmentir essa versão simplista do significado social daquele enclave por ele fincado nas entradas do território nacional. Por que a luta continuou, mesmo após o desaparecimento físico do líder espiritual? Por que os jagunços remanescentes não se entregaram aos seus inimigos, optando por afrontar uma situação totalmente desfavorável, marchando estoicamente para a morte inexorável, prolongando aquele sofrimento inaudito? Por que conduziram conscientemente suas famílias até as últimas consequências, em literal holocausto?

Nos dias atuais, vencidas as incompreensões e os preconceitos pela caminhada imparcial do tempo, acode-nos uma justificativa primordial que traduz, em parte, o comportamento aparentemente irracional daquela gente explorada e humilde: eles defendiam com unhas e dentes o patamar social alcançado, depois de várias gerações de subserviência total, de completa alienação, da ausência de bens mínimos que compensam a existência humana. Por alguns momentos, eles sentiram-se possuidores de um lar, de uma roça, miseráveis, sem dúvida, mas cujas posses eram inteiramente deles. Não cabia entregá-los. Viver sem essas conquistas, impossível. Canudos não era, unicamente, um povoado de fanáticos e bandidos. Era, principalmente, a materialização de uma vida comunitária em que cada cidadão possuía seu canto, produzia a sua subsistência individual e alimentava a sua fa-

O povo de Monte Santo : sua
luta para sobrevivência

mília, enquanto da imensidão do céu, Nossa Senhor Deus Todo-Poderoso abençoava o trabalho realizado, na palavra sempre presente do Bom Conselheiro.

* * *

Belo Monte não era um paraíso terrestre. A comunidade era estratificada em classes bem definidas. Havia os privilegiados, que moravam nas melhores vivendas situadas na rua principal, usufruindo de algum conforto, como os Vilanova, abastados comerciantes. Os negros eram segregados em um gueito denominado Mocambo o "bairro" mais miserável do arraial. Os populares se amontoavam nos humildes casebres de pau-a-pique, erguidos com barro vermelho, cobertos com palha de icó firmada com o mesmo barro, de uma só porta de entrada e sem janelas. Pareciam fornos de olaria. Os índios se ajudavam de qualquer jeito, também separados da maioria dominante dos caboclos. As rixas e querelas eram resolvidas em última instância pelo "Pai", que punia o seu povo com penitências que abrangiam desde a repetição de rezas intermináveis do rosário, até a mais temida: a expulsão de Belo Monte. A ingestão de bebidas alcoólicas era proibida, mas pode-se deduzir a dificuldade para o cumprimento dessa norma, em se conhecendo o comportamento do sertanejo, admirador contumaz da boa aguardente, da purinha cana-de-cabeça. A

saúde pública era lastimável, sendo deplorável o estado de higidez da população, vítima das mais variadas moléstias, desde a "barriga d'água" à "catarata ceguenta". Morriam de morte natural, em média, 8 pessoas adultas, por dia. A mortalidade infantil atingia os hoje chamados "níveis alarmantes". O cemitério novo era o principal hospedeiro dos canudenses. Corpos de "anjinhos" e de pecadores disputavam lugubrememente as covas rasas abertas incessantemente. Porém, eram enterrados cumprindo os ditames da fé cristã: Cânticos e ladinhas, choros e lamentações compunham o ritual no piedoso acompanhamento do féretro. Os desfuntos de melhores condições financeiras eram enterrados em caixões de madeira, com mortalha, flores e tudo, enquanto que os deserdados da sorte viajavam para o outro mundo na própria rede ou esteira que usavam em vida. Morrer era a salvação. Aquela vida infeliz que conheciam era apenas uma "provação" imposta pelo Bom Jesus para purgar seus pecados e salvar suas almas. Em compensação, abria-lhes a porta do Reino dos Céus, onde, compadecido, os aguardava, desde que exorcizados dos erros cometidos, libertos das tentações do Cão. Para isso, muitos se flagelavam através de auto-açoitamentos, de longos percursos feitos de joelhos, ou cingindo firmemente um arame farpado à cintura, por certo tempo. Todos causavam dores horríveis, mas purificavam a alma.

Eram promessas pagas ao Nossa Senhor Jesus Cristo, ao Santo Antônio, padroeiro da igreja nova, ou ao seu santo de devoção por uma graça alcançada e as cumpriam rigorosamente. Um homem com essa resignação só poderia resultar em um combatente exemplar.

* * *

Erroneamente a campanha de Canudos é considerada, por alguns estudiosos, como uma "guerra de guerrilhas". Define-se este tipo de guerra como o conflito travado entre tropas convencionais e guerriileiros de alta mobilidade tática, que não oferecem combate decisivo e retiram-se para uma região de homílio não identificada, quando pressionados. Os exemplos mais notáveis desse tipo de combate são a Insurreição Pernambucana seiscentista e a recente guerra do Vietnã, ambas com resultado desfavorável às forças regulares. Entretanto, trata-se de uma abordagem distorcida da realidade canudense, pois aquela campanha foi uma luta de natureza convencional, ou seja, o inimigo estava lá, sem intenção de recuar ou de render-se. O objetivo era conhecido desde o início das operações (o arraial) e os defensores ofereceram combate franco, até a conquista do reduto pelos atacantes. Demostrando impressionante capacidade de luta e surpreendente intuição tática, estabeleceram postos avançados bloqueando as principais vias de acesso que sabiam

de antemão mobiliadas pelo inimigo, fruto das informações obtidas no campo de batalha. Nessas posições sumariamente organizadas, aproveitaram o terreno para abrigar-se e efetuar os tiros de matar, trocando o espaço pelo tempo, quando ameaçados de envolvimento. Retirando para a cidadela, ali estabeleceram sólida defesa de posição organizada, protegendo-se dos fogos e das vistas do inimigo pela utilização de um sistema de trincheiras coletivas e de abrigos individuais altamente eficientes, melhorado através da limpeza dos campos de tiro.

Por outro lado, as suas tropas (a Guarda Católica) eram uniformizadas (gorro azul e divisa da mesma cor na manga da camisa), hierarquizadas, pagas e organizadas em frações chefiadas por cabecilhas competentes e respeitados pelos subordinados. Essas forças atiravam de modo independente quando a frente se estabilizava e eram reunidas sob comando único (o Comandante da Rua) nos momentos em que eram atacados em força, demonstrando incomum disciplina de tiro. Contudo, faltou-lhes um chefe que conhecesse a arte militar e levasse o combate às bases do inimigo (Monte Santo, Queimadas, Cumbe etc) e, particularmente, aos trilhos da estrada-de-ferro, único acesso estratégico ao teatro de operações. Ficou a impressão de que os preconceitos religiosos do Conelheiro impediram a expansão das ações dinâmicas da defesa, obstina-

do que era em restringir as operações às necessidades de defesa aproximada de seu santuário. Sem a via-férrea, não havia condições à conquista de Canudos.

A atitude francamente defensiva dos canudenses demonstra o limitado universo do Conselheiro e comprova que ele não pretendia expandir os seus domínios, mas, unicamente, manter Belo Monte como um oásis divino no ambiente pecaminoso e opressor que o rodeava, porém sem jamais ser submetido pelos ímpios. Que o deixassem em paz, na sua Canaã. Ele não pretendia governar o Brasil, sequer os sertões miseráveis, as suas agruras, a sua penúria. Suas tropas nunca perseguiam o inimigo repelido, ou executaram o aproveitamento do êxito, o que, militarmente, determinou a sua derrota final. Chegaram ao cúmulo de não utilizarem os canhões capturados, aqueles dragões da maldade, instrumentos do satanás — guardados, desmontados, como troféus, a serem restituídos a um ilusório Príncipe Pedro III.

Por outro lado, o querosene e a dinamite foram empregados largamente, reduzindo o santificado e efêmero povoado plantado à beira do Vaza-Barris a um amontoado de ruínas e cinzas. Sem ilusão.

* * *

Antônio Conselheiro não entendia que ao estabelecer o domínio da desobediência civil, garantido pelas armas, estava criando um

país independente, um Estado revolucionário dentro de um Estado legal. À República cabia restabelecer a ordem constituída, o território nacional, alvo de uma defecção. A maneira açodada da intervenção federal e a resistência insana de um líder carismático transformaram a gente sertaneja em vítima espontânea e a tropa repressora em inclemente algoz, quando, na verdade, tratava-se de irmãos imolados em luta fratricida descabida, sangrenta e que, mercê de Deus, não voltará a enlutar a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, Tristão de Alencar. "Expedições Militares contra Canudos. Sem Aspecto Marcial". Rio de Janeiro, Impr. do Exército, 1960.
- BARRETO, Dantas. "Última expedição a Canudos". Porto Alegre, Franco & Irmão, 1898.
- BELO, José Maria. "História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira". São Paulo, Ed. Nacional, 1964.
- CALASANS, José. "Quase Biografias de Jagunços. O Séquito de Antônio Conselheiro". Salvador, UFB, 1986.
- _____. "No Tempo de Antônio Conselheiro". Salvador, UFB, s.d.
- _____. "Canudos. Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico", in "Revista da Academia de Letras da Bahia" n° 34, Salvador, 1987.
- CARNEIRO, Glauco. "Rebelião de Canudos". In "História das Revoluções Brasileiras". Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.
- CUNHA, Euclides da. "Caderneta de Campo". Intrd., notas e comentários por Olímpio de Souza Andrade. São Paulo, INL 1975.
- _____. "Os Serões (Campanha de Canudos)", Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1923.
- _____. "Canudos. Diário de uma Expedição", Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939.
- DEL RE, Januário João. "A Intendência Militar Através dos Tempos". Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1925.

- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. "Guerras Insurrecionais no Brasil", Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1968.
- FORTES, Heitor Borges. "Velhos Regimentos. Ensaio sobre a Evolução da Artilharia de Campanha Brasileira de 1831 a 1959". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1964.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. "No Calor da Hora; a Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª edição". São Paulo, Ed África, 1974.
- GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade. "Arthur Oscar, um Soldado do Império e da República". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965.
- JUNIOR, Pereira Reis. "Os Presidentes do Brasil", Divulbrás Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1975.
- LAGO, Laurêncio. "Generais da República. 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1943", Rio de Janeiro, Impr. Militar, 1944.
- MACEDO, Nertan, "Memorial de Vilanova". Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.
- MAGALHÃES, João Batista. "A Evolução Militar do Brasil. Anotações para a História". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- MELO, Dante de. "A Verdade sobre 'Os Sertões'. Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- MILTON, Aristides A. "A Campanha de Canudos". Salvador, Univ. Fed. da Bahia, 1979.
- MITCHELL, Gilberto de Medeiros. "História do Serviço de Saúde do Exército". Rio de Janeiro, s. ed., 1963.
- MUNIZ, Edmundo. "A Guerra Social de Canudos". Rio de Janeiro, Civilização Bras., 1978.
- MONTE-MARCIANO, Frei João Evangelista. "Relatório apresentado ao Arcebispado da Bahia, sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos." Salvador, Typ. do "Correio de Notícias", 1895.
- PIEDEADE, Lellis. "Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia", Salvador Litho-Typ. e Encad. Reis, 1901.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O Messianismo no Brasil e no Mundo", São Paulo, Domus Editora, 1965.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Os Radicais da República", São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- SENA, Davis Ribeiro de. "Primórdios da Organização Militar Brasileira", in "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, Set/Out 1987.
- . "Serviço Militar Obrigatório e o Desenvolvimento do Exército", in "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, Set/Out 1984.
- . "A Evolução do Exército e o Oficial de Estado-Maior", in "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, Jul/Set 1989.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. "A Guerra de Canudos". Rio de Janeiro, Typ., 1902.
- VARGAS LLOSA, Mário. "A Guerra do Fim do Mundo; a Saga de Antônio Conselheiro na Maior Aventura Literária do Nosso Tempo". Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- Debates e troca de idéias com estudiosos do assunto.
- Depoimentos colhidos junto às autoridades e população dos municípios de Monte Santo, Euclides da Cunha, Canudos e Uauá.
- Documentos consultados no Arquivo do Exército, Biblioteca do Exército, Centro de Documentação do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Universidade Federal da Bahia, Biblioteca Nacional e Museu da República.



Cel. Cav R/1 Ribeiro de Sena — possui os cursos normais da carreira de oficial do Exército Brasileiro, além de ser bacharel em Administração de Empresas. Estudioso da História do Brasil, particularmente da História Militar, tem vários artigos publicados em revistas e jornais, inclusive na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serviu nos 4 Exércitos e no Comando Militar do Planalto (CMP), exerceu as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército, trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambai-MS). Concluiu sua carreira na Ativa, exercendo as funções de E/1 da 1ª Divisão de Exército, "Divisão Mascarenhas de Moraes", sediada na Vila Militar, Rio de Janeiro. Pertence ao IGHMB e, atualmente, é o Redator Executivo da Revista do Exército Brasileiro.



CASTELLO BRANCO — OFICIAL DE ESTADO-MAIOR, CHEFE MILITAR E ESTADISTA

Carlos de Meira Mattos

Artigo extraído de palestra proferida pelo autor no Arquivo Histórico do Exército, em 29 de setembro de 1989, ao encontro do 90º aniversário de nascimento do Marechal Castello Branco.

Apresenta o pensamento dos principais biógrafos do Marechal e, também, daqueles que, sem serem incluídos nessa categoria, escreveram conferências, palestras e artigos traçando perfis nítidos de sua personalidade de oficial de estado-maior, de chefe militar e de estadista.

INTRODUÇÃO

Castello Branco tem, até hoje, quatro biógrafos: Luiz Viana Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-Governador da Bahia, e ex-Presidente do Senado, que lançou, em 1975, uma obra notável do rol das biografias a que vem se dedicando (de Nabuco, Rui Barbosa, Rio Branco, Machado de Assis e

José de Alencar), livro que carrega, a par do talento do pesquisador emérito, o testemunho de quem acompanhou o biografado no dia-a-dia, durante os seus 3 anos de governo; John Foster Dulles, professor de História das Universidades dos Estados do Texas e do Arizona, que já se dedicara antes à biografia de Getúlio Vargas e já havia escrito dois outros livros sobre a política brasileira; jornalista José

Wamberto, também seu auxiliar na direção do Serviço de Imprensa do Palácio do Planalto e, finalmente, a obra que, sob o patrocínio da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME - então sob o comando do General Reynaldo Mello de Almeida), foi coordenada pelo dedicado pesquisador da história militar, Coronel Francisco Ruas Santos. Nesse livro, "Marechal Castello Branco e seu Pensamento Militar", a ECEME teve a preocupação louvável de reunir, imediatamente após a morte de Castello Branco, para que se não perdesse no esvoaçar do tempo, o que de mais importante havia em seus arquivos, marcando a presença brilhante de sua inteligência nesse alto instituto de estudos, particularmente como Diretor de Ensino, nos anos de 1946 a 1949, e, depois, como Comandante, entre 54 e 55.

Entre aqueles que, através de seus escritos, nos oferecem excelentes traços biográficos sobre a personalidade do Marechal, desejo destacar o General Vernon Walters, autor da "Silent Missions", obra de sucesso nos Estados Unidos e traduzida já para o francês e português, o Marechal Mascarenhas de Moraes, seu Comandante na Força Expedicionária Brasileira, o General De Gaulle (em suas opiniões citadas por Luiz Vianna Filho), os Generais Celso Daltro Santos, Octávio Pereira da Costa e Aguinaldo Sena Campos que, em conferências realizadas, marcaram aspectos notáveis dessa figura inesquecível

do nosso Exército e da Nação Brasileira. Vários outros pesquisadores políticos e historiadores estrangeiros também dedicaram importantes partes de suas obras ao estudo da personalidade e da ação governamental de Castello Branco e, entre estes, devemos salientar Ronald Schneider, Thomas Skidmore e Roger Fontaine (norte-americanos), Georges Andrés Flechter (suíço) e Michel Schooyans (belga).

Octávio Costa, em 1978, produziu preciosa conferência, modelar no seu conteúdo histórico e no seu estilo literário, intitulada "Pequena Memória de Um Grande Homem." Recentemente, o ex-pracinha da FEB, hoje advogado talentoso, Joaquim Xavier da Silveira, lançou seu 2º livro, "A FEB por Um Soldado", onde projeta a imagem de Castello Branco na guerra, em sua verdadeira grandeza.

O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

O Marechal Mascarenhas de Moraes, cujo nome é a maior glória do Exército contemporâneo, pois sob seu comando levou e trouxe de volta ao Brasil cobertos de glória os jovens soldados que combateram ao lado de norte-americanos, ingleses e franceses e tiveram, por inimigos, o famoso exército alemão, assim se expressa sobre o oficial de Estado-Maior que foi o Tenente Coronel, e depois Coronel, Castello Branco, chefe da 3ª Seção de Estado-Maior (operações) da FEB, no seu livro de memórias:

"Oficial de Estado-Maior. Inteligência privilegiada; lucidez e objetividade na apreensão da situação tática e estratégica; firmeza e serenidade nas situações críticas; caráter e pensamento; energia e ação; patriotismo e desambição são as maiores e excelsas virtudes desse modelo e guia do oficial de Estado-Maior. Foi o meu grande e emérito auxiliar no planejamento das operações e nos estudos de situação durante a Campanha da Itália. No pós-guerra continuou a prestar-me eficiente e denodada colaboração."

Após este retrato intelectual e moral, "do modelo e guia de oficial de estado-maior" traçado pelo Comandante da FEB, pessoa que todos que o conhecemos o sabemos cauteloso e medido nas suas palavras, pouco poderemos acrescentar, senão reproduzir como ele próprio, então Coronel Castello Branco, Diretor de Ensino da ECEME, imaginava que devesse ser o oficial de estado-maior do Exército Brasileiro:*

"Mas a tarefa transformadora da turma apenas começa. Tomará vulto quando seus componentes estiverem nos postos de Estado-Maior e na tropa, lutando em benefício do Exército.

"A turma deve lembrar-se, então, do pensamento de um velho soldado encarregado de renovar as forças criadoras de sua classe. De começo ele filosofou em torno de três coisas contra as quais o espírito humano luta em vão: a tolice dos homens, a burocracia e as fórmulas feitas. Quanto à tolice humana, reconheceu que a luta com a qual se procura vêncê-la é sem esperança de vitória. Declarou-se completamente batedo na luta contra a burocracia militar. E disse, porém, que empreenderia, no domínio da profissão das armas, decididamente, a luta contra as fórmulas feitas.

"Esta a luta que está à espera da turma.

"As fórmulas feitas, encerrando aparentemente uma legenda ou um pensamento, cobrem a ausência de idéias e a inação. Vêm a ser, por outro lado, o escudo da rotina. 'Não vos intimideis, nem recueis. Se levantarem a barreira do amor ao passado, não vos esqueçais de que a nossa tradição é, ao contrário, a base de nossa evolução e não da estagnação'.

"Quebrai a fórmula de que, por um falso determinismo geográfico e histórico, só devemos estudar a chamada *guerra crioula*, com combatentes e chefes improvisados, na base da velocidade de muares e cavalos. Demonstrei a fraqueza da fór-

* Palavras de agradecimento à homenagem que lhe foi prestada pela turma 1946/48 da ECEME.

mula de que as estradas e a ruideza dos terrenos sul-americanos paralisam os meios e dominam a vontade do homem. Vencei a fórmula da única possibilidade de guerra defensiva. Arredai a fórmula de que só se deve planejar com os recursos existentes, fazendo a demonstração de que, dessa maneira, será perpetrado o haraquiri pela própria nação. Dominei a fórmula de que a guerra será inelutavelmente no interior de nossas fronteiras. Afastei a fórmula de que a participação do Brasil numa guerra mundial é uma cogitação teórica. Removei a fórmula de que não é para nós a batalha anfíbia e a batalha aeroterrestre.

"E tereis idéias e energia para trabalhar e dar o exemplo.

"Mas não façais a demolição das fórmulas feitas com obra de imaginação. Deveis preferir a visão concreta dos problemas militares em vez das sentenças abstratas dos cômodos doutrinadores de Estado-Maior. Deveis ter bem presente que um plano não tem nenhum valor próprio, e o único valor que se lhe pode atribuir é o relativo, por se relacionar com a execução. Concepção e execução só são independentes para se definir responsabilidades."

Como Diretor do Ensino da ECEME, foi seu inovador, no dizer do General Tristão de Alencar Ara-

ipe, então Comandante. Assim analisa o Gen Alencar Araripe o período em que o Cel Castello Branco exerceu essas funções:

"O período de 1946-1949 pode ser encarado como um período de renascimento, de renascimento e de franca evolução; encarou a Escola nesse período a necessidade urgente de aproveitar os frutos da cooperação na guerra mundial que findara e as lições que dali emanaram. Havia, nessa época, dois problemas de ordem doutrinária de suma importância: o método de raciocínio e a doutrina, organização e processos de emprego. Essa atualização foi processada através da codificação do Trabalho de Comando. Importou isso em tornar muito mais pormenorizada a análise dos fatores da decisão e em repartir a tarefa da tomada da decisão entre o Comandante e os membros do seu estado-maior."

Sabem os que conviveram com o então Cel Castello Branco na ECEME, nos anos citados pelo General Alencar Araripe, que ele se dedicou, de corpo e alma, a este Trabalho de Comando, um verdadeiro método de raciocínio para o estudo da situação e a tomada da decisão. Recém-chegado dos campos de batalha da Europa, Castello Branco procurava conciliar os ensinamentos que colhera no convívio

com outros Exércitos, outros chefes e outros estados-maiores, com as peculiaridades do homem brasileiro. Por isto, na pregação do seu Trabalho de Comando, inseria, cotidianamente, o combate sem tréguas "à roupagem retórica do oficial de estado-maior que assim procurava encobrir a indecisão, a inação", e também sua aversão pelo "gosto pelas idéias feitas", duas falhas alienantes de um oficial de estado-maior que deve ser *todo ação e imaginação*.

A ECEME, onde serviu como Instrutor, Diretor de Ensino e Comandante, foi o seu grande laboratório de idéias e, também, o auditório magnífico de onde disseminou, durante anos e anos, pelo Exército inteiro, os frutos de sua inteligência, de sua fé profissional e de sua crença no destino grandioso deste país.

O CHEFE MILITAR

Abrimos este tópico com palavras de seu discurso, ao deixar o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército para assumir a Presidência da República:

"Ao Exército tudo devo, minha educação, a formação do meu caráter e as habilitações que me foi dado adquirir."

As pompas da Chefia Suprema da Nação, a que era alçado, na euforia nacional de uma Revolução vitoriosa, não ofuscaram o espírito

de deste Chefe Militar que sempre destacara, como qualidade de chefia fundamental, a lealdade à Nação e ao Exército. Ali, naquele momento em que depositário da confiança da Nação, saía para galgar a mais alta magistratura do Estado brasileiro, com a modéstia e a sinceridade de um cruzado, consignava o seu preito de lealdade ao Exército.

Em suas "reflexões sobre o exercício do comando", que iria agora empolgar no mais alto nível, dizia o então Coronel Castello Branco:

"A palavra *Responsabilidade* deve retinir no espírito dos que aqui ingressam para encetar a tarefa de aprendizes de estado-maior."

"A Responsabilidade representa a *mística dos Chefes*." Ela assenta as suas bases na circunspeção, na seriedade, na sinceridade de propósitos com que se encaram os problemas e sua energia com que se leva avante a solução dos mesmos e a efetivação das medidas que fortalece a Nação para a eventualidade da luta.

"Associai esse conceito de Responsabilidade, ao de Autoridade e tereis a base do exercício do Comando."

"O Comandante deve possuir, como vimos, as qualidades de Chefia para exercer a sua ação de comando. As que nos referimos poderiam enfeixar-se

no atributo básico da *força moral*. Mas só a *força moral* forma a base da personalidade do Chefe?

"A sua autoridade não se assenta, também, em outro tipo de valor? Para se elevar à altura de suas responsabilidades não necessita, ainda, de mais de um meio que enobrece a hierarquia? A autoridade funcional tem, necessariamente, a vida ao lado da força moral, isto é, a *face intelectual do chefe*, a competência profissional como se diz comumente."

Os testemunhos das excelsas qualidades de Chefia Militar nós as encontramos vividas em passagens citadas no livro do General Vernon Walters, então Capitão e seu acompanhante como intérprete na visita ao "front" numa noite crítica de combate. Passamos a palavra a Vernon Walters:

"A integridade moral desse homem (Castello Branco) estava acima de qualquer desafio. Nos momentos de perigo, ele devia sentir medo, como qualquer outra pessoa, mas possuidor de uma autodisciplina de ferro, era sempre capaz de manter sua calma impenetrável. Ele transmitia isto àqueles que o acompanhavam. Numa noite gelada de dezembro, às duas horas, eu fui acordado pelos estrondos do fogo de nossa artilharia de apoio caindo perto de

nossa posto de comando. Preocupado, continuei dentro de meu saco de dormir, relutando em levantar, ainda que consciente de que deveria fazê-lo. Finalmente saltei da cama e fui bater na porta do quarto de Castello Branco, mas ele já não estava. Desci até a 3.ª Seção e o encontrei vestindo pesado capote e visivelmente preparando-se para sair. Perguntei-lhe o que estava acontecendo. Respondeu-me que não sabia, mas que algo estranho provavelmente ocorrerá na ponte de Sila, cerca de três quilômetros ao Norte. A seguir, convidou-me para ir com ele, pois o IV Corpo provavelmente não demoraria em me chamar para saber o que havia acontecido. Nessa altura não tive dúvidas de que os alemaes estavam na ponte de Sila e lá seríamos recebidos por eles, mas concordei em ir. Tentando esconder os meus 1,90m atrás de seus 1,67m, saí com ele, sentei-me no banco de trás do "jeep" e rumamos para a ponte de Sila, enquanto o bombardeio prosseguia. Chegando à ponte encontramos um grupo de soldados brasileiros. Castello Branco procurou o Tenente que os comandava e perguntou aparentemente quem era ele e o que estava fazendo ali. O oficial, em posição de sentido, informou que ele e seu pelotão haviam chegado ao local naquela noite, e que há cerca de duas ho-

ras tinham sido atacados pelos alemães. Muito nervoso, o Tenente informou que milhares de homens louros e muito altos tinham irrompido em nossas posições, gritando "heil Hitler". Castello Branco encarou o oficial friamente e disse que não havia milhares de alemães naquela frente e que, desde a Tunísia, ninguém mais gritava "heil Hitler". O Tenente, ainda muito nervoso, insistiu em sua versão, sendo interrompido asperamente por Castello Branco:

— "O senhor tem ordens para abandonar a posição?

— "Não, senhor.

— "Então volte imediatamente para o seu posto.

— "Coronel — disse o Tenente — estou disposto a morrer pelo Brasil, mas não quero que meu filho fique órfão por eu estar defendendo uma posição insustentável.

"Castello Branco o olhou fixamente, desabotoou o coldre da pistola e ordenou:

— "Tenente, vá imediatamente para a posição.

"O oficial percebeu que a ameaça não era em vão e, visivelmente impressionado pela frieza das palavras de Castello Branco, bateu os calcanhares, fez a continência e, seguido por seus homens, desapareceu em silêncio dentro da noite, em direção ao seu posto. Seis semanas depois, o mesmo Tenente foi condecorado por bravura. A

calma e a energia de Castello Branco fizeram com que o oficial e seus homens compreendessem que deveriam comportar-se como soldados do Brasil."

Continua o Gen. Vernon Walters:

"Nem sempre se tem oportunidade de se observar um homem na guerra submetido a tais pressões. A verdadeira grandeza da coragem e da energia de Castello Branco ficara claramente demonstrada para mim. Em nenhum momento o vi perder o humor ou a sagacidade. Sempre tinha um gracejo irônico ou um comentário mordaz. Dotado de inteligência brilhante, impacientava-se com a incompetência e não tolerava a fraqueza e a mentira. Nunca hesitou em expressar os seus pontos de vista, quer aos superiores hierárquicos, quer aos oficiais norte-americanos. Jamais o vi embaraçado, arrogante ou servil."

Sua trajetória de Comandante e Chefe Militar, após ter alcançado o generalato, percorre o seguinte itinerário: Comandante da 10.^a Região Militar, Subchefe do EMFA, ECEME, Escola Superior de Guerra, Comandante da 8.^a Região Militar, Diretoria de Ensino de Formação, Diretoria Geral de Ensino, Comandante do IV Exército,

Chefe do Estado-Maior do Exército. Em todos estes comandos sua figura de chefe militar invulgar, assentada no culto da *responsabilidade*, na sólida *força moral* e na *irradiante inteligência e cultura postas* a serviço da profissionalização e prestígio do Exército foram inexcedíveis. A trajetória deixada pela passagem do General Castello Branco em todos os postos da hierarquia foi batizada pela constante admiração despertada por suas excelsas virtudes de cidadão e de Chefe Militar. Para os profissionais das armas, era um orgulho inigualável tê-lo como Comandante ou Chefe — o Marechal Mascarenhas de Moraes já o chamara, quando ainda Tenente Coronel, de “modelo e guia de oficial do estado-maior”. Nós todos que com ele convivemos em inúmeros postos de sua carreira, somos unâmes em parafrasear o Comandante da FEB, dizendo: “modelo e guia de Comandante”.

Enfrentou duras situações na controvérsia e confrontações que se estabeleceram por ocasião da montante de subversão da esquerda que inundou o país nos anos de 1963 e começo de 1964, cuja gravidade maior estava na conivência do governo de então com o processo que visava, através da estratégia da guerra revolucionária, confundir legalidade e direito, na sua meta de implantar no Brasil uma república socialista (pseudo-sindicalista). Infelizmente, alguns profissionais das Forças Armadas, de Generais a sargentos e cabos, deram seu apoio

aberto ou velado a este processo que intentou a jugulação da democracia brasileira, gerando um clima de insegurança a que não ficaram imunes os nossos quartéis. Foi aí que cresceu e alcançou altura incomparável, a figura do General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco, como Chefe Militar respeitado por sua autoridade moral e por seu alto descontino da missão constitucional das Forças Armadas. O sentido correto dessa missão estava sendo posto em jogo pelos interessados na subversão.

Como Comandante do IV Exército, posicionou-se claramente contra a tentativa de subverter a hierarquia na sua área, pela intrusão das artimanhas sub-reptícias de comando paralelo (as ligações dos “generais do povo” com os “sargentos e cabos do povo” utilizando a rede de comunicações do comando).

Prontamente tomou medidas firmes e corajosas para coibir a tentativa de abuso, cujas origens estavam na conivência de altas autoridades instaladas nos palácios (os “generais do povo”), com a rede de “sargentos do povo”. Sabia que aqueles abusos traziam o beneplácito de altas autoridades. Não vacilou em cortar o mal pela raiz. Tamanha sua autoridade moral, que ninguém teve a coragem de reclamar — os encapuzados do comando paralelo, “encapuzados ficaram”.

Nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, sentiu em cheio

os perigos a que a Nação estava exposta, ante a extensão da infiltração subversiva que, estimulada por setores instalados no governo, tentava assegurar, pelo menos, a imobilidade conivente das Forças Armadas, em nome de uma pretensa vontade popular, na hora em que a avalanche liderada por organismos espúrios (CGT, UNE, FPN, UBES, PUA, Clube de Sargentos, Clube de Cabos) desencadeasse o seu assalto ao poder.

Nesse período de apreensões, escreve o Chefe do EME a um amigo: "A minha tomada de posição muito me tem preocupado no Estado-Maior do Exército. A situação é dificílima e o 6º andar (EME) está mergulhado num desprestígio avassalador. Que fazer, como fazer?" Em outra carta do mesmo período: "Fica-se bloqueado, neutralizado. Mas enquanto estiver aqui não desertarei da luta. Assim, o meu passatempo, quando fora do EME, longe de suas horas de trabalho, é constituído por estudos e preocupação."

O processo subversivo, tendo à frente o próprio Chefe do Executivo e seus auxiliares diretos, chega ao auge da ameaça. No próprio Palácio das Laranjeiras, são articulados os golpes sucessivos contra a democracia, a serem desencadeados em série — o comício da Central do Brasil, a revolta dos Marinheiros, a reunião dos Sargentos no Automóvel Clube, com representações de todo o país. O primeiro ato da maré montante da subversão, o comício

da Central do Brasil, é realizado num grande cenário pré-montado, usando-se o Exército, a pretexto da manutenção da ordem, como decoração para o espetáculo. Comparecem o Presidente da República, quase todo o Ministério e, entre estes, o Ministro do Exército. Sobre a participação do Ministro do Exército nesse comício subversivo contam o historiador Luiz Vianna Filho:

"Contou mais tarde o General Costa e Silva, na presença do General Ururahy, que o Ministro do Exército dissera-lhe: 'Não vou a este comício, já disse ao Presidente que não vou'. Também o Gen Castello Branco, Chefe do EME, tivera a segurança da ausência do Ministro e transmitira-a a outros generais. Daí a surpresa com que, do próprio gabinete, no conhecido 6º andar, Castello viu o Ministro no palanque."

Continua Luiz Vianna Filho:

"O comício foi a gota d'água: ninguém mais duvidava sobre o rumo e os objetivos do Presidente e dos que o orientavam ou dominavam. O próprio General Castello Branco, até então cingido a um estado de contenção, não só visando preservar o Exército, mas também conservar-se leal aos ideais democráticos da Constituição, reconheceu que a observância

da legalidade conduzia ao comunismo. Realmente, um regime do tipo fidelista batia às portas do país."

Daí ter o Chefe do Estado-Maior do Exército decidido expedir a famosa Circular de 20 de março de 1964, que teve a virtude de amalgamar o que de mais autêntico havia nas instituições armadas do país, na defesa da salvação dos ideais democráticos contidos na Constituição, dirigida aos Generais e demais militares do Estado-Maior do Exército. Em certo trecho dessa Circular afirma:

"Entrarem as Forças Armadas em uma revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar a desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto sim, é que seria anti-pátria, antinação e antipovo.

"Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender os privilégios das classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir ditaduras fascistas ou comunistas."

Estava lançada a sorte do Exército naquela encruzilhada sombria da vida política nacional. En-

tre a lealdade a um governo que traía a Constituição e a lealdade à própria Constituição, a escolha estava feita.

Eclodiram numa seqüência de dias os novos desafios já esperados — a revolta dos Marinheiros, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube. Chegara-se ao clímax. O povo, em Belo Horizonte e principalmente em S. Paulo (marcha por Deus, pela Pátria e pela Família), veio às ruas pedindo proteção das instituições contra a ousadia comunizante.

Estourou o 31 de março para conter essa avalanche comunista aliada ao aventureirismo peleguita. E, para surpresa dos pregadores da desordem, que anunciavam aos quatro ventos a força de seu dispositivo militar, lançado o rastilho em Minas Gerais (pelo General Mourão e Governador Magalhães Pinto), encontrou um Exército democrático sólido na defesa da preservação de uma sociedade livre neste país.

O pólo de confiança para a qual convergiam todas as esperanças, de civis e militares, foi a figura destacada de um Chefe Militar, sem mancha, sem jaça, e de grande e cultivada inteligência — o General Castello Branco. Os acontecimentos que se seguiram levaram-lhe, naturalmente, ao poder, "que não pediu e não pleiteou". Seu passado de Chefe Militar granjearam-lhe a confiança da Nação.

O ESTADISTA

O conceito de estadista tem merecido interpretações várias, de historiadores e cientistas políticos. O inglês Arnold Toynbee tratou da matéria com a sabedoria que o consagrou. Entre os americanos, Hans Morgenthau e Henry Kissinger, ambos de origem germânica, em seus livros procuraram traçar o perfil do estadista. Outros, como o francês Octave Aubry, no seus estudos históricos, têm tentado chegar aos contornos dessa personalidade da política. Nossos cientistas políticos, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Themistocles Cavalcanti, Afonso Arinos, também buscaram modelar os traços do homem de Estado.

Num ponto todos concordam: a missão do estadista é a de defender os interesses da Nação que representa. Será julgado pelos seus contemporâneos, pelos seus pós-teros e pela história, levando em conta sua visão e seu valor na defesa do interesse nacional.

Pérante a história, por exemplo, ninguém terá dúvidas no julgamento de um Churchill e de um Chamberlain, independentemente do mérito particular de cada um.

A maioria dos estudiosos da ciência política e da história entende que o estadista é aquele que, na direção dos negócios do Estado, revela visão ampla dos problemas, autoridade esclarecida e firme, e dedicação desinteressada aos superiores interesses nacionais. Outro conceito seria o de que o estadista pen-

sa devotadamente nos interesses do povo e da Nação, enquanto que o político pensa em interesses menores da política setorial ou nos seus próprios.

Castello Branco, realmente, nos três anos em que governou o país, deixou a marca indelével de sua figura de estadista. E já é a história que o consagra, pois a sua imagem, a admiração nacional e internacional pela sua personalidade e sua obra, cresce cada dia que passa.

Vernon Walters, que serviu a cinco Presidentes dos Estados Unidos, acompanhando-os nas conferências internacionais mais importantes como "master of the idioms" como o qualificou o ex-Presidente Johnson, assim se refere à personalidade de estadista de Castello Branco:

"O Presidente Castello Branco foi um dos homens mais extraordinários que conheci no decurso de uma longa carreira, tratando com Chefes de Estado e outras personalidades importantes. Seu espírito ágil e sua capacidade de apreender os problemas mais complexos impressionaram-me de imediato. Seu senso de humor e sua habilidade em ser sarcástico até consigo mesmo marcavam sua personalidade singular. À medida que o fui conhecendo melhor, o que talvez mais tenha despertado minha admiração foi sua inteligência brilhante,

seu interesse por todos os problemas, e, sobretudo, sua extraordinária integridade pessoal.”

Diz John Foster Dulles:

“Gradativamente, as características do novo Presidente do Brasil tornavam-se conhecidas. Castello Branco recusava a omitir-se de qualquer tipo de responsabilidade, mesmo as desagradáveis, tomava decisões mais graves e as enfrentava. Era do seu feitio de governo o estudo das situações em grupo.”*

O Embaixador Roberto Campos, seu Ministro de Planejamento, novo ministério criado pelo primeiro governo da Revolução, assim se expressa:

“Ele nunca foi sujeito a medo, desânimo ou preconceito. Neste sentido ele alcançou aquele tipo de glória que Charles De Gaulle certa vez descreveu como “le plus grand gloire du monde: celle des hommes que non pas cédé.”

Luiz Vianna Filho assim analisa o estadista:

“Difícilmente haverá personalidade mais rica e mais

completa do que a do Presidente Castello Branco, que aliava a energia do Chefe à visão do Estadista. Era dos que conservavam autoridade inata, embora havendo bebido o leite da ternura humana.”

E, mais adiante:

“Não lhe importava o peso das responsabilidades, que sempre se recusou a repartir com os auxiliares, por mais presentes que houvessem sido numa decisão. Das múltiplas facetas em que se desdobrava a sua vigorosa personalidade, poucas tão marcantes como a bravura de se manter sobranceiro ante a impopularidade, virtude sem a qual não teria levado a bom termo a ciclópica obra empreendida. A menor fraqueza, a mais leve concessão, qualquer vacilação teria feito malograr muito do que se fizera em árduos sacrifícios. Ele possuía, porém, a convicção de lhe caber enfrentar e suportar as agruras de um governo de ‘entressafra’, isto é, um duro período de semear sem colher. E nada o demoveria, visto que a tinha como a missão a ele confiada pela Revolução. A colheita seria de outros.”

Segundo, Luiz Vianna Filho:

“Acreditamos emergirá aqui (deste livro) a figura do

*Conjuntamente, com os Ministros responsáveis e alguns especialistas convocados.

Chefe de Estado incansável em restaurar moral e materialmente o país. Um país que recebera devastado pela mais grave crise político, social, econômica e financeira de sua história, e que integrou colocado no caminho do progresso e da segurança. Fê-lo nisso também fiel à sua formação, graças a uma luta sem tréguas, aceitando soluções árduas e enfrentando críticas e oposição dos próprios corregillionários. Convicto da conveniência nacional em manter o Congresso, preservar o Judiciário e acatar a liberdade de imprensa, arcou sobranceiro, sem queixas, com o pesado ônus oriundo de uma atitude que poucos defendiam ou justificavam na ocasião. O que lhe importava, porém, era semear; outros colheriam depois dele.”

Queremos encerrar esta série de depoimentos sobre Castello Branco, o estadista, com algumas impressões manifestadas, a viva voz, pelo General De Gaulle, refletindo o que ele guardou do convívio entre ambos, por três dias, durante sua visita ao Brasil, em 1964. Disse o grande estadista da França Contemporânea ao General Vernon Walters, comentando essa visita: “Rien e personne ne m'avait préparé pour le Marechal Castello Branco.” Noutra ocasião, ao receber o Embaixador D'Alamo Louzada, observaria: “Votre President, le Marechal Castello Branco, m'a beaucoup impressioné, comme homme d'Etat e pour sa culture.” Ao Diretor da Revista francesa “Est e Quest”, disse: “Le Brésil c'est une Nation, un peuple e un gouvernement qui les gouverne.”



O General-de-Divisão RI Carlos de Meira Mattos foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geo-político de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pelo BIBLIX.



TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

Kleber F. de Oliveira

Apesar da revolução tecnológica bélica, "a teoria do tiro de artilharia permanece imutável; mas variaram seus parâmetros: alcances, prazos, efeitos e equipamentos, bem como os alvos, métodos de localização e suas prioridades".

Neste artigo, o autor examina essa variação, em função do atual estágio dessa revolução e ressalta que "as exigências da doutrina provocaram soluções inusitadas na área tecnológica; estas, por sua vez, resultarão em modernas reformulações de doutrina, em um ciclo que não se esgota nunca, e que sempre terá 'na vigília' de nossos artilheiros".

INTRODUÇÃO

Mediante a oportuna aplicação de seus fogos, a artilharia de campanha deve bater alvos terrestres com a adequada potência e precisão, na oportunidade e profundidades requeridas pela manobra do escalão apoiado.

Essa missão geral não tem sofrido variações sensíveis, desde que as peças de tiro direto do início do século evoluíram para a técnica do tiro indireto. A seqüência operacio-

nal consiste, como sempre, na identificação do alvo (seja inopinado ou planejado), calcular os elementos de tiro, registrar os dados na peça, atirar (com ajustagem, quando aplicável) e reiniciar o ciclo por período maior ou menor — em princípio, enquanto se puder atirar no inimigo antes que ele atire em nós.

A teoria do tiro de artilharia permanece; mas variaram os seus parâmetros: alcances, prazos, efeitos e equipamentos, bem como os alvos, métodos de localização e suas

prioridades. Entre as 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais, o motor a explosão e o rádio resultaram no desaparecimento da tração hipomóvel e em substanciais melhoramentos no comando e controle de tiro, permitindo a centralização de fogos em prazos mais curtos em escalões acima da Bateria.

Após a 2.^a Guerra, ainda que não haja ocorrido um conflito global, aceleraram-se os progressos na tecnologia de armamentos, tanto na área de metalurgia como, sobretudo, na eletrônica militar, tornando obsoletos procedimentos consagrados e exigindo a reformulação de tradicionais conceitos operacionais.

Não menos importante foi a possibilidade de peças de artilharia — de tudo ou de foguetes/mísseis — empregarem projetis vetores de engenhos nucleares, o que multiplicou vertiginosamente o poder de fogo em comandos de nível tático. Ainda que nunca aplicada na prática — e talvez jamais o seja — essa possibilidade, à sombra da qual novas organizações, concepções e procedimentos de combate foram criados, permanece como pano de fundo no panorama de um eventual choque no Teatro de Operações europeu. A sua consequência principal foi a busca de maior mobilidade em todos os escalões e a diluição de seus elementos no terreno, buscando negar ao inimigo alvos compensadores para o emprego de uma arma nuclear.

Sem pretender abordar todos os aspectos desta evolução, o que

exigiria trabalho extremamente volumoso, este artigo visa a expor alguns pontos relevantes à atenção dos companheiros, em especial daqueles que pelas suas funções se relacionem com a doutrina de emprego da artilharia de campanha. Pretende, apenas, representar modesta contribuição de opiniões pessoais, consequentes de análise de publicações sobre o assunto, algumas das quais mencionadas como bibliografia.

AS MISSÕES TÁTICAS

É tradicional a divisão das missões táticas em apoio direto, ação de conjunto, reforço de fogos e a combinação de “ação de conjunto e reforço de fogos”. A busca da síntese permitiria, em última análise, definir duas missões primordiais: o apoio direto e a ação de conjunto, já que o reforço de fogos consiste (como diz o nome) em acrescer o volume de fogos de uma unidade que está em uma das duas missões primordiais. Em outras palavras, temos duas missões básicas e duas missões complementares. Modernadamente, o aumento do poder de fogo, agregado a sensível prolongamento do apoio em profundidade, está gerando uma nova missão, cujo nome, tentativamente, poderá ser “apoio ao campo de batalha”. Esse novo conceito deriva tanto da miniaturização das armas nucleares (cujo emprego, ainda que cada vez mais remoto, não pode ser descartado) como da generalização da

propulsão a foguete como vetor de cargas militares, em alcances muito superiores ao que permite a artilharia de tubo.

Assim é que certas publicações modernas classificam neste grupo sistemas de armas com alcance até de várias centenas de quilômetros ou capazes de saturar áreas de elevadas dimensões, como é o caso dos lançadores múltiplos de foguetes. Evidentemente alguns modelos de artilharia de tubo, cujos alcances superam os trinta quilômetros, com capacidade de portar munição nuclear de potência de fração de quiloton, podem se classificar nessa categoria.

O “apoio ao campo de batalha” se colocará entre o campo tático e o estratégico, vinculado a um Grande Comando, cujo valor e missão justifiquem a arma empregada. Assim como a “ação de conjunto” está associada, no mínimo, ao escalão Divisão (ou equivalente), o “apoio ao campo de batalha” deverá ser associado ao escalão Exército de Campanha ou ao Grupo de Exércitos — muito excepcionalmente ao Corpo de Exército, entendido este como um coordenador do emprego de algumas Divisões.

É óbvio que certos tipos de equipamento poderão ser empregados alternativamente em mais de uma missão tática, pois as faixas de alcance e os diversos tipos de munição que usam lhes confere esta flexibilidade, sem qualquer problema técnico.

Parece certo, também, que a

necessidade de rapidez na resposta fornecerá outro parâmetro para a distinção das missões, pois quanto mais profunda a ação da artilharia, menor será a mobilidade do alvo a bater e, consequentemente, sua capacidade de se evadir a uma intervenção mais prolongada. Ações de “interdição” e “neutralização” sobre instalações, como postos de comando, áreas logísticas, reuniões de tropa etc, constituirão algumas das missões aqui consideradas.

Seguramente, quanto maior a disponibilidade de meios de fogo, tanto mais descentralizado o seu emprego. Eis por que as forças do Pacto de Varsóvia podem se permitir o emprego de peças de certo calibre em missões de apoio imediato, realizando tiros diretos, mas onde o seu campo de tiro será forçosamente muito restrito. O mesmo não ocorre na OTAN, cuja flagrante inferioridade em meios exigirá uma elevada centralização para o emprego, buscando o máximo em flexibilidade, ou seja, com uma peça ter a possibilidade de atingir muitos alvos, explorando o seu alcance e o seu campo de tiro horizontal. Como valor aproximado, admite-se que uma Bateria atua com eficiência e segurança, em uma frente equivalente ao seu alcance. Segundo esse dado — além de outros, é claro — teremos uma Divisão da OTAN em uma frente de mais ou menos 35 km, provavelmente enfrentando três Divisões do Pacto de Varsóvia, em frentes de 10 a 15 km.

EVOLUÇÃO DOS MATERIAIS

O conceito de "materiais" aqui se aplica aos meios de lançamento do projétil, pois ele é a razão de ser da artilharia, desde as catapultas romanas aos mísseis dos nossos dias.

Logo após o término da 2^a Guerra Mundial seria possível listar dezenas e dezenas de calibres empregados naquele conflito, chegando mesmo a exemplares inusitados, como as peças de 800 mm empregados pelos alemães na frente oriental, para destruir as fortificações de Sebastopol.

Hoje, esse inventário poderá ser resumido em cerca de uma dúzia, incluídos os materiais soviéticos. Mesmo os ingleses, com o propósito de atender aos padrões da OTAN, abandonaram os seus tradicionais calibres de 87 mm e 140 mm, e agora usam os materiais de 105 e 155 mm, como os demais integrantes da Aliança.

Assim, do lado ocidental temos o 105 mm como arma básica para o apoio direto e 155 mm para a ação de conjunto, ficando o 203 mm para as artilharias de maior escalão — o Corpo e o Exército. Entretanto, a tendência é conservar o 105 apenas para as Divisões leves e para as Forças de Intervenção Rápida (RDF). O calibre 155 tende a se generalizar como arma de apoio direto, pela variedade de munições que pode utilizar e pelo maior rendimento que oferece, em termos de custo x benefício — isto é, avalia-

dos o custo da peça, da munição e do pessoal que a opera, contra os efeitos destrutivos e área batida pelo projétil.

No que se refere aos reparos, devido ao alto custo das peças autopropulsadas, permanecem presentes os materiais auto-rebocados de 105 e 155 mm, dotados de tubos mais alongados para a obtenção de maiores alcances (17 km para o 105 e 32 km para o 155) e usando munições de alto desempenho, das quais trataremos adiante.

Não obstante, o ideal permanece sendo a peça autopropulsada, mesmo porque o canhão/obuseiro tradicional parece ter atingido um limite de aperfeiçoamento nos seus modelos típicos (o 155 leve britânico, o FH-70 multinacional, o FH-77 sueco, etc) enquanto a peça autopropulsada ainda admite melhoramentos sensíveis em termos de mobilidade, blindagem, automatismo de carga e equipamentos adicionais. Como exemplo desses equipamentos, pode ser mencionado que as Baterias de primeira linha da OTAN, do tipo AP, possuem sempre uma peça dotada de navegação inercial, que permite determinar automaticamente as coordenadas do ponto de estação. Assim, basta um trabalho de radiamento para as demais peças, simplificando o trabalho de topografia; em futuro próximo, todas as peças serão equipadas com essa navegação, tornando-as auto-suficientes em topografia. Na disputa entre a esteira e a roda, parece que, pelo menos para

a artilharia AP, o futuro pertence à roda.

Os precursores já estão operacionais: o material 152 mm SKODA de 8 rodas tchecoslovaco e o G.6 155 mm sul-africano, usado extensivamente na campanha de Angola, sobre terreno difícil, quase sem estradas.

Por que a roda está vencendo a esteira? Eis a seguir algumas razões:

- o veículo de artilharia, mesmo quando apoiando carros de combate, não precisa trafegar em terreno tão difícil, quanto o carro que está em contato direto com o inimigo. Sempre haverá um terreno menos "agressivo" nas vizinhanças das estradas ou trilhas, por piores que sejam.
- a roda é mais confiável, em emergência, do que a esteira. Um veículo de 8x8 rodas trafega razoavelmente com uma roda de cada lado danificada, em especial se tiver as 4 dianteiras direcionais (como o lançador BM-27 soviético). O carro sobre esteira está imobilizado se soltar-se apenas um elo.
- as atuais rodas militares são semimacicas, com a possibilidade de rodar mesmo se perfuradas por tiro, rajadas etc.

• o custo de construção e manutenção de um veículo sobre rodas é várias vezes menor do que um veículo de esteiras.

Em resumo, só se justifica o uso para a artilharia de um veículo sobre esteira se for para aproveitar um modelo já existente (como, por

exemplo, o MLRS americano que usa o IFV Bradley).

Finalmente, para encerrar o assunto, o projeto do obuseiro 155 americano do século XXI é um reparo AP com 8 rodas, conforme as "maquettes" mostradas nas últimas exibições da AUSA (Association of the United States Army).

APERFEIÇOAMENTO DAS MUNIÇÕES

Neste aspecto, há tanto a ser dito que o maior obstáculo a superar é selecionar o que abordar; na verdade, enquanto os reparos pouco evoluíram nos últimos quarenta anos, as munições tiveram extraordinários melhoramentos.

Projetis portadores de Submunições

Atualmente, o programa da OTAN é dispor de 50% de suas granadas (105, 155, 203, foguetes) portadoras de pequenas submunições, seja de duplo efeito antincarro/ antipessoal, seja de minas antincarro. Essas últimas são de tempo ativo programável para autodestruição, após cerca de 48 horas. Como ordem de grandeza de possibilidades, um projétil 155 pode transportar 50/60 submunições de 45 mm, cada uma com efeito antipessoal de uma granada de mão defensiva e penetração em blindagem de cerca de 100 mm, atingindo o carro por cima, onde a blindagem é menor.

A carga de minas antincarro típica é de 6 minas para um projétil

de 155 mm. Os projéteis de 105 são usados normalmente apenas com submunições, levando de 18 a 20 do tipo M-42 (45mm). Minas AC podem ser dispersas por granadas 105, mas o custo x benefício não é compensador.

Projéteis de curso modificável

Modernamente, os projéteis são classificados em três categorias: munições ditas estúpidas (dumb munitions), que são bem conhecidas — uma vez disparadas, seguem seu curso balístico sem modificação possível, fora do nosso controle; munições inteligentes (smart munitions) — que podem ter seu curso alterado, em função de um agente externo, controlado por um operador, como é o caso típico do guiaamento a laser, que "ilumina" o alvo, provocando a reflexão da energia que, por sua vez, conduz o projétil na direção desejada; finalmente, as munições classificadas como brilhantes (brilliant munitions), que buscam o alvo por si mesmas, sem auxílio externo, com dispositivos de guiaamento terminal apoiado em ondas milimétricas ou infravermelhas. São geralmente designadas como do tipo SADARM (sense and destroy armor). Os atuais programas visam à capacidade de uma granada de 155 conduzir 3 submunições SADARM.

As submunições/projetis de iluminação a laser (como o COPPERHEAD americano) estão perdendo interesse, não pela precisão — que é superior a 85% de acertos

— mas pela dificuldade de manter a iluminação do alvo em condições reais de combate: poeira, ocultação esporádica do alvo, risco do iluminador, alcance reduzido do laser, menor alcance operacional etc.

Novos estojos/propelentes

O problema de montes de estojos vazios está prestes a ser resolvido com materiais plásticos auto-combustíveis, que, entre outras vantagens, terá a de reduzir a erosão do tubo a cada tiro. Essa erosão, devida em parte apreciável aos resíduos dos saquitéis de carga, é limitada pela formação de gases de baixa temperatura em torno do propelente no instante da queima.

Outro aperfeiçoamento é o uso cada vez mais freqüente da ignição primária por indução elétrica, substituindo-se a centenária ignição por percussão. A vantagem obtida é a simplificação do mecanismo de ignição e maior segurança da operação, tornando-a independente de pontas do percussor, molas mais ou menos fortes, resistência mecânica da estopilha, sistema de grande tradição mas altamente "temperamental". Isto é particularmente importante nos materiais automatizados e nas peças AP, onde o espaço da guarnição é muito pequeno, e corrigir um "incidente de tiro" pode ser extremamente perigoso.

Finalmente, é importante mencionar que vem sendo obtido apreciável progresso no emprego de propelente líquido. Quando resolvidos

os atuais problemas de segurança e medida de cada carga, o propulsor líquido irá revolucionar os atuais conceitos da logística da artilharia.

Em um patamar mais distante — mas que seguramente poderá ser atingido — está o canhão de indução elétrica, cujo uso poderá proporcionar velocidades iniciais bem mais elevadas e, portanto, alcances proporcionalmente maiores, praticamente sem desgaste de tudo. Ainda que de difícil aplicação nas peças de campanha de maior calibre, pela alta amperagem requerida, o canhão elétrico dominará a defesa aérea de pontos fixos, a defesa de costa em passagens ou áreas críticas e, talvez, nos carros livres de reconhecimento.

Acréscimos em alcance

Na busca incessante de maiores alcances, três recursos vêm sendo adotados:

- tubos mais alongados, de 39, 45, 52 calibres;
- uso de "assistência" ao projétil, com pequenos foguetes (são chamados "rocket assisted projectiles"). Mas o que se ganha em alcance, perde-se em precisão, pois o tiro adquire algumas características balísticas do foguete;
- uso de "base-bleed", termo que não nos atrevemos a traduzir, mas que consiste em dotar a granada de uma pequena carga geradora de gases no culote, que queima durante o vôo e, com isso, preenche de gás o cilindro de vácuo criado durante a trajetória. Esse vácuo, se

não preenchido, cria um elemento de retenção do projétil no seu percurso. Com esses auxílios, hoje são atingidos com plena eficácia alcances entre 30 e 35 km e espera-se, em breve, levá-los a 40/45 km, ou talvez mais.

BUSCA DE ALVOS

Essa é outra das áreas do emprego de artilharia onde surgiram grandes aperfeiçoamentos. Pode mesmo ser dito que o problema dos centros de coordenação e apoio de fogos é, hoje, muito mais a seleção dos alvos a bater, do que sua identificação primária. Em outras palavras, haverá um apreciável conhecimento de alvos possíveis, exigindo uma priorização de importância mais difícil que a simples localização.

O observador permanece presente mas, por certo, em nível mais alto e será dotado de um veículo leve semiblindado, com uma plataforma giro-estabilizada, para cumprir suas novas tarefas, a saber:

- deslocar-se freqüentemente em sua zona de ação, para manter o inimigo (que também é móvel) sob constante vigilância;
- ao estacionar, determinar suas coordenadas e se orientar, usando sua navegação inercial e giroscópio, sendo esperados erros máximos de ± 5 metros e 1 milésimo;
- em seguida, identificar alvos sob quaisquer condições meteorológicas, de dia ou de noite, dentro de um alcance de 6 km, com equi-

pamentos de determinação de azimutes, alcance a laser, radar, visão noturna e plena assistência de computador para o cálculo de coordenadas com precisão de ± 25 a 30 metros;

- se necessário, ajustar o tiro com os mesmos equipamentos e controlar as eficácia;

- remeter dados de tiro, ajustagem, informações, etc. por transmissão de dados digitais, em prazos da ordem de 30 segundos a 1 minuto, após sua obtenção;

- considerar que as exigências de controle e coordenação de fogo estarão, talvez, a 50 km de distância.

Acima do observador (em nível de brigada/divisão), teremos os "drones", pequenas aeronaves dirigidas por aparelhos de controle remoto, particularmente aptos à vigilância da zona de ação de uma Divisão ou Grupo de Exército. Os atuais RPV ("remotely piloted vehicles") podem voar cerca de 200 km em 2 horas, portando câmera infravermelha, designador a laser e televisão com dispositivo "zoom". Para operá-los, exige-se apenas uma estação de controle e dois operadores.

Modelos mais sofisticados estão em desenvolvimento, buscando velocidades da ordem de 300 km/hora, altitude de operação acima de 3.000 metros e duração de vôo de 5 horas. Tais RPV, reforçados por complexos acessórios de guerra eletrônica, poderão vassourilar o dispositivo inimigo em pro-

fundidade de 150 a 200 km, buscando alvos compensadores para mísseis de grande porte.

Outro campo onde vêm sendo obtidos notáveis progressos (ainda que pouco anunciados, por motivos comprehensíveis) é a identificação de alvos pelo som. As blindagens dos carros de combate foram muito aperfeiçoadas, mas pouco se conseguiu para abafar o ruído característico de sua marcha. Com o uso de computadores, identificadores de direção e pela velocidade do som, o movimento de colunas blindadas é detectado a enormes distâncias. Isto é, simplesmente, a técnica do SONAR anti-submarino aplicada em terra.

COMANDO E CONTROLE

Todos os progressos descritos seriam inoperantes sem a correspondente coordenação. Sem especificar detalhes, o uso de novas tecnologias, na eletrônica em especial, permitiu a completa integração dos sistemas, buscando redução de tempo real nas operações, detecção rápida de alvos, avaliação de prioridades, decisão de atirar, cálculos de elementos de tiro, execução da missão, controle da eficácia, em prazos reduzidos, pela completa automação das operações sucessivamente cumpridas.

RESSURGIMENTO DO FOQUETE

A artilharia de foguete é vene-

rável e, possivelmente, deve ter precedido o canhão como arma de guerra. Os "foguetes a Congrève" estiveram presentes nos campos do Paraguai, e os "órgãos de Stalin" da artilharia russa na 2^a GM são bem conhecidos.

Após 1945, entretanto, os exércitos ocidentais reservaram o foguete para o serviço de armas de largo alcance, guiados ou balísticos. Já os soviéticos nunca abandonaram os lançadores múltiplos de foguetes.

Atualmente, os lançadores múltiplos retornaram aos arsenais da OTAN e, igualmente, aos exércitos desvinculados dos grandes pactos internacionais.

A artilharia de foguetes, muito mais apta à cobertura simultânea de grandes áreas (com a denominação de fogos de saturação), em profundidades superiores às possibilidades da artilharia de tubo, por certo está influenciando a doutrina de emprego da Arma. Conceitos tradicionais precisam ser revistos e adaptados a novas realidades, para a correta aplicação desse novo armamento.

A "batalha em profundidade", buscando desgastar o segundo escalão inimigo antes que ele reforce a tropa em primeira linha, é tarefa particularmente ajustada às possibilidades de artilharia de foguetes, apoiada pelos modernos recursos de alvos, já mencionados anteriormente.

Outros motivos ponderáveis para a adoção da artilharia de foguetes são:

- economicidade de custos operacionais, considerada a massa de fogos aplicada em período muito curto (pode mesmo ser dito instantâneo) sobre uma área sensível do dispositivo inimigo. O poder de fogo de um lançador é da ordem de vinte peças de 155 mm, e o custo de manutenção na zona de combate de um único operador desse tipo de artilharia economiza a presença de cerca de 40 homens na artilharia de tubo;

- possibilidade de substituir a aviação de apoio ao solo (cujos aviões e pilotos são de altíssimo custo de aquisição/formação) em grande parte das missões onde sofreriam acentuado desgaste, consequente do extraordinário progresso das armas de defesa antiaérea a baixa altura (canhões automáticos, mísseis, direção de tiro a radar, laser, computadores de alto desempenho etc).

CONCLUSÃO

Ver e agir em profundidade; atirar mais rápido e mais preciso que o inimigo; detectar e priorizar alvos; selecionar a arma mais adequada a cada missão — e, em quaisquer condições de luz, meteorologia e terreno, assegurar o apoio à manobra, é o desafio que se apresenta à artilharia de campanha, ao se encerrar o milênio.

A maioria desses desafios estará presente após o ano 2000; alguns, por certo, tornados ainda mais complexos por novas tecnologias.

Problemas logísticos e suas equações serão influenciados pela natureza altamente fluida do campo de batalha.

A justaposição do ataque a alvos a grande distância da área de contato, com o apoio direto com margens de segurança severamente limitados, representa uma faixa de extrema complexidade doutrinária. Em cada caso haverá uma arma mais adequada — mais segura e mais econômica — cuja escolha deverá ser feita em prazos muito curtos.

Tanto o apoio direto como a ação de conjunto devem ser reavaliados, face à disponibilidade de novas tecnologias.

A técnica de tiro tende a se derivar em dois ramos complementares ao veterano tiro sobre zona:

- um ramo de artilharia da "intervenção cirúrgica", isto é, o tiro extremamente preciso, sobre alvo de endereço certo, com mísseis e submunições guiadas;

- outro, da artilharia de saturação, quando o alvo é mal definido ou ocupa grandes áreas, representando apreciável ameaça à consecução da manobra. Nesse ramo, a artilharia de foguetes para saturação é a senhora do campo de batalha.

Em termos esquemáticos, parece pois que a artilharia de tubo é vocacionada para o apoio direto e a artilharia de foguetes para a ação de conjunto.

Novos equipamentos estão presentes, com importância talvez

maior que pensamos. Ao ensejo, convém lembrar que, segundo depoimentos confiáveis, a vitória dos ingleses nas Malvinas, muito mais do que quaisquer outras razões, se deve a dois equipamentos: uso do míssil anticarro MILAN como arma antifortificação, destruindo os "bunkers" de metralhadoras argentinas e uso generalizado pela infantaria britânica de equipamento de visão noturna. Escusado comentar a vantagem que isto representou.

Novos desafios serão resolvidos com o auxílio de análises realistas, constituindo-se paralelamente novos corpos de doutrina.

Mais uma vez, por certo, as exigências da doutrina provocaram soluções inusitadas na área da tecnologia; estas, por sua vez, resultarão em modernas formulações de doutrina, em um ciclo que não se esgota nunca, e que cumpre ser mantido "na vigilância" de nossos artilheiros.

BIBLIOGRAFIA

- Precision guided munitions: semi-active laser versus millimetric-wave guidance (Joseph C. Antoniotti, International Defence Review, 9/86)
- The King on his future Battlefield: artillery in the age of deep attack (Defence and Foreign Affairs, Aug-Set/86)
- Artillery submunition of the US army (Enrico Gollino, Defense Today, julho/86)
- Self-propelled artillery for the 90s (Enrico Po, Military Technology, 12/86)
- Munitions development (Christopher F. Foss, Jane's Defence Weekly, 12/86)
- The search for the ideal artillery ammunition (Walter Stone, Armada International, 6/87)
- Recent Advances in Western Artillery

- Systemes d'artillerie de 155 mm: la France en tête grâce aux efforts du GIAT (Gerard Martin, Heracles, 8/88)
 - Closing the Gun Gap (Fred K. Hermann, US Marine Corps, Proceedings, 11/88)



Cel RI KLEBER F. DE OLIVEIRA — É da turma de 1946 da AMAN e possui todos os cursos da carreira militar, inclusive o CEMCFA e ESG. Em 1972 foi Chefe da Seção de Artilharia da ECE-ME e da Comissão de Estudos para implementação de mísseis no Exército, integrada por oficiais do C. Art. da ECEME e EsAO. Transferido para a reserva a pedido em abril de 1979, atualmente é Gerente de Vendas Internacionais e Assessor Especial para Armamento do Exército da Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., empresa brasileira em São José dos Campos.



DÍVIDA EXTERNA E PENÚRIA NACIONAL

Benjamin Medeiros

Neste artigo, o autor relembra os benefícios que os empréstimos externos trouxeram ao Brasil e propõe um tratamento a ser adotado para saldar a dívida assumida.

O Brasil tem memória curta. Na década de 70 e primeiros anos da década de 80, tomou dinheiro emprestado do estrangeiro aos borbotões.

Fez mau uso de parte desse dinheiro, mas pode-se dizer que, de modo geral, ele foi bem aplicado. Num simples rememorar, sem consulta a documentos, podem ser lembradas as seguintes realizações e seus duráveis benefícios, que usufruímos até hoje: usinas elétricas, que aumentaram nossa capacidade geradora, de 7 milhões para cerca de 45 milhões de quilowatts; dois excelentes metrôs: Rio e São Paulo; sistemas modernos de trens elétricos suburbanos, em torno de Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife; construção de mais de trinta mil va-

gões ferroviários de carga, mais de seiscentas locomotivas, centenas de trens elétricos de subúrbios e de metrôs; transformação de nossa frota mercante, de 1.2 milhões de toneladas de navios velhos para 9.4 bilhões de toneladas de navios novos de cabotagem e longo curso; expansão da produção de aço, de 6 milhões para 22 milhões ton/ano; início de vasto programa de usinas nucleares, então no zenit da preferência mundial; aumento de produção de petróleo bruto, de 170 mil para 600 mil barris/dia; construção de cinco portos de mar com respectivas instalações: Rio Grande, cais de containers de Santos e Rio, Sepetiba, Tubarão, Praia Mole, Camaçari, Ponta da Madera, Vila do Conde, e mais alguns portos privados,

como o da MBR, da Alcoa, e outros; os complexos de Carajás e da Mineração Amazonas para a exploração de minério de ferro e bauxita; usinas de produção de alumina e alumínio metálico; vasta expansão da produção de minério e pelotas no complexo da CVRD em Minas e Espírito Santo; diversas refinarias de petróleo; grandes conjuntos petroquímicos; a mal fadada ferrovia do aço; uma rede nacional de telefones, quase toda baseada em DDD e DDI, que possibilita hoje comunicação quase que instantânea entre quaisquer pontos do País e deste com o Mundo; um imenso progresso na produção de automóveis e caminhões e de uma poderosa indústria de autopeças, que hoje exporta mais de US\$2 bilhões por ano para o estrangeiro; uma poderosa indústria de máquinas-ferramentas que acompanhou as necessidades da indústria automobilística e a indústria de equipamento pesado; início de uma poderosa indústria de armamento; reequipamento da Marinha de Guerra com fragatas modernas; uma poderosa indústria aeronáutica, hoje mundialmente respeitada; estruturação da Pro-álcool, que hoje supre o País com o equivalente a trezentos mil barris de petróleo por dia, e assim por diante.

Clayton Yeuter, ex-secretário do comércio dos EUA, ao avaliar nosso País, declarou que o Brasil é, de todos os grandes países, o mais auto-suficiente: fora o petróleo e o carvão, importa apenas 3% de suas

necessidades. Construímos, assim, em grande parte, graças à dívida externa, este grande País que é o Brasil de hoje, ainda que mortificado pela desordem e pela má administração dos últimos cinco anos.

É bom que se saiba, também, que com um cálculo simples, pode ser demonstrado sem truques, nem facciosismo, que se forem somadas as seguintes parcelas: o excedente acumulado de US\$60 bilhões pagos, de 1973 a 1984, sobre o preço médio do petróleo de US\$1.6 por barril vigente em 1970; o excedente acumulado de US\$28 bilhões de juros pagos aos bancos estrangeiros sobre os juros de 6 a 8%, habituais na época em que grande parte dos contratos foram fechados; o excedente de US\$15 bilhões de investimentos pela Petrobrás, no período de 1973 a 1984, unicamente em exploração e produção, sobre a média de US\$142 milhões por ano, entre os anos 1970 e 1973, para aumentar sua produção de 170 mil para 600 mil barris por dia, tem-se um total de US\$103 bilhões, que constituía a nossa dívida no início da Nova República.

Em 1964, o total das exportações brasileiras era de cerca de 1.43 bilhões de dólares, 53% desse valor proporcionados pela exportação de café. Durante os vinte anos anteriores cresceria de 0.6 para 1.4 bilhões de dólares. Os investimentos de subestrutura produtiva foram, nesse período, exígues e não permitiram a qualquer dos grandes setores produtivos do Brasil crescer o

suficiente para suprir, satisfatoriamente, o mercado interno e produzir excedentes exportáveis. A lista de importações era variadíssima e largamente abrangente e os déficits na balança comercial permanentes.

Após 1964, iniciaram-se os grandes investimentos, alguns dos quais foram mencionados na primeira parte deste artigo. Em pouco menos de vinte anos, mais de cem bilhões de dólares foram investidos em mecanismos produtivos de toda a sorte. O Brasil tornou-se outro país. Os jovens de hoje não conheciam o Brasil antes dessa transformação e dificilmente podem dar valor ao que aconteceu. Já se tornou clichê dizer que o Brasil passou do 28º lugar na economia mundial para o 8º lugar. Mas isso é muito mais do que um clichê. Isso significa que o Brasil se tornou uma potência produtiva. Mudou inteiramente o seu espectro de produção e exportação que, de tal maneira, hoje a exportação de semi-manufaturados e manufaturados excede, largamente, a exportação de produtos primários, embora esta tenha crescido, também, enormemente. A exportação total do Brasil em 1989 deverá ultrapassar 32 bilhões de dólares. Somente a produção de autopeças para a indústria automobilística mundial está estimada em 2.4 bilhões de dólares, o equivalente a quase cinco vezes a exportação de café em 1964. O saldo comercial tem-se mantido nos últimos anos na ordem de 12 bilhões de dólares por ano. Aí está o retorno dos investi-

mentos feitos. O que estamos pagando aos bancos estrangeiros é o preço dos mecanismos produtivos que possibilitaram esse enorme avanço econômico.

Pedimos dinheiro aos bancos. Bancos, porém, não têm dinheiro próprio. O dinheiro que emprestam é dinheiro de depositantes e, no caso de bancos oficiais, é dinheiro dos pagadores de impostos de outros países. Nem uns nem outros têm obrigação de pagar os investimentos brasileiros. É certo que o pagamento da dívida constitui enorme sacrifício para o Brasil, mas não podemos nos recusar a pagar. O que devemos fazer é negociar. Temos base para isso. Grande parte dos créditos dados ao Brasil não se originaram só de solicitações do Brasil. Foram "empurrados" pela goela abaixo de um Brasil em crise financeira por governos e empresas estrangeiros ansiosos por manter bom nível de emprego em seus países, ainda que assumindo grandes riscos em seus financiamentos. Para tais países é preferível um baixo nível de desemprego e todos os benefícios políticos e econômicos que daí derivam do que o recebimento certo e pontual de seus empréstimos. O seguro-desemprego na Europa garante ao desempregado quase o mesmo salário que ganhava em sua categoria profissional. Quando o número de desempregados sobe a milhões (índices de 8% de desemprego em países como a França e a Inglaterra com 56 milhões de habitantes cada um), tudo torna-se vá-

lido para criar empregos, inclusive fazer empréstimos a países de crédito inseguro.

Tudo isso é dito para lembrar aos brasileiros que a dívida externa não é nenhuma calamidade nem fruto de grandes erros, pois dela resultaram enormes benefícios. Estes, porém, embora usufruídos pelos brasileiros, são esquecidos. Raramente são citados. Só se fala na dívida.

Temos ouvido, freqüentemente, mesmo de altas autoridades (que deveriam saber avaliar melhor essa questão), a declaração de que o Brasil se tornou um país exportador de capital. Obviamente, essa é uma apreciação unilateral da questão. O Brasil comprou, com financiamento estrangeiro, enorme quantidade de bens e serviços. Se comprou bem ou mal é outra questão. Se comprou mal, o fez por incompetência e a culpa é, inteiramente, sua. O fato é que todos os bens e serviços adquiridos estão provendo retorno interno e externo — crescimento do PIB, emprego, exportações — para o Brasil, retornos estes que não existiriam se não houvesse a dívida. Na verdade, o que estamos enviando para o estrangeiro, a famosa exportação de capital, é apenas uma fração do retorno total de todos os investimentos feitos. Não é esta a prática habitual em todos os investimentos financiados: pagá-los com o retorno que proporcionam? O Brasil não é, assim, um país exportador de capital. É, simplesmente, um país que está pagan-

do aquilo que comprou a prestações. Os pronunciamentos contrários a esse ponto de vista ou são de má-fé, para envenenar o espírito da nação, ou são produto de superficialidade no exame do problema.

Podemos negociar uma moratória ou renegociar a dívida. Há base para tudo isso.

Ao nível atual de nossas exportações, é possível separar-se US\$10 bilhões por ano para o serviço da dívida. Ainda assim, poderemos aumentar, consideravelmente, a poupança interna do Brasil, aplicando-a em investimentos reprodutivos, criar numerosos empregos, também reprodutivos, e melhorar, sensivelmente, a situação do povo.

Para isso, temos que estancar a enxurrada de dinheiro gasto no pagamento de despesas inteiramente improdutivas, adotar o que o Governo Figueiredo chamou de "uma economia de guerra". Só assim formaremos capital interno e nos libaremos, pouco a pouco, da necessidade de empréstimos externos.*

Em 1870, após a vitória de Sedan, Bismark impôs à França indemnizações de guerra de cinco bilhões de francos, com o intuito de liquidá-la economicamente por algumas dezenas de anos. Os franceses, com um esforço supremo e com o patriotismo que sempre os caracterizou, em três anos saldaram a dívi-

* A idéia não exclui o capital de risco estrangeiro, sempre bem-vindo, quando inserido em nosso esforço de desenvolvimento.

da. Barbosa Lima Sobrinho, em artigo no *Jornal do Brasil* enfatizou que cada país tem que criar seu próprio capital. Assim fizeram as grandes nações de hoje. O Brasil tem que fazer o mesmo. Tem que poupar para, simultaneamente, saldar a dívida e constituir seu próprio capital.

Em artigos passados sugeri uma fórmula que na época não foi aceita, mas que, com os necessários ajustes, poderia constituir solução para a dívida externa. Teríamos que declarar aos nossos credores que o Brasil pode dispor, no máximo, de US\$10 bilhões por ano para cuidar da dívida. E isso dentro das seguintes condições: 10% dessa quantia para a amortização do principal; o restante para o pagamento de juros. Caberia aos nossos credores enten-

derem-se sobre como dividir este bálsamo. Haveria diversos aspectos positivos: reafirmaria a posição do Brasil de reconhecer e desejar pagar sua dívida, estabeleceria um fim previsível para sua liquidação e permitiria ao Brasil livrar-se, de vez por todas, desse "garrote vil".

Obviamente, haveria forte oposição dos credores, mas é preciso lembrar que um grande devedor tem quase tanto ou o mesmo poder quanto um grande credor.

Isto causaria, provavelmente, a negação de novos empréstimos ao Brasil para pagamento de juros. Mas isto é, exatamente, o que precisamos: a negação desses empréstimos para que o Brasil se componha de que tem que gerar seus próprios recursos e livrar-se dessa sequestração infundável de empréstimos.



O Professor Benjamin Aguiar de Medeiros é engenheiro civil-eletroeletricista, dedicando-se, como atividade principal, ao projeto e fabricação de equipamentos eletrônicos e ferroviários. É presidente da firma Fonseca Almeida Comércio e Indústria S.A. O estudo ora publicado data de março do corrente ano, mas continua perfeitamente válido como uma abalisação contribuição para o grande debate econômico em curso no País.



O MILITAR E A POLÍTICA NA REPÚBLICA

Ivan Cosme de Oliveira Pinheiro

Neste artigo, extraído de monografia apresentada como exigência curricular para ser diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o autor analisa, a partir das origens da nossa centenária República, o elo permanente que liga o militar à vida política nacional.

INTRODUÇÃO

Falar da história republicana, sem vislumbrar a presença militar, é tarefa impossível.

A presença das Forças Armadas na historiografia política da República é constante e se mostra desde o lançamento da semente, em meados do século passado, até os dias atuais, quando assoma adulta na democracia brasileira.

O processo foi longo, denso e volumoso. A caminhada, plena de nuances políticas, por vezes trilhou sendas diversas da almejada, mas a todo instante a farda, o soldado-cidadão, esteve presente. E por quê?

Poderíamos estabelecer a in-

vestigação de cada passo, ou mesmo aprofundar-nos neste ou naquele episódio, que são muitos. A ponderação longa indicou-nos a luz brilhante da importância da Proclamação da República, evento primeiro do processo. Nela reside o início do envolvimento militar na vida política nacional.

Visa, pois, o presente trabalho a analisar a participação global dos militares nos acontecimentos daquele já centenário 15 de Novembro. Objetiva, mais ainda, dar forma à origem para riscar o traço nítido de seus reflexos ao longo da cronologia republicana.

Buscando um pouco antes as causas em abordagem que nos pa-

receu necessária e real, lançamo-nos à pesquisa da verdade revolucionária de 1889, através de depoimentos deixados por quem viveu os fatos, documentos originais de nossos museus, arquivos e bibliotecas, e ainda legados de historiadores idôneos, que nos permitissem refletir sobre as influências, boas e más, daqueles dias para a vida da Nação.

Em síntese, procuramos estabelecer, a partir das origens da nossa república, o elo permanente que liga os militares à vida política brasileira.

POR QUE TARDOU A REPÚBLICA?

No Brasil, a república proclamada a 15 de novembro de 1889 já se havia manifestado em momentos outros de nossa história, como na Conjuração Mineira.

Este evento caracterizou-se como um movimento das elites das Minas Gerais que pretendiam instaurar a república com capital em São João Del Rei.

Os conjurados eram influenciados pelas idéias iluministas do século XVIII. A chama republicana seria encontrada também na Conjuração Baiana (ou Revolta dos Alfaiaates), porém com menor intensidade, face a ter sido um movimento de origem humilde.

Por que nós ficamos sendo monarquia na ocasião da Independência?

Uma burocracia aqui se estabeleceu com a transmigração da

corte de D. João para o Brasil, e com sua permanência adquiriu privilégios. Estes interesses burocráticos, ao se aproximar a emancipação brasileira, vislumbrada através de fortes indícios, levaram os privilegiados do regime instituído a defender uma situação tal que não os arredasse desta posição. As célebres palavras de D. João VI a seu filho D. Pedro, acerca da possível separação do Brasil, denotavam os interesses portugueses que deveriam prosseguir existindo, ligados e defendidos pela relação pai-filho. Estas palavras, plenas de conteúdo, também indicavam a D. Pedro a opção monárquica, ao invés da republicana que dominava na América.

Como era de se esperar, apoiado pelo Partido Brasileiro de José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro fez a Independência do Brasil e, através da Carta outorgada em 1824, ficou estabelecido o regime monárquico representativo.

Evitava-se um salto político brusco, unindo-se preceitos conservadores com o liberalismo. Se os demais países americanos obtiveram a república junto com sua emancipação política, nenhum fora, como o Brasil, reino unido à sua antiga metrópole.

Em Pernambuco, o ano de 1824 trouxe nova revolução, a Confederação do Equador, em verdade uma extensão da insurreição de 1817. Seria ela uma república a se implantar no Nordeste.

Se nas primeiras décadas do Império ele esteve, realmente, amea-

çado politicamente, foi a partir da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho menor, D. Pedro de Alcântara.

Tendo o Brasil a necessidade legal de ser governado por regentes, mergulhou, em consequência, na chamada "experiência republicana" (1831-1840).

Dizia a Constituição de 1824 que, naquela situação, o poder moderador deveria ser exercido por uma regência trina eleita pelo legislativo. Para cumprir esse dispositivo tivemos as regências trinas provisória e permanente. Entretanto, acatando interesses dos liberais, surgiu o Ato Adicional de 1834, estabelecendo-se como norma a eleição de um único regente. Estava, pois, o Brasil, diante de práticas eminentemente republicanas, com a eleição do seu chefe de estado, o regente.

Por que então não se tornava o Brasil uma república?

O período regencial aproximou-nos bastante da república, no entanto, ainda em 1834, os interesses burocráticos, que levaram o país à monarquia, predominavam. Os proprietários de terras e de escravos da região sudeste estavam ainda vinculados à burocracia imperial e eram econômica e socialmente dominantes. A mesma região sudeste, que quisera a monarquia em 1822 e que, em 1831 e 1834, freou a possibilidade de nos tornarmos republicanos. Explica-se então por que nem a Sabinada na Bahia, nem a Revolução Farroupilha, ambas com

ideais republicanos, lograram sucesso.

A "experiência republicana" terminou com o Golpe da Maioridade de D. Pedro II em 1840, que assumiu o poder moderador e afastou a possibilidade de adoção de outra forma de governo. Iria preponderar, de uma vez por todas, a cafeicultura do Vale do Paraíba, que depois se lançaria rumo ao Novo Oeste Paulista (Itu, Campinas, Sorocaba, Jundiaí etc).

Obviamente, só quando os interesses econômicos do Sudeste cafeeiro fossem feridos, pensar-se-ia em mudar o regime.

A Revolução Farroupilha, que, apesar do nome, foi levada a efeito por ricos produtores de charque, não teve êxito justamente por estar no centro do poder no Sudeste. Até mesmo o progresso industrial, intentado por Mauá na segunda metade do século XIX, iria ser obstaculizado por esse mesmo segmento econômico-social, temeroso de possíveis prejuízos advindos da desconhecida industrialização.

O que mudou no Brasil para que adviesse a República?

Foi uma evolução relativamente lenta e lógica, onde os interesses econômicos nortearam os políticos.

Vivia a Nação, na segunda metade do século passado, o apogeu do Império, onde era exercido o "parlamentarismo às avessas". Neste, diferentemente do clássico, o Imperador escolhia o Conselheiro¹

1. Espécie de primeiro-ministro.

que, forte e centralizador, controlava as eleições para o legislativo. Estas, via de regra, eram repletas de fraudes e censitárias.² Não existia, no Brasil, democracia, e sim liberalismo político. Naquela há o sufrágio universal; neste o voto dos proprietários.

A inexistência de democracia foi a bandeira maior usada pela propaganda republicana.

A monarquia começou a sofrer choques com a Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo, com o término desta, localizado o início do ocaso.

Por quê?

Os oficiais que lutaram nessa guerra travaram contato com o regime republicano dos países vizinhos. Muito embora este fato não seja a essência do processo, nele influiria. O fundamental é o surgimento formal da idéia de república no Brasil através do Manifesto Republicano de 1870, redigido pelo paulista Quintino Bocaiúva.

A quem interessaria a república?

Os imediatos interessados eram os “barões do café” do Novo Oeste Paulista, pois dominava entre eles o ideal federalista, que daria autonomia à província de São Paulo, livrando-os da monarquia unitarista. São Paulo tinha o poder econômico e queria, agora, o poder político.

É na mesma época que começa a desmoronar, lentamente, o regime escravocrata.

2. Somente os proprietários (de terra e escravos) votavam.

Em 1871, surge a lei do Ventre Livre, que buscava, em verdade, apenas retardar a abolição. A escravidão era a base econômica da monarquia e, no momento em que a escravidão entrou em decadência, o Império começou a claudicar.

Quando, em 1888, finalmente a lei Áurea aboliu a escravidão, deu também fim ao Império. Cita-se o diálogo entre a princesa Isabel e o barão do Cotelipe em que S.A. lhe pergunta: “Então, Barão, consegui, ou não, abolir a escravidão?”, ao que ele responde: “A Sr.^a conseguiu, mas por causa disto vai perder a Coroa”.

A junção de dois eventos, quais sejam a promulgação da lei Eusébio de Queirós (1850), abolindo o tráfico negreiro, e as guerras da unificação alemã e italiana, teria proporcionado o surgimento, no Brasil, mais precisamente no Oeste Paulista, do trabalho remunerado do imigrante, que se mostraria muito mais produtivo que o escravo. Esse efeito atuaria sensivelmente na motivação dos “barões do café”.

Podemos inferir que, bem antes da Lei Áurea, a escravidão já não atendia aos interesses de quem detinha o poder econômico nacional — o Oeste Paulista, exportador de café. Por outro lado, a abolição irritaria um outro segmento importante — o do Vale do Paraíba, carente da mão-de-obra negra.

O Exército brasileiro, por seu lado, já havia, por vezes, demonstrado seu sentimento abolicionista, como na homenagem prestada pe-

lo tenente-coronel Sena Madureira, então comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, abolicionista como ele. Foi demonstrado ainda pela recusa dos oficiais em perseguir negros foragidos, por não se considerarem “capitães-do-mato”.

A campanha republicana foi uma extensão da abolicionista, e ne-la encontram-se verdadeiras incoerências, em função dos interesses existentes. É o caso, por exemplo, da caminhada republicana, ombro a ombro, realizada por “barões do café” do Vale do Paraíba e oficiais do Exército. Os primeiros foram escravocratas convictos até 1888, enquanto que os militares, desde muito, abolicionistas. Unia-os a oposição ao Império que desmoronava.

A proclamação da república em 15 de novembro de 1889 foi uma coligação de forças entre a Igreja, atingida pela chamada Questão Religiosa, os proprietários de terra, feridos pela Abolição da Escravatura e o Exército, ofendido ao longo da Questão Militar. Enquanto a Igreja e os grandes proprietários atuavam no campo psicossocial e econômico respectivamente, o Exército era a instrumentalização dos interesses dos três. Todos sabiam que somente através da força militar poderia haver uma mudança abrupta do regime.

No dizer do general Olympio Mourão Filho, a República é fruto de uma gota militar. (MOURÃO FILHO — 1978, 17)

PROPAGANDA REPUBLICANA

Ao final da década de sessenta do século XIX, avultava no cenário político do Império uma nova corrente. Sua feição era nitidamente republicana e seu caudal iria se formar nos quadros do Partido Liberal.

O panorama político internacional favorecia grandemente o germinar fecundo das idéias republicanas em solo brasileiro.

No México, o ano de 1867 trouxe o fim do império de Maximiliano, primo de D. Pedro II, que outrora se havia destacado, ao reconhecer aquele como legítimo governante asteca. Esta queda parecia reafirmar a destinação republicana dos povos americanos.

Na França, Napoleão III cedeu ao ressurgimento da república, então sob a tutela de Gambetta e Thiers. Na vizinha Espanha, Emílio Castelar levantou a bandeira abolicionista para as colônias americanas e agitou a consciência republicana.

E o Brasil? Era, por assim dizer, uma ilha monárquica no imenso oceano republicano das Américas.

Nossa vida política era exercida dentro de monótona sucessão de gabinetes, ora conservadores, ora liberais, trocados ao sabor das circunstâncias ou da vontade imperial. Talvez desiludidos desta rotina sem horizontes, talvez movidos pelas influências dos governos lindeiros, talvez impulsionados mesmo, por

desejos aventureiros ou menos nobres, alguns liberais se uniram na busca da solução republicana.

Saldanha Marinho junta-se a Quintino Bocaiúva e a Salvador de Mendonça³ e conseguem arregimentar um considerável número de ex-deputados e ex-presidentes de províncias para sua causa.

Há que se fazer neste ponto uma consideração sobre o íntimo do Partido Liberal, para se entender o significado de república para os seus primeiros seguidores.

Em 1869, os filiados do Partido Liberal lançaram um manifesto com o lema “Reforma ou Revolução”. Era a tentativa de soerguimento dos liberais, pois estavam desde muito afastados do poder e ameaçados de muito ainda, assim, permanecer. Já algumas vezes haviam apelado até mesmo para o uso da violência, como nas revoluções de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, porém fracassaram.

Após a autocrítica de sua situação, optaram pela bandeira da federação. Queriam agora a emancipação política (sic) das províncias e a reforma eleitoral.

Seria, justamente, este objetivo que iria catalisar os esforços de liberais e republicanos contra o predomínio conservador. “Os liberais queriam reduzir o imperador a uma figura decorativa — “o rei reina, mas não governa”. Os republicanos achavam melhor suprimi-lo”. (MAGALHÃES JUNIOR — 1957, 127)

Os membros do chamado Clube Republicano sentiram a necessidade de criar um órgão de imprensa para desenvolverem o importante trabalho de proselitismo republicano. Surgiu, então, o trissemanário *A República*, que no seu primeiro número, a 3 de dezembro de 1870, lançava o famoso Manifesto do Partido Republicano.

O que veio a ser este documento tão importante na vida política e histórica deste país?

“O manifesto de 1870 é um documento sem vibração emocional” (BELLO — 1976, 10-11). A histórica publicação deita crítica violenta e candente sobre o regime monárquico. O interessante é que se vale de pronunciamentos de políticos monarquistas como Eusébio de Queirós, Francisco Otaviano, Cotelipe, Joaquim Manuel de Mamede e outros.

O documento denuncia a morte política dos liberais e conservadores, a fraqueza política e administrativa das províncias, enfim a falência do Império. Ao mesmo tempo realça a importância de se convocar uma Assembléia Constituinte, que seria a natural instauradora do novo regime.

O manifesto estampa o fulcro de todo o movimento: a federação. Era um documento federativo, antes que republicano. Queria a “independência (sic) reciproca das províncias (...), unicamente ligados [os estados] pelos vínculos da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da represen-

3. Depois se desligaria do movimento favorecido por benesses imperiais.

tação e da defesa exterior".

Carece que se vejam algumas facetas negligenciadas por tão "anacrônico" manifesto. Quer-nos parecer que, em face da necessária procura de todo e qualquer apoio, deliberadamente foi evitado o problema abolicionista. Foi, talvez, falta de visão política não vislumbrar quão intrínseca era a relação abolição — queda da monarquia — república. Nota-se também que este verdadeiro libelo do Império não tentou estudar os problemas sócio-econômicos que assolavam o Brasil e que, na sua essência, eram a alavanca desejada para a mudança de regime.

Temos que destacar uma frase que, pelo seu espírito de síntese e vaticínio, caracteriza o documento: "Somos da América e queremos ser americanos."

O caminhar da propaganda era lento e até mesmo protegido pela sombra abolicionista.

O Clube Republicano desenvolvia um programa de conferências doutrinárias, principalmente através de Quintino Bocaiúva, Freitas Coutinho e Miguel Vieira Ferreira. Em verdade, o grande veículo foi "A República", com seu modo irreverente, que falou fundo aos leitores.

"O primeiro resultado concreto do Manifesto de 70 é a organização, em bases de disciplina, do Partido Republicano de São Paulo, com suas convenções de 1873, em Itu, e na capital da província". (BELLO — 1976, 18)

É ele ainda que relembra que naquela ocasião os paulistas republicanos já não mais ignoravam o problema escravagista e apresentavam as perspectivas do trabalho livre desenvolver-se, posto que houvesse ainda muita moderação nas suas postulações.

Crescia o Partido Republicano, desenvolvendo-se a propaganda da nova ideologia.⁴

Vamos citar parte da crítica em resposta à fala do trono, proferida por um desafeto republicano, o senador Zacarias de Góis e Vasconcelos:

"O Partido Republicano do Brasil, fazendo a propaganda de suas doutrinas e apregoando as suas convicções sinceras, exerce um direito e, desde que não ataca a ordem pública, está no caso de ser respeitado. O Partido Republicano surgiu em nosso país, justamente num momento em que a degeneração do sistema representativo chegava ao seu auge. É uma consequência lógica da deturpação da nossa forma de governo e filho, portanto, dos abusos da monarquia."⁵

O proselitismo da nova ideologia tinha a seu favor algo raro naqueles tempos: a disciplina partidária.

4. Segundo Oliveira Viana em "O Ocaso do Império" havia, em 1889, 77 jornais e 273 clubes republicanos (apud, BELLO - 1976, 17).
5. Anais do Senado do Império - 1873 (apud, MAGALHÃES JUNIOR - 1957, 135).

ria. As defecções de alguns filiados, atraídos pelas ofertas governamentais, não o afetavam.

Em São Paulo, a idéia cresce e surgem, mesmo, programas construtivos como o da "Constituição de São Paulo" no seio da "Federação dos Estados Unidos Brasileiros". Pernambuco é no Norte-Nordeste o centro maior de irradiação republicana, e no Sul, ao sopro positivista, desenvolve-se a idéia no Rio Grande do Sul, berço da República de Piratini.

É de todo importante salientar, que, embora possa parecer um movimento monolítico, assim não o era. Havia em seu interior uma corrente evolucionista de Quintino Bocaiúva, e outra radical, revolucionária, de Silva Jardim.

É reconhecido por diversos historiadores que a decisiva conquista republicana se deu nas escolas do Exército, onde iria encontrar a juventude militar impregnada das doutrinas comunistas.

Vamos aqui valer-nos de depoimento de Salvador de Mendonça afirmando que, desde o início do movimento, os republicanos começaram a aliciar militares, fazendo-o através do oficial Pompílio de Albuquerque que os buscava para se alistar, secretamente, ao Partido Republicano (apud, MAGALHÃES JUNIOR — 1957, 141). Era a procura do segmento importante e básico à consecução do ideal.

OS MILITARES ENTRAM NA POLÍTICA

Questão Militar e seus reflexos

O envolvimento militar na política imperial era, desde muito, presente.

As sucessões ministeriais entre conservadores e liberais refletiam-se de maneira generalizada na política e na administração do país. Nos quadros provinciais e municipais, ocorriam sérias mudanças, indo da derrubada de funcionários públicos até a transferência de oficiais do Exército. Estes, sendo chefes locais de força armada, vez por outra se comprometiam com a facção no poder, o que ensejava à sua sucessora a solicitação de substituição do oficial ao ministro da guerra, buscando colocar outro neutro ou leal a si. Este comportamento, para os militares, era, a um só tempo, nocivo, por atingir os preceitos disciplinares, e perigoso, por gerar ambiente de descontentamento entre os atingidos.

Os ressentimentos que paulatinamente se foram acumulando são, na verdade, a causa obscura dos acontecimentos que vieram a se chamar Questão Militar, um dos três dardos a ferir mortalmente o regime monárquico.

No início da década de oitenta do século passado, o Exército estava "esquecido, mal organizado e desestimulado", segundo Eduardo Prado⁶ (apud, LACOMBE — 1987, 8). Este clima gerava um enorme mal-estar no seio da sociedade

6. "Fastos da Ditadura Militar", Lisboa - 1890.

militar, agitando principalmente a oficialidade mais jovem, impossibilitada de ver horizontes melhores.

As dificuldades de promoção levavam os jovens oficiais a reivindicar uma nova fórmula para o problema, sendo fruto disto o "Breve estudo sobre o meio de preencher as vagas do posto de capitão do corpo d'engenheiros" (1882), que trazia no seu conteúdo pareceres de militares como o Visconde da Gávea, general Severiano da Fonseca e mesmo de Caxias (com data de 1877). Deste problema nasceria o primeiro caso da Questão Militar.

A situação foi discutida, seguindo-se a apresentação à Câmara de um projeto sobre a organização do funcionalismo civil e militar, onde se inseria a criação de um montepio obrigatório pelo Visconde de Paranaguá. A reação militar fez-se através do estabelecimento de um "diretório" na Escola Militar com a finalidade de debater o assunto pela imprensa, o qual teve como presidente o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira. O fato ocasionou a reiteração da censura a manifestações de militares pela imprensa, além de punições impostas ao oficial presidente.

O mesmo brilhante tenente-coronel, convicto militante abolicionista, como comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, receptionaria o jangadeiro cearense Francisco Nascimento, como já foi dito, líder antiescravocrata em sua província. Tal atitude, além da punição imposta pelo então ministro

Franco de Sá, resultou na transferência de Sena Madureira para o Rio Grande do Sul.

O ano de 1886 iria reservar um episódio marcante, quando o deputado piauiense Simplício Coelho de Resende criticou, ofensivamente, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Mattos, inspecionador da companhia de infantaria comandada pelo capitão Pedro José de Lima. O discurso do parlamentar conservador foi em defesa do capitão, seu correligionário, atingido por denúncia de Cunha Mattos. O coronel revidou, pela imprensa, em termos não menos contundentes, criticando ainda o seu ministro, Alfredo Chaves, que o repreendeu e prendeu por dois dias. Se o coronel Cunha Mattos aceitou a situação sem protestos, o mesmo não se deu com grande parte da oficialidade, que se melindrou com o posicionamento do ministro. Liberais e republicanos exploraram com fervor o caso.

Simultaneamente, era divulgada a notícia sobre a denúncia do deputado provincial gaúcho, Antônio Eleutério de Camargo, ex-ministro da guerra, contra o general Deodoro, pelo crime de prevaricação. Disto só resultaram ressentimentos, pois ao final do processo, em 1887, o velho militar foi absolvido.

Foi ainda em 1886 que o tenente-coronel Sena Madureira, que agora organizava a Escola de Tiro de Rio Pardo, deliberadamente manifestou-se pelo jornal republicano, *A Federação*, defendendo-se das acusações e punições impostas

pelo ex-ministro Franco de Sá. O ministro Alfredo Chaves, por entender coerente, puniu Sena Madureira à semelhança de Cunha Mattos.

Como fator complicador, surgiu o fato de ter sido o general Deodoro envolvido no caso. Sendo superior imediato do tenente-coronel, o general foi interpelado pelo ministro e colocou-se ao lado de seu subordinado por achar que os militares não precisavam de permissão para se defender. Naquele momento nascia Deodoro líder da classe.

O ministro tomou sua atitude como afrontante, resolveu diminuir sua autoridade e apresentou a punição de Sena Madureira como fato consumado, antes das devidas considerações escritas do velho general.

Deodoro, em franca indisciplina, nega-se a transmitir o aviso ministerial ao punido, o que é habilmente explorado por Júlio de Castilho, o positivista diretor de *A Federação*. É suscitado o crescente clima de incompatibilidade entre militares e o governo. O jornal busca aproximação com Deodoro e converte-se em veículo das insatisfações militares.

Nesta época, associa-se ao movimento a exponencial figura do Visconde de Pelotas, o outro grande chefe militar do período.

A oficialidade no Rio Grande do Sul era uma só agitação. Já não existiam o caso Cunha Mattos e o caso Sena Madureira. Era uma questão de classe — a Questão Militar.

O Barão de Cotegipe, chefe de gabinete, dirigiu-se a Deodoro para inteirar-se da situação, e a resposta estampada no telegrama do general definia tudo: "Justo e geral sentimento do Exército muito ofendido. Oficiais pediram reunião calma; aprovei e consenti. Resolveram-se atos de inquestionável direito".

Em 18 de outubro de 1886, o Conselho Supremo Militar pronunciou-se sobre o caso e dizia em seu artigo primeiro:

"Que, nos termos do § 4º do artigo 179 da Constituição Política do Império, estão os militares no pleno direito de que goza a universalidade dos cidadãos brasileiros de comunicarem seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar."

Ora, este parecer ia diretamente contra os avisos ministeriais punitivos.

Demonstrando falta de sensibilidade política, o governo se nega a cancelar seus avisos, como seria o correto, declarando só fazê-lo sob requerimento dos interessados.

O ano de 1887 enseja uma reunião, a 2 de fevereiro, no Teatro Recreio Dramático, para tratar da procrastinação do cumprimento da ordem imperial que anulava os avisos

ministeriais julgados inconstitucionais. Como consequência da reunião, foi atribuído a Deodoro o poder pleno de representar os militares junto ao Imperador na busca da solução "digna do governo e da classe militar", como afirma sua ata. No dia imediato, a 12 de fevereiro, por não obter resposta da primeira carta, Deodoro se dirigiu deprecante a D. Pedro II.

A insensibilidade do governo iria conduzir antigos adversários, Deodoro (conservador) e Pelotas (liberal), lídimos substitutos de Osório e Caxias na liderança do Exército, ao lançamento do manifesto ao "Parlamento e à Nação", obra literária perfeita atribuída à autoria de Rui Barbosa, e que transformava definitivamente a questão disciplinar em questão política.

A anulação das punições, a partir de moção apresentada pelo senador Silveira Martins, trouxe momentânea tranqüilidade e dimensionou a força dos militares e a inabilidade do governo.

Outros eventos menores ainda agitariam a caserna, no entanto a designação de Deodoro para comandar uma coluna militar em Mato Grosso, com missão de observação de suposto conflito iminente entre Paraguai e Bolívia, foi que causou maiores repercuções no seio militar. Afastar o líder do cenário da Corte foi tomado como ato preconceituoso e não de confiança.

Seu regresso da guerra inexistente elevou ainda mais seu prestí-

gio e o consagrou na liderança militar.

Como um dos derradeiros episódios da Questão Militar, podemos considerar o famoso e exaltado discurso de Benjamin Constant, protestando contra a atuação governamental face às Forças Armadas. A repercussão foi maior ainda por estar presente o ministro interino da guerra na recepção aos oficiais chilenos do encouraçado Almirante Cochrane, em visita à Escola Militar, em outubro de 1889.

Era o ápice que chegava. O que em 1883 era questão de defesa de interesses econômicos e profissionais, transformara-se em verdadeira doutrina em que o militar antes de tudo era um cidadão.

Resta, desta breve análise dos fatos conhecidos por Questão Militar, concluir sobre o instrumento que representou para os políticos republicanos moverem a alavanca que derrubaría o regime instituído.

Foi explorada passo a passo, a cada incidente, com inteligência e pertinácia, por Júlio de Castilho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, entre outros, mas foi também facilitada pela atuação renovadora de Sena Madureira, Benjamin Constant, Solon Ribeiro, Mena Barreto, Sebastião Bandeira e tantos outros oficiais.

O Clube Militar e seu papel no processo

A tendência manifestada pelos últimos gabinetes imperiais, com nítida busca do aniquilamento do

Exército, já se fizera presente entre os Constituintes de 1824, que pretendiam colocar, desde a Independência, a força terrestre afastada do centro de decisão do poder, destinando-lhe a missão simplista de defesa das fronteiras e do litoral através de fortalezas. Suas intenções foram baldadas por D. Pedro I que prestigiou sua força militar.

Em 1831, é o Exército levado a participar da deposição de D. Pedro I, a contragosto de alguns de seus chefes. A substituição do Ministério Popular pelo dos Marqueses e a recusa do Imperador em reconsiderar esta decisão sob pressão do povo levaram o Exército a aderir, através dos três irmãos Lima e Silva, à revolta popular. Essa atitude era o produto de uma relativa consciência política que começava a existir no âmbito dos quartéis. Porem o Exército seria traído em seus propósitos.

Com a regência surgiria também a Guarda Nacional, instrumento aristocrático a existir durante todo o Segundo Império e ameaça permanente à integridade da força terrestre.

As elites políticas desejavam um Exército fraco. A cada aventura em que ele era lançado e na qual provava seu valor, seguia-se a sua relegação a plano inferior. Isto era feito mantendo-o mal equipado, mal pago e com efetivo reduzido. A Guarda Nacional por outro lado, formada com o dinheiro de compra de títulos, obtinha melhores louros no plano interno, pois os seus "co-

ronéis", ao adquirirem suas patentes, passavam a ter poder militar, além do político.

Os anos de 1879 e 1880 são importantes na cronologia do envolvimento militar na proclamação da república. Marcam a morte de Osório e Caxias, respectivamente, deixando a força terrestre órfã de suas grandes lideranças.

O ano de 1879 iniciava também longo interregno sem a presença de militares nas pastas do Exército e da Marinha, o que iria influir pesadamente na solução de inúmeros problemas. A partir de então começam a surgir legislações fracamente contrárias aos interesses da classe armada.

É sobremodo importante a criação, em 1881, do Diretório Militar na Santa Cruz dos Militares, pois identifica a primeira reação ao cerceamento de seus direitos. Não poderia persistir o indevido tratamento dado à Força, que era justamente o esteio da política imperial.

Ao tempo que procuravam a defesa dos interesses dos militares, alguns deles candidataram-se a cargos eletivos que lhes proporcionasse influir na política. É o mesmo grupo, com Deodoro, Sena Madureira, Barão de Alagoas entre outros, que seis anos depois fundaria o Clube Militar.

Naturalmente, para se falar em fundação do Clube Militar, somos forçados a ligá-la à Questão Militar, aquele longo processo político-militar que desaguou na república em 1889.

A propaganda republicana grassava na sociedade de então. Ao folhearmos as páginas de diversos jornais e revistas do período, deparamos a todo instante com duas espécies de noticiário: o militar e o republicano. Seja nas folhas de um sério *Jornal do Comércio*, nas de uma divertida *Revista Ilustrada*, com caricaturas políticas de Gavarny, ou ainda nas do republicano *País e Federação*, a tônica é a mesma. Não é difícil imaginar a importância de ambos e a natural afinidade nascente entre os dois segmentos.

Logo a classe militar se politizou e, como era esperado,olveu-se à república. Passou as ser comum encontrar oficiais republicanos a propagar vivamente suas idéias na caserna.

Consta que, já em 1874, havia um grêmio "secreto" republicano na Rua Bambina em Botafogo, do qual fazia parte o ilustre Hermes da Fonseca.

Não só na Corte, mas também nas províncias, estabeleceram-se diversos clubes e círculos de oficiais abertos às discussões de seus problemas e interesses.

Entre muitos oficiais, sobressaiu o tenente Tomás Cavalcante de Albuquerque, quer por seu idealismo, quer por seu inflamado republicanismo. Não cessava de estimular diferentes reuniões entre militares do Rio de Janeiro. Os locais eram os mais diversos, mesmo após a fundação do Clube Militar: residências de oficiais, teatros, a Biblioteca do Exército e outros.

Como já foi enfocado havia, a partir de determinada época, repressão aos pronunciados militares, estando isto intimamente ligado ao regulamento disciplinar de 9 de março de 1875 e a diversos avisos ministeriais. Todos funcionavam como estímulo às reuniões, às escondidas, aos artigos de "militares anônimos" em jornais republicanos e à necessidade de um clube militar.

A 7 de outubro de 1886, o deputado Cândido de Oliveira discursou no Congresso de maneira altamente ofensiva aos militares. A réplica se fez presente nas páginas do *País*, de 9 de outubro, em protesto assinado por 150 oficiais. No mesmo noticiário estava estampado o anúncio da reunião de "oficiais de terra e mar" a realizar-se no dia imediato nos salões da Sociedade Francesa de Ginástica. Ela foi presidida pelo almirante Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai, para deliberar sobre os fatos que ocorriam no Rio Grande do Sul.

Entre suas decisões, destacamos o envio de telegrama de congratulações e solidariedade a Deodoro e demais camaradas do Sul.

Após pedir exoneração do comando das armas e da presidência da província gaúcha, Deodoro retorna à Corte, onde o ambiente militar é efervescente.

O tenente Tomás Cavalcante convence o capitão Inocêncio Serzedelo Correia a patrocinar mais uma reunião, agora em sua casa à rua da Passagem em Botafogo. Esta não seria mais uma dentre mui-

tas, teria influência decisiva no movimento.

Realizou-se a 2 de julho de 1887 sob a presidência do Cel Cândido Costa. O primeiro a falar foi o vibrante tenente que expôs a situação do Império, da oficialidade e pediu uma tomada de posição do grupo. Mostrou a necessidade de melhor se organizarem, a fim de produzir maiores resultados.

Os locais até então usados para reuniões eram inadequados. Havia urgência de se fundar um centro ou clube, com normas e estatutos que facilitariam todo o movimento. De imediato a proposta foi aceita e as diretrizes discutidas. Designou-se uma comissão composta por Tomás Cavalcante e Serzedelo Correia para comunicar a decisão a Deodoro, Câmara e Benjamin Constant. Em suma, realizara-se a reunião preparatória do Clube Militar.

Na Marinha já havia surgido o Clube da Marinha (1870), depois o Círculo da Marinha (1884) e, finalmente, no mesmo ano, o Clube Naval, com conotação puramente cultural. No entanto, seria em sua sede, na Praça da Constituição número 43, que se daria a reunião solene de fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887, sob a presidência do Visconde de Pelotas. Foi ele que indicou e, por aclamação, foi escolhido Deodoro para presidente do nascituro clube.

Estava assim criado o instrumento decisivo que congregaria os militares proclamadores da repúbl-

ica. Tão logo se fundou o Clube, constituiu-se uma comissão de imprensa, composta pelos capitães-de-mar-e-guerra José Marques Guimarães e Eduardo Wandenkolk, além de Sena Madureira. A esta incumbia estreitar laços com a imprensa, esclarecer a opinião pública, conglomerar as elites militares e civis na campanha abolicionista e republicana, propagar a candidatura de Deodoro ao Senado, estender as duas campanhas citadas a outras províncias, conseguir a adesão de líderes políticos e governamentais, e estreitar, ainda, o relacionamento entre as duas forças: naval e terrestre. É fácil observar que suas atribuições se confundem com os objetivos do Clube, estando intimamente ligados à vida política da Nação e ao republicanismo enfim.

Os anos que se seguiram iriam presenciar a faina intensa de Sena Madureira junto à imprensa na busca de seus objetivos. Entretanto, entre a sua fundação e a histórica reunião de 9 de novembro de 1889, a bem da verdade, temos que reconhecer que as atividades do Clube declinaram relativamente. No auge do movimento, contudo, voltaram a desempenhar o papel imposto e desejado.

A 5 de novembro de 1889 houve uma sessão para a admissão de novos sócios (41 oficiais), que iriam unir-se a cerca de 120 preexistentes. A finalidade básica era dar vulto à assembléia geral, previamente marcada para quatro dias depois e já planejada em contatos anteriores e

cercada de discrição, a fim de evitar que o governo vislumbrasse seus reais objetivos.

A assembléia foi notável. O presidente do Clube, na época, era Benjamin Constant e a ela compareceram 116 sócios. Iniciando, o admirável lente da Escola Militar fez uma exposição das atitudes governamentais e colocou-se inteiramente à disposição da classe para ser seu fiel representante na busca dos objetivos comuns ansiosamente desejados. A assembléia concede-lhe, então, plenos poderes para proceder como melhor julgasse na procura "de uma Pátria livre". Por fim, Benjamin Constant pediu que lhe fossem dados alguns dias para se desincumbir.

Observamos claramente que, naquele momento, estava sendo decidida a sorte do regime imperial. Era o Clube Militar definitivamente firmando seu lugar no concerto das correntes republicanas. Se a República brasileira teve uma certidão de nascimento, esta foi a ata da reunião de 9 de novembro de 1889.

A propaganda republicana na caserna

Iniciamos agora um item revestido da maior importância, na medida em que os historiadores, curiosamente, não se detiveram ainda suficientemente na fundamental análise de propaganda republicana dentro dos quartéis. Esta foi emoldurada pelo maior idealismo e sentimento de brasiliade. Foi sincera e leal, posto que visando a um golpe

militar. No entanto, na época, este era o que de melhor se apresentava para solucionar a situação político-social da Nação.

Seria desnecessário relembrar que a Questão Militar como um todo preparou o até então árido solo militar para a germinação da semente republicana. Esta surgiu como uma solução aos problemas da classe, que se julgava injustiçada. Este sentimento da classe alentou a atração aos ideologistas republicanos, carentes de força para consecução de seus planos.

A influência de Benjamin Constant e sua formação comitista⁷ sobre os alunos da Escola Militar no Rio de Janeiro foi incomensurável. Turmas seguidas saíram daqueles portões embebidas da palavra do famoso mestre. Em um espírito jovem é fácil de aquilar o valor assumido pelas idéias positivistas, cheias de concepção pura dos fatos morais, apoiadas em bases matemáticas, dogmáticas e disciplinares.

Todos esses sentimentos integrariam ainda com outros eflúvios emanados da sociedade imperial, onde se destacava o nítido sentido antimilitarista de D. Pedro II e seus políticos. Esta colocação levava o Exército a uma posição desvantajosa na pirâmide social e política do Império, secundado até mesmo pela

7. Positivismo - filosofia sistematizada por Augusto Comte, que pregava a ignorância da natureza das coisas, bastando-se na observação e experimentação dos fenômenos; religião da humanidade.

força irmã, a Armada, muito mais aristocrática e portanto preferida.

Foi a guerra contra Solano Lopes que modificou este estado de coisas. Vitoriosos, os militares voltaram cientes de seu potencial e, naturalmente, sedentos de ocuparem sua real posição.

Também os políticos imperiais tinham ciência do significado desta volta triunfal e, temerosos, tentaram minimizar suas influências, esbarrando na oposição do Conde d'Eu.

A nascente consciência política dos militares, egressa da guerra, aculada pelos eventos da Questão Militar, ao sopro do positivismo, plasmaria a nova imagem do soldado-cidadão.

Vamos enfocar a atuação de dignos personagens de nossa história política e militar cuja memória não tem sido merecidamente venerada. Temos certeza de que, sem a atuação de alguns destes "ilustres desconhecidos", a história poderia ter outra redação.

Restrinjamos nosso foco ao ano de 1889, já nas vésperas da proclamação e, consequentemente, após a volta de Deodoro de sua passagem pelo Sul e pelo Oeste. No mês de outubro, precisamente a doze, Deodoro recebera a visita do capitão Adolfo de Fontoura Mena Barreto, recém-chegado da província gaúcha e que colocou o grande general a par de toda a situação da política rio-grandense. Insistia na ocasião que Deodoro nela deveria intervir, enquanto reafirmava, en-

fático, o prestígio imenso do nobre chefe. Esta visita era o início da caminhada final em direção à república.

Depois deste encontro, Mena Barreto manteve outros com amigos da guarnição do Rio de Janeiro, destacando-se o tenente Sebastião Bandeira, com quem, quatro dias depois, retornou à casa de Deodoro no Campo da Aclamação.

Bandeira era o homem ideal para informar ao enfermo general o que se passava com a força terrestre. O jovem tenente estava totalmente indignado com a atuação governamental frente ao Exército, pois julgava que buscava o aniquilamento da força terrestre. Disse ele a Deodoro que o governo arquitetara o seguinte: instituição da guarda cívica, aumento de efetivo da polícia provincial do Rio e da Corte, arregimentação da aristocrática Guarda Nacional, sendo todas armadas a comblain,⁸ e instruídas militarmente; prosseguiria, retirando do Rio de Janeiro grande parte da tropa de linha. Previa, ainda, o jovem oficial, que o passo seguinte seria substituir a guarnição do Exército por elementos da Guarda Nacional, o que demonstraria a dispensabilidade dos 13.500 homens componentes do Exército, passíveis de dispensa para diminuir as despesas públicas.

O relato abalou Deodoro, que asseverou sua intenção de levar seu protesto ao Parlamento, responsa-

8. Armamento moderno naquela época.



Fig. 1 - Residência de Deodoro da Fonseca no Campo de Santana

bilizando o impatriótico gabinete, submetendo seus ministros, empregando a força de sua artilharia, e, em último ato, entregando-se ao julgamento popular pelas suas atitudes. Foi neste instante que Mena Barreto, profético, afirmou: "V. Excia., vencedor, será o ditador da República!" (apud, SENNA - 1913, 29).

Desta reunião saíram Mena Barreto e seu amigo Bandeira convictos do sucesso da empresa a que se propuseram e, desde logo, prontos a propagar suas idéias.

Conseguiram que, ao anoitecer do dia seguinte, 17 de outubro, capitães, tenentes e alferes do 1º e do 9º Regimento de Cavalaria fossem, reunidos, à casa do ilustre chefe com duplo objetivo: manifestar o desejo de vê-lo restabelecido e também demonstrar, ao combalido governo, a força de liderança do general.

Depois da visita, o capitão Mena Barreto, acompanhado de Bandeira e do tenente Gentil Elói de Figueiredo, em comissão, levaram à imprensa a notícia do evento, bem como de seus objetivos. Clara era a intenção de propaganda.

Foi ainda nesse mesmo dia que os dois primeiros procuraram estimular aos companheiros do 2º Regimento de Artilharia a cavalo e da Escola Superior de Guerra a empreenderem semelhante demonstração de apreço a Deodoro.

A estes dois propagandistas militares estava intimamente ligado o alferes Joaquim Inácio Batista

Cardoso, dispondo os três de facilidade para difundir suas idéias por força dos contatos de que dispunham.

Sentindo eles ser o ambiente nacional e militar o desejável para a mudança do regime, encetaram maior vigor à propaganda. A tônica era mostrar à soldadesca, nos corpos de tropa, as vantagens a serem usufruídas pelos militares e pelo Exército, com a queda da monarquia e o advento da república. O início se deu no 1º e no 9º RC e rapidamente alcançou as demais unidades.

Enquanto na imprensa Sam-paio Ferraz, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lopes Trovão e, já agora, Rui Barbosa utilizavam o *Diário de Notícias*, *País* e o *Correio do Povo* para atacar decisivamente o Império, na caserna, de boca em boca, a idéia republicana caminhava. Além dos militares já citados, encontrariam engajados na tarefa os capitães Manoel Joaquim Godofim, José Pedro de Oliveira Galvão, os sargentos Agrícola Bethlen, Arnaldo Pinheiro, Raimundo Gonçalves de Abreu e João Batista Xavier.

É neste ponto que ocorreria o famigerado discurso de Benjamin Constant aos oficiais chilenos, em presença de Cândido de Oliveira, ministro interino da guerra, que foi forçado a ouvir ampla defesa da força "acusada injustamente de indisciplina pelo governo, que demonstrava querer um Exército de janízaros". O assombro do indito-



Fig. 2 - Quartel dos 1º e 9º Regimentos de Cavalaria.



Fig. 3 - Quartel do 2º Regimento de Artilharia a Cavalo.

so político foi maior, quando da assertiva de Benjamin Constant, prevenindo o governo quanto à errada convicção de julgar-se forte, pois "a parte sã do Exército saberia cumprir, com altivez e desassombro, o seu dever". Definitivamente o mestre positivista assumia sua posição de líder perante a juventude militar.

Os alunos da Escola Superior de Guerra resolveram demonstrar-lhe o apreço e o fizeram a 26 de outubro na Praia Vermelha. Na ocasião, o capitão Mena Barreto falou pelos dois regimentos de cavalaria, o tenente Saturnino Nicolau Cardoso pelo 2º RAC e o alferes aluno Augusto Tasso Fragoso em nome da Escola Superior de Guerra.

A repercussão foi imediata. O *Diário de Notícias*, assim como O País encarregaram-se de noticiar. O governo incumbiu o comandante da 2ª Brigada, brigadeiro Antônio José do Amaral de censurar a manifestação, que fez através de ordem-do-dia expedida em 28 de outubro, repleta de irreflexão e falta de lógica. Esta ordem-do-dia foi publicada pela imprensa graças à cópia conseguida pelo capitão Mena Barreto e pelo alferes Joaquim Inácio.

As consequências do evento são interessantes. O brigadeiro Antônio José foi presenteado com a nomeação de quartel — mestre-general, até então privativa de postos superiores ao seu. O tenente-general Miranda Reis, que não censurou seus alunos pelo ocorrido, foi exonerado, e o governo procurou

informar-se sobre os manifestantes e seus líderes. Em correspondência versando sobre informações do assunto, parte do ofício reservado do comando da 2ª Brigada ao ajudante-general do Exército nos dá o perfeito juízo feito de dois dos propagandistas militares: Mena Barreto e Joaquim Inácio.

A convicção de que o governo pretendia, e já havia bastante tempo, desembaraçar-se do Exército estava decisivamente assentada nos limites do que o tenente Bandeira dissera a Deodoro.

Mais uma vez resolveram Mena Barreto, Bandeira e Joaquim Inácio ouvir a opinião do general Deodoro, ainda adoentado. Nesta visita foram acompanhados do alferes Tasso Fragoso. Realizou-se a 30 de outubro, e sua importância reside na firmeza com que o chefe militar lhes declarou sua opinião favorável à mudança de regime. Nele também foi abordada a decisão governamental acerca do embarque do 22º Batalhão de Infantaria para o Norte, o que Deodoro aceitava e julgava mesmo conveniente acatar, para demonstrar disciplina.

O movimento militar já conta com a adesão importantíssima do major Frederico Solon Sampaio Ribeiro. Foi ele que, ao lado de Mena Barreto, iria acertar a decisão final de realizar a revolução com o jornalista republicano Aristides Lobo.

Os principais agentes da propaganda na Escola Superior de Guerra foram os alferes João Ba-

tista da Mota, Aníbal Cardoso e José Beviláqua.

A 2 de novembro, Mena Barreto, Bandeira, o tenente Saturnino Cardoso e Joaquim Inácio, reunidos, resolveram estender a propaganda à 1.^a Brigada.

A marcha revolucionária prosseguia célere.

A 3 de novembro, a sua cúpula militar reúne-se em casa do major Solon, com os capitães de infantaria Carlos Olímpio Ferraz, Manuel Joaquim Pereira e o tenente Timóteo de Faria Correa, a fim de delinearem a propaganda no âmbito das unidades de infantaria.

Em virtude de estes oficiais assegurarem lealdade à causa pelo 7.^º BI, de imediato Mena Barreto contactou com os capitães Osório Pava, Bento Gonçalves, Joaquim Baltazar da Silveira e o alferes secretário Napoleão Felipe Aché. Todos hipotecaram total apoio às ações da 2.^a Bda, exceto o primeiro que, por se declarar "amigo" do governo, vacilou, embora não se opusesse.

Para o dia 9 de novembro, havia a marcação de uma assembléia geral do Clube Militar e todos estavam cientes de sua importância e por ela ansiavam.

Em meio ao fervor revolucionário, vários pactos de sangue⁹ foram celebrados. Na noite de 11 de novembro, os oficiais do 1.^º e do 9.^º RC se reuniram, no segundo andar

de uma casa da rua de S. Cristóvão número 131, para lavrarem o seu termo de fidelidade à causa, enviando-o posteriormente ao tenente-coronel Benjamin Constant.

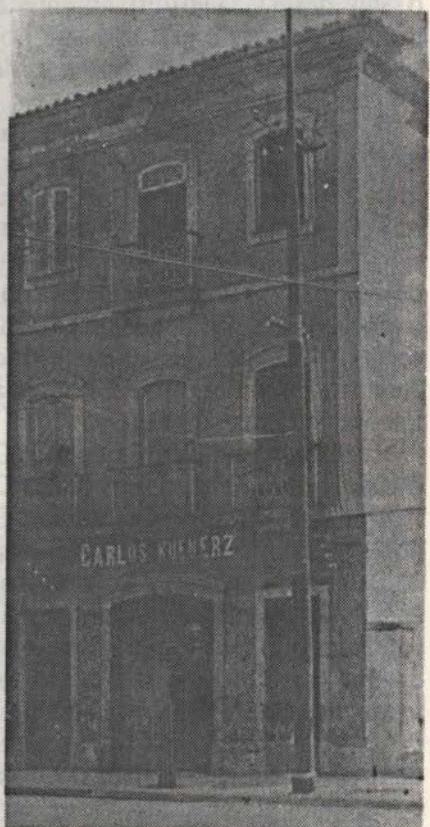


Fig. 4 - Local de Reunião dos Oficiais dos 1.^º e 9.^º Regimentos de Cavalaria, Rua de São Cristóvão, 131.

Aliás o primeiro pacto de sangue recebido por ele foi o de autoria dos alunos da Escola Militar, em 26 de outubro, logo após o seu discurso polêmico. Data também de 11 de novembro o pacto dos alunos da

9. Documento em que os assinantes declaram total lealdade a determinada causa ou pessoa.

Escola Superior de Guerra, bem como dos oficiais do 2º RAC.

Nos arquivos deixados pelo ilustrado tenente-coronel se encontram ainda idênticos compromissos, como um assinado por diversos oficiais, outro somente de médicos e outro, ainda, de oficiais e praças aquartelados na Praia Vermelha, além de um posterior à proclamação, em que os assinantes juram defesa dos ideais de 15 de Novembro e pedem a liderança de Benjamin Constant.

Na já conturbada convivência do governo com o Exército, surge uma ordem totalmente extemporânea que iria acirrar os já exaltados ânimos da caserna, o que foi habilmente explorado pelos propagandistas. Decidira o governo embarcar, sem suas armas, o 2º RAC para São Borja no Rio Grande do Sul. Tão logo difundida a ordem, o tenente Bandeira, inicialmente, e depois o capitão Mena Barreto também, correu a hipotecar irrestrito apoio dos regimentos de cavalaria aos artilheiros, a fim de que não fosse cumprida a determinação julgada absurda.

Para dimensionarmos a profundidade do trabalho desenvolvido, podemos citar o caso do general Inocêncio Veloso Pederneiras, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, que ofereceu ao tenente Bandeira sua contribuição, visando, principalmente a impedir a subida do Conde d'Eu ao trono, mesmo que indiretamente.

A 12 de novembro ainda, Me-

na Barreto e Sebastião Bandeira se entendem com o capitão-tenente Nelson de Vasconcelos de Almeida, buscando deste o apoio junto à Escola Naval, de onde era professor. Neste mesmo dia, *O Correio do Povo* e *O Dia* publicaram matéria sobre a precariedade de condições do Exército. O alferes Joaquim Inácio, auxiliado pelos sargentos Raimundo de Abreu e Arnaldo, do 1º RC, e Francisco Pinto Fernandes Júnior, do 2º RAC, se imcoumbiu de distribuir vários exemplares nos regimentos da 2ª Bda e no 1º e 10º BI. Os jornais foram amplamente difundidos, em todos os níveis, causando sensação, mormente entre as fileiras de mais baixa graduação.

No 2º RAC, assim como na Escola de Tiro e no 1º Batalhão de Engenheiros, o tenente Saturnino Cardoso mantinha o clima de agitação. No quartel de polícia, tinham os revolucionários, como informante, o sargento Manuel Antônio de Barros.

Papel destacado teve o cadete-sargento Raimundo de Abreu Filho, que, tendo sido companheiro de diversos oficiais na Escola Militar, ficou sendo o elo e o veículo de informação entre eles e as praças. Era ele que as colocava a par das deliberações sobre a conspiração e mantinha a chama revolucionária acesa nessa camada militar tão importante.

A faina revolucionária era intensa e difícil de acreditar que o governo tão-somente tivesse suspeitas de existir "alguma coisa no ar".

Todas as oportunidades de propagar o fogo rebelde eram aproveitadas, como no dia 14, quando o capitão Mena Barreto instruiu o alferes Daniel Acioli de Azevedo e Silva do 10º Regimento e que partia para São Paulo, sobre a maneira melhor de agitar sua unidade.

Outro exemplo foi a solicitação ao general Pederneiras para que instasse seu filho, o capitão Aquiles Pederneiras, do 1º Regimento de Artilharia, a alinhar-se com a revolução.

Não havia mais o que esperar. A tropa ansiava pelo desfecho do movimento, o entusiasmo já havia de muito contagiado a soldadesca, o trabalho de propaganda havia sido bem executado.

Muitos foram os responsáveis pelo sucesso. Quer-nos parecer, entremos, que sem o trabalho diuturno, olvidado pela história, do capitão Mena Barreto, do tenente Bandeira e do alferes Joaquim Inácio, tudo estaria comprometido. Foram, em verdade, heróis a ombrear com Benjamin Constant, Solon Ribeiro, Bocaiúva, Aristides Lobo e outros.

A atuação desses militares jovens e desassombrados foi patriótica e inteligente, congregando a tropa em torno das figuras centrais do movimento, emprestando autenticidade e corpo ao que era tão simplesmente idéias.

A proclamação — um evento militar

“Estamos sobre um vulcão”

— esta frase de Floriano Peixoto ao Visconde de Maracaju, ministro da guerra, em 14 de novembro é definidora da situação na véspera da proclamação.

A finalidade deste item é reproduzir os acontecimentos militares do derradeiro dia do Império no Brasil, e isto o torna mais jornalístico do que analítico.

Vamo-nos reportar à tarde do dia 14, quando o major Solon Ribeiro saiu, à paisana, de casa, dizendo à esposa que iria conversar com o general Deodoro, dirigindo-se, no entanto, para o Largo de São Francisco de Paula.

Foi neste logradouro que espalhou o boato de que procurava Bocaiúva, Aristides Lobo e outros para comunicar-lhes que o governo imperial determinara a prisão de vários oficiais, entre os quais Deodoro e Benjamin Constant. A difusão foi rápida e a prometida mentira estourou no interior dos quartéis como odiosa verdade.

É interessante colocar que, à surdina, era comentado, desde algum tempo no meio das praças, que os chefes do movimento eram o major Solon, o capitão Mena Barreto, o tenente Sebastião Bandeira e o alferes Joaquim Inácio, sendo aqui e ali acrescidos à relação um ou outro oficial, todos porém de baixa patente.

Ao ser informado da “iminente” prisão do general, que se encontrava enfermo na residência do irmão, Dr. João Severiano da Fonseca, o capitão Mena Barreto repli-

cou ao tenente Augusto Cincinato de Araújo, seu informante: "Pois bem, vou já com o 9º Regimento buscar o general" (apud, SENNA - 1913, 62).

No aquartelamento de São Cristóvão, já se formavam os 1º e 9º RC, e foi mandado chamar os oficiais ausentes. Logo a seguir, formou-se o 2º RAC, com animais atrelados e canhões engatados.

Às oito horas da noite, Mena Barreto chega ao 9º RC e após fardar-se percorre todos os esquadrões dos dois regimentos (ambos ocupavam o mesmo quartel) e conclama a todos a lutarem pela república. Simultaneamente, o tenente Bandeira trocava as clavinas¹⁰ por lanças nos 2º e 3º esquadrões do 1º RC e distribuía munição aos demais esquadrões clavineiros.

Consta que, para se assegurar do empenho revolucionário das praças, o cadete Abreu, a esta altura, lhes confirmava a ordem de prisão dos líderes, afirmado ainda que a Guarda Nacional já se encaminhava para São Cristóvão, a fim de atacá-los.

Eram vinte e duas horas, quando o tenente-coronel Silva Teles, comandante do 1º RC, chegou ao quartel, dizendo-se informado sobre o que se passava, aconselhando prudência aos esquadrões já armados, pois a soldadesca rejubilava-se com a situação.

Cerca das vinte e três horas, o capitão Mena Barreto aproximou-

se dos tenentes-coronéis Silva Teles e Costa Guimarães que confabulavam nas imediações do portão da rua do Imperador. O segundo inquiriu-o sobre a não percepção de que os republicanos estavam usando o Exército e ainda sobre o que de fato os militares queriam do governo. Incisivo, o capitão disse-lhe que teria a resposta no dia seguinte.

Pouco depois, chegava ao quartel o major Solon, dizendo trazer ordens de Deodoro para que a 2ª Bda estivesse pronta para entrar em ação. Ordens recebidas, segundo ele, em presença do almirante Wandenkolk, Benjamin Constant e do capitão-de-fragata Frederico Larena.

Sob a inspiração de Mena Barreto, os oficiais dos dois regimentos reuniram-se no pátio interno e decidiram que as unidades ficariam, a partir de então, prontas para marchar para a cidade na alvorada. No 2º RAC e na Escola Superior de Guerra o procedimento foi idêntico.

Por volta da meia-noite, o major Serzedelo traz ao quartel notícias de que a infantaria estava contra o movimento da 2ª Bda. A nova causou protesto e inquietação que só se dissiparam no momento em que o alferes Joaquim Inácio recebeu o tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca (irmão de Deodoro) e sua filha, acompanhado do capitão Hermes Rodrigues da Fonseca. A missão que traziam era a de que, por determinação de Deodo-

10. Tipo de carabina.

ro, devia ser informado ao major Solon que a eclosão da revolução seria ao alvorecer, pois somente então as forças da Marinha poderiam desembarcar.

Embora possa parecer que muitas coisas aconteciam ao sabor do acaso, há provas de que havia uma prévia preparação revolucionária.

No dia 4 de novembro, por exemplo, quando o major Marciano de Magalhães afirmou, a Mena Barreto, que a 2.^a Bda estava pronta, mas que só dispunha de 200 tiros de canhão, já se incumbiu de conseguir em Campinho a munição necessária.

No 2.^º RAC, desde 9 de novembro, às escondidas, alguns oficiais, cadetes e praças, juntamente com o serralheiro Amaro, providenciavam a redução de calibre dos projéts de 8 para 7,5 polegadas. Foi também a 9, que o tenente Bandeira, após a assembléia do Clube Militar, quando procurou informar-se sobre a munição disponível no 1.^º RC e soube que era pequena a quantidade, decidiu-se por ocultá-la.

A prova maior foi a reunião de 7 de novembro na residência de Benjamin Constant, da qual participaram, além dele, Bocaiúva, Solon Ribeiro e Mena Barreto, para organizarem o futuro governo provisório.

Benjamin Constant, acompanhado do tenente Lauro Müller, chegou ao 1.^º RC às cinco horas e meia. Exultava com o rumo dos

acontecimentos. De lá enviou, pelo alferes Tasso Fragoso, mensagem ao Clube Naval, solicitando apoio da Marinha para o desembarque dos fuzileiros navais. Foi de lá também que se dirigiu, por mensagem, a Floriano Peixoto, instando-o a assumir a chefia da revolução, face ao estado de saúde do general Deodoro.

Entrementes o movimento guardava dúvidas para alguns sobre os seus reais objetivos. Prova é que o major Lobo Botelho, depois de ver todo o seu regimento em forma, mandou desfraldar a bandeira imperial e, por não ver caráter de subversão contra o Império e sim contra o gabinete, concitou seus comandados a erguer um viva ao Imperador, sendo logo impedido por diversos oficiais.

As tropas puseram-se enfim em marcha. Benjamin Constant seguia a cavalo, ao lado do tenente-coronel Silva Teles. O 1.^º RC era comandado pelo major Solon. O 9.^º RC a pé, protegendo a artilharia, tinha o comando do capitão Mena Barreto, enquanto o 2.^º RAC estava sob o comando do major Lobo Botelho. Cerca de 60 alunos da Escola Superior de Guerra tinham, à sua frente, o capitão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque Silva.

O tenente Lauro Müller e o aluno Antônio Brasil foram incumbidos de comunicar a Deodoro a situação, só encontrando o general já no retorno de sua casa, pois ele se antecipara e rumava para assumir o comando geral. Ao alcançá-lo,

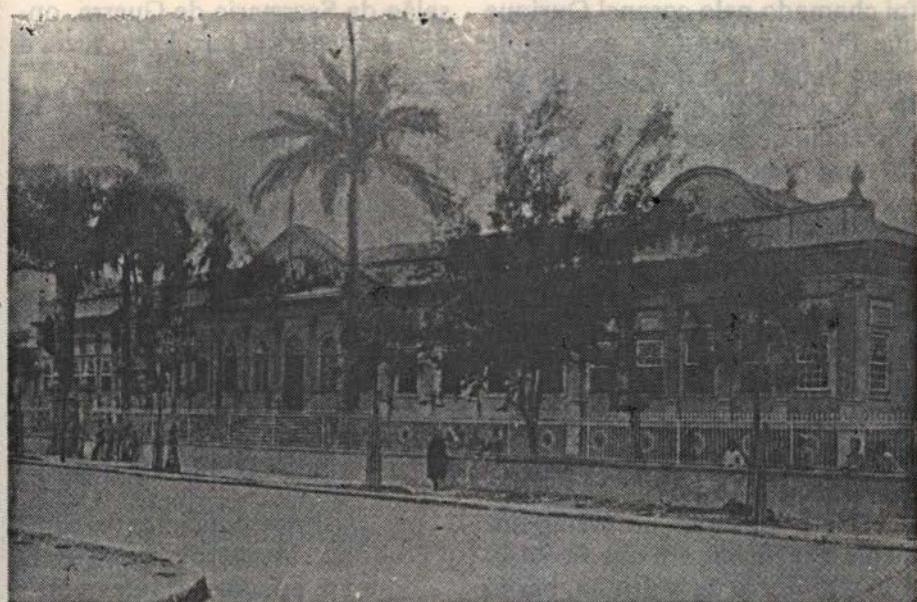


Fig. 5 — Escola Superior de Guerra, cujos alunos tomaram parte ativa no Movimento de 15 de Novembro.

informaram-no, por ordem de Benjamin Constant, do apoio integral de Floriano Peixoto.

Com visível esforço, Deodoro pôde, já no Campo de Santana, colocar-se a cavalo.

Já com as forças dispostas frente ao Quartel General, onde se encontrava reunido o gabinete Ouro Preto, a artilharia, que entrara em posição incorreta, teve o seu comando transferido ao capitão Francisco Xavier Batista.

Deodoro destacou o tenente-coronel Silva Teles como emissário, para que informasse Floriano Peixoto, ajudante-general, de suas intenções de conferenciar.

Ao brigadeiro Almeida Barreto, determinou que dispusesse suas

tropas¹¹ à esquerda da 2ª Bda, ordem que demorou a ser cumprida, causando apreensão e dissabores.

Guiado pelo cadete Raimundo de Abreu, Quintino Bocaiúva foi levado a Deodoro.

Posteriormente, Raimundo de Abreu recebeu, do tenente Bandeira, missão de difícil prognóstico. Deveria informar ao coronel Ourique Jaques, comandante do 10º BI, que se encontrava no Largo da Lapa, para impedir que os alunos da Escola Militar se unissem aos revoltosos, que Deodoro lhe ordenava que também a estes se aliasse. Na altura do Passeio Público, o cadete

11. Estas tropas compunham-se de elementos do Corpo Militar da Polícia e imperiais marinheiros num total de 1.093 homens.

foi chamado pelo coronel Ourique que lhe perguntou "a serviço de quem andava e o que sabia de novo". Raimundo, que já se via na iminência de ser preso por revolto-so, num rasgo de audácia e sagacidade, respondeu-lhe que corria a informar à Escola Militar que Deodoro já proclamara a república e ordenara urgência na marcha da Escola. Tal convicção na pronta resposta fez o velho coronel, não só acreditar, como também partir para o Campo de Aclamação, enquanto que o cadete Abreu prosseguia ao encontro dos alunos.

Há a lamentar no evento somente o incidente em que ficou ferido o ministro da Marinha, barão do Ladário, ao reagir à voz de prisão decretada por Deodoro.

Deodoro aguardava ainda as oito e meia a resposta do gabinete à solicitação feita. Dentro do QG, o governo conferenciava, apoiado na força de parte do 1º e 7º BI, tropas do Corpo de Bombeiros, a alta esquerda do Corpo Militar de Polícia e dispunham ainda de uma metralhadora.

A impaciência dominara o velho cabo de guerra, que acompanhado de seu estado-maior e um piquete dirigiu-se ao portão do QG, pouco depois das nove horas. O portão, por iniciativa do capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão do 1º BI foi aberto. Deodoro cruzou as tropas dispostas no pátio. Determinou que se desse o toque a que tinha direito. Enfim se impôs e foi aclamado. Ato contínuo subiu ao

salão da Secretaria de Guerra, onde o ministério Ouro Preto fazia a derradeira reunião.

É apoiado em depoimento do próprio visconde de Ouro Preto,¹² que vamos concluir sobre o total envolvimento de Floriano Peixoto e do brigadeiro Almeida Barreto. Do primeiro dizem, levianamente, ter sido republicano de última hora e do segundo, tinham dúvidas, em face de seu antigo estremecimento de relações com Deodoro.

Diz Ouro Preto sobre a situação no QG naquela hora:

"Não podíamos esperar vitória, assegurou-se-me, porque em poucos instantes a artilharia reduziria a ruínas o quartel [referia-se à informação do visconde de Maracaju, ministro da guerra].

— Mas essa artilharia pode ser tomada a baioneta, objetei; na pequena distância em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, há tempo para cair sobre a guarnição.

— É impossível! As peças estão assentadas de modo que qualquer surtida será varrida à metralha!

— *Por que deixaram então que tomassem tal posição? Ignoravam isso?!* Mas não creio na impossibilidade senão diante do fato. No Paraguai os nossos soldados apoderaram-se de arti-

12. Em A Ditadura Militar no Brasil - 1890.

lharia em piores condições.
— Sim, observou o Sr. Floriano Peixoto, — mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros.

Se eu pudesse manter ainda ilusões, elas se teriam dissipado ante essa frase.”

(grifo nosso). (apud, SENNA - 1913, 86)

É ainda Ouro Preto, na mesma obra, que nos deixou assertivas daquele momento histórico que nos fazem ponderar sobre pensamentos expressados por Deodoro, que deixam transparecer possíveis dúvidas sobre suas reais intenções. Diz o visconde:

“(...) Declarou [Deodoro] que o ministério estava deposito e que se organizaria outro de acordo com as indicações que iria levar ao Imperador.

.....
Quanto ao Imperador, concluiu, tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos” (apud, SENNA - 1913, 88).

Dúvidas ou não, a situação se precipitou. O capitão Mena Barreto, a esse tempo, adentra a cavalo até a Secretaria de Guerra e concita a todos os presentes postados nas janelas, civis e militares, a erguerem vivas à República. Lá fora esta expressão já era ouvida a todo instante.

Tivemos grandes narradores da

proclamação que afirmavam ter havido hesitação do futuro Marechal da República no momento crítico. É o caso de Ernesto Sena, que afirma:

“O general Deodoro, cuja bondade de coração e de patriotismo não pode ser posta em dúvida, apesar do compromisso tomado para a fundação do novo regime, parecia mostrar-se um tanto dúvida, ou por tibieza, ou movido por algum sentimento de íntima gratidão ao velho monarca brasileiro.

Irrequietos estavam os grandes batalhadores do estabelecimento da República. Constantes e entusiásticos eram cada vez mais os vivas erguidos à República e o general parecia vacilar, causando com isto certa estranheza na tropa e naqueles que, dedicados e convictos, ali se reuniram dispostos a sacrificar a própria vida em defesa do ideal republicano” (SENNA - 1913, 90).

Nada mais, contudo, importava, era irreversível, estava proclamada a República no Brasil.

1964 - COROLÁRIO DOS MOVIMENTOS MILITARES BRASILEIROS

A República brasileira é filha de uma ação militar. Esta colocação tornar-se-á tanto mais verdadei-

ra, quanto mais percorrermos a nossa História, a partir de 1889.

O golpe militar, que nos levou à mudança de regime, foi básico, visto que, pela primeira vez, os militares intervinham na vida política nacional, modificando-a radicalmente.

Deste evento iria surgir a idéia talvez consciente, talvez inconsciente, de que, sendo o novo regime um "filho" seu, por eles haveria de ser resguardado.

É este pensamento, altamente embebido de espírito positivista, que perdura no inconsciente coletivo da classe até os dias atuais, e que resultou nas diversas intervenções militares no período republicano.

Logo de início, tivemos o governo do marechal Deodoro marcado pela crise do "encilhamento".¹³ Nela residiu o cerne do problema que levou o presidente a incompatibilizar-se com a maioria parlamentar, culminando com a sua renúncia.

Cumpre lembrar que pesam sobre a eleição de Deodoro suspeitas de pressão militar a seu favor. Sua queda foi uma vitória dos federalistas contra ele, homem de tendência centralizadora.

O sucessor legal, que deveria ser provisório, viria a ser o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, que completou o período apoiado em forte ala militar, bem como nas oligarquias estaduais, que se haviam

positionado contra seu antecessor. Teve um mandato de força que gerou aplausos e revoltas, como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Há que citar-se a desconfiança que existia nos meios republicanos, ainda novos no poder, contra a aristocrática força naval, espírito herdado do Império.

Foi, sem dúvida, Floriano o consolidador da República.

Com a sucessão presidencial que levou ao poder Prudente de Moraes, vai enfim estabelecer-se a lógica econômica da História. A oligarquia rural, a mesma que deixou a república vir, a mesma que isto impedira no período regencial, tudo ao sabor de seus interesses, finalmente no novo regime, tomava assento no poder, para exercê-lo, deixando à margem as Forças Armadas que tinham sido simples instrumento para a adoção republicana.

As oligarquias agrárias, alçadas ao poder, só conheciam o declínio a partir da Primeira Guerra Mundial. Durante todo esse período, os militares não tiveram atuação de expressão na vida política, muito embora tenham sido atravessadas algumas crises específicas como Canudos, a Revolta da Chibata e a dos Fuzileiros Navais e a do Contestado.

Com os anos vinte de nosso século, viria uma geração militar que iria contestar o que acontecia no Brasil. Esta juventude, os "tenentes", surgia juntamente com uma nova geração de literatos e artistas.

13. Crise financeira na gestão do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa.

Ambas desejavam um país moderno, diferente daquele até ali existente. É a época da Semana de Arte Moderna de 1922, um movimento estético que buscava romper com eurocentrismo, revolucionando o domínio do belo, influindo na vida do país. É paralelamente que os “tenentes” buscam a modernização brasileira.

Qual seria o pensamento que animava estes jovens oficiais? O núcleo central de politização era a Escola Militar de Realengo. De lá fluía a idéia de que a República, instaurada pelos militares, não havia trazido ao Brasil os benefícios vislumbados por ocasião do golpe de 1889.

Descortinaram os “tenentes” o supremo domínio oligárquico e a ele se opuseram, assim como à cúpula do Exército, acusada de servir a esses interesses espúrios. Esta colocação era ainda consequência do pensamento comtista que dominaria à época da Proclamação e geraria o profundo sentido messiânico da classe.

Quando observamos as características tenentistas, facilmente corroboramos o conceito anteriormente exposto: julgavam-se os verdadeiros agentes de uma recuperação nacional; acreditavam que caberia a uma elite a insurreição, pois o povo estava despreparado para a ação; seu conceito nacionalista era vago e limitado a genérica oposição ao capital estrangeiro e, por fim, entendiam como excessiva a autonomia federativa.

Os movimentos revolucionários tenentistas iriam acontecer a partir de 5 de agosto de 1922, com a revolução do Forte de Copacabana, onde desportariam figuras como a de Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Seguiu-se em São Paulo, exatamente dois anos após, a eclosão da revolução paulista do general Isidoro Dias Lopes. Este, como os demais movimentos tenentistas, opunha-se ao governo de forma apaixonada. Após início vitorioso, foram os rebeldes paulistas recalados para o interior, indo, já em 1925, unir-se a outra coluna revolucionária oriunda do Rio Grande do Sul. Dessa junção teve origem a Coluna Prestes — Miguel Costa, que iria percorrer o Brasil de 1925 a 1927, buscando, ao tempo que era perséguída pelas forças governamentais, conscientizar as populações rurais contra as oligarquias que as lesavam. Era ainda uma tentativa contra o “coronel da terra”, aquele mesmo que avançava no tempo, oriundo da Guarda Nacional de Diogo Feijó.

A Coluna terminou no exílio, com poucos frutos colhidos. O tenentismo dividir-se-ia em duas facções, pois foi em Buenos Aires que Prestes tomou contato com as teorias marxistas.¹⁴

Com o ano de 1929, o Brasil

¹⁴ Segundo o livro Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias, de Aspásia Camargo e Walder de Góes, na Coluna, Prestes não demonstrava a mínima postura marxista.

sofreu com a crise econômica internacional, assim como o resto do mundo. Aqui a oligarquia cafeeira, que apoiava o presidente eleito Washington Luís, arruinava-se com sua superprodução sem compradores externos. Pediu ao governo que comprasse seus excedentes e este negou-se, já pressionado por oligarquias dissidentes e diferentes grupos sociais urbanos.

A definitiva cisão oligárquica deu-se com a ruptura da política café-com-leite.¹⁵ Forma-se a chamada Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba) que perde a eleição presidencial. Estas derrotadas oligarquias dissidentes vão buscar os "tenentes" (marginalizados ou no exílio) para se constituir no braço armado da revolução de 1930. Os "tenentes", na busca do poder, na esperança jovem do Brasil melhor, unem-se à facção que até então combateram.

A chefia militar do movimento coube ao general Góes Monteiro, por deter a confiança dos gaúchos, e a chefia geral ficou com o poderoso estancieiro rio-grandense, Getúlio Vargas.

Vitoriosa a revolução, através de um golpe militar, foi formada uma Junta Pacificadora composta pelos generais Tasso Fragoso, Meena Barreto e o almirante Isaías Noronha. Com a chegada triunfante de Vargas e seus "tenentes" à capital, a Junta entregou-lhes o po-

der, segundo alguns historiadores a contragosto.

Nova era política, econômica e social se iniciava no Brasil. A ala nacionalista do tenentismo é reincorporada às Forças Armadas e passa a ter papel destacado no cenário político. Diz Cordeiro de Farias que Getúlio se apoiava nos "militares picolés"¹⁶ por julgá-los mais influenciáveis, com que o marechal concordava. Alguns "tenentes" tornaram-se intervenientes nos estados, como Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto e outros.

Em 1932, a pequena classe média constitucionalista liberal se rebela em São Paulo, pois Vargas não providenciava uma Constituição e também não favorecia aquele estado.

Novamente vai ser acionada uma alavanca militar com liderança dos generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger. Esta revolução se constituiu um fracasso militar, mas obteve grandes dividendos políticos, visto que Vargas promoveu, em 1933, eleições para uma assembleia constituinte.

A outra facção tenentista, em 1935, sob a liderança do agora comunista Luiz Carlos Prestes, lança-se à tresloucada aventura da Inten-

15. Na qual se revezavam presidentes paulistas e mineiros.

16. Alcunha recebida pelo fato de terem sido reintegrados à força terrestre, ou seja "já virem prontos". Aos que assim os chamavam tribuíam com o título de "rabanetes", vermelhos por fora e branco por dentro, pois não participavam de nenhuma revolução. Tinham cursos regulares que os "picolés" não tinham.

tona Comunista, que foi sufocada, deixando seqüelas que mostraram outra face político-ideológica cres-

cente no país, utilizada, inclusive, por Vargas como bode expiatório na adoção do Estado Novo.

Trajeto da Coluna Prestes, com base no mapa traçado por Lourenço Moreira Lima.

Marcha da Coluna
Contramarcha da Coluna

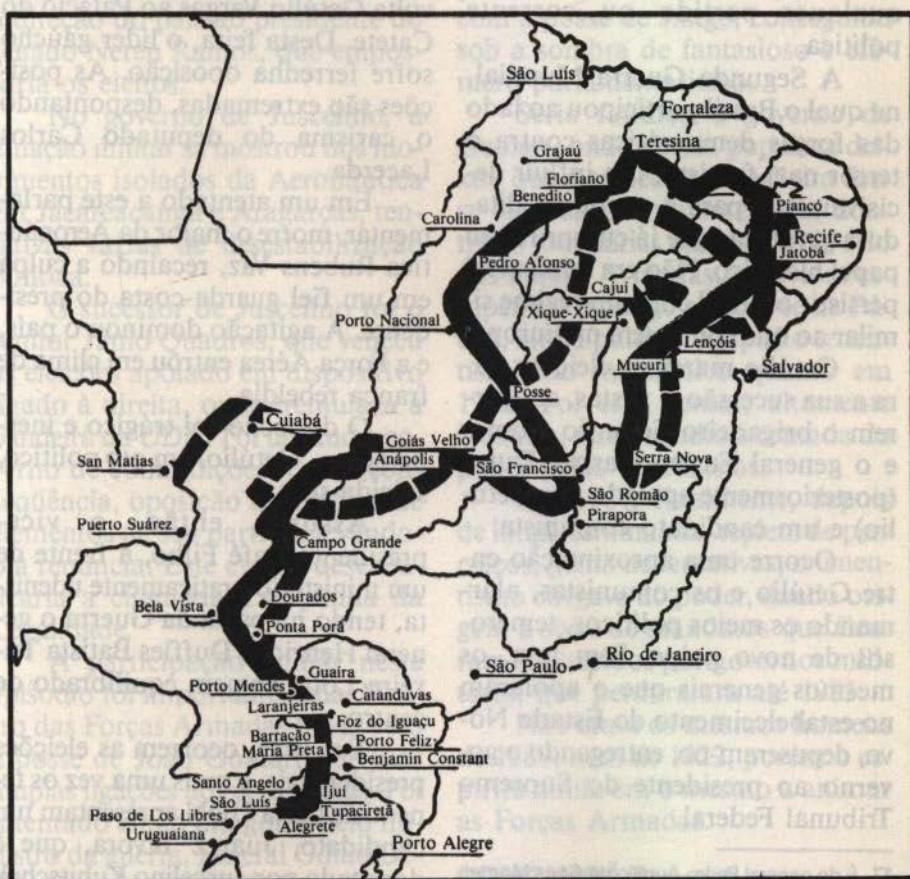


Fig. 6

Vargas que deveria deixar o poder em 1938, conforme estabelecia a Constituição de 1934, começa a articular com o general Góes Monteiro,¹⁷ chefe do Estado-Maior do Exército e com o seu ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, para continuar no poder.

A trama urdida funcionou e Getúlio instala o Estado Novo, ditadura apoiada no poder dos dois generais, porém sem respaldo de qualquer partido ou corrente política.

A Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil participou ao lado das forças democráticas contra o terror nazi-fascista, iria influir decisivamente para a queda da ditadura getulista, que já cumprira seu papel histórico. Não era admissível persistir o Brasil com um regime similar ao que combatera na Europa.

Getúlio marca as eleições para a sua sucessão e, nestas, concorrem o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra (posteriormente apoiado por Getúlio) e um candidato comunista.

Ocorre uma aproximação entre Getúlio e os comunistas, alarmando os meios políticos, temerosos de novo golpe. Sem luta, os mesmos generais que o apoiaram no estabelecimento do Estado Novo, depuseram-no, entrégando o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

17. É do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a frase que dizia: "Não se deve fazer política no Exército, deve-se fazer política do Exército."

A participação militar na política nacional era intensa, então. A União Democrática Nacional, partido antagetulista, passa a congregar os interesses tenentistas que ainda perduravam. Eduardo Gomes por duas vezes foi seu candidato presidencial, nas duas foi derrotado, esvaindo-se as oportunidades tenentistas de galgarem o poder pelas urnas.

Na segunda derrota udenista, volta Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. Desta feita, o líder gaúcho sofre ferrenha oposição. As posições são extremadas, despotando o carisma do deputado Carlos Lacerda.

Em um atentado a este parlamentar, morre o major da Aeronáutica Rubens Vaz, recaindo a culpa em um fiel guarda-costa do presidente. A agitação dominou o país, e a Força Aérea entrou em clima de franca rebeldia.

O desfecho foi trágico e inesperado — Getúlio, em ato político, suicida-se.

Assume, então, o vice-presidente Café Filho, à frente de um ministério praticamente udenista, tendo na pasta da Guerra o general Henrique Duffles Batista Teixeira Lott, homem equilibrado de centro.

Em 1955, ocorrem as eleições presidenciais, e mais uma vez os tenentistas pela UDN apresentam um candidato, Juarez Távora, que é derrotado por Juscelino Kubitschek da aliança PSD-PTB.

A UDN prega abertamente o

golpe que impediria a posse dos eleitos, explorando a animosidade entre setores conservadores das Forças Armadas e o vice-presidente eleito João Goulart. Café Filho, por motivo de saúde, se afasta e entrega a Carlos Luz a presidência, e este esposa a idéia do golpe udenista.

Foi decisiva então a participação do general Lott, desencadeando um contragolpe preventivo, derrubando Carlos Luz e entregando a direção do país ao presidente do senado Nereu Ramos, que empossaria os eleitos.

No governo de Juscelino, a atuação militar se mostrou nos movimentos isolados da Aeronáutica em Jacareacanga e Aragarças, tentativas vazias de desestabilização política.

O sucessor de Juscelino foi o senhor Jânio Quadros, que venceu as eleições apoiado em dispositivo ligado à direita, onde tremulava a bandeira da UDN. Foi um curto governo de contradições, como consequência, oposição até mesmo de elementos de seu partido, levando-o à renúncia. Este evento desencadearia a chamada Campanha da Legalidade.

A participação militar neste episódio foi importantíssima. Dentro das Forças Armadas havia veto à posse de João Goulart por suas amplas ligações aos comunistas. Foi intentado então um golpe pelo ministro da guerra, general Odílio Denis, visando a impedir-lhe a posse. Houve reação entre os militares. Primeiramente da parte do mare-

chal Lott, legalista que acabou preso pelo ministro. Veio depois o apoio do comandante do então III Exército, em Porto Alegre, general José Machado Lopes à campanha desencadeada pelo oportunista governador gaúcho, em favor da obediência à Constituição e da garantia de posse do vice-eleito, seu cunhado.

Viu-se o Brasil às margens da guerra civil, mas esta se dissipou com a posse de Jango, conseguida sob a sombra de fantasioso e efêmero parlamentarismo.

Seria fatídico o governo de Goulart, onde a onda populista deixou que a sociedade brasileira fosse atacada literalmente pelas doutrinas totalitárias marxistas. No seio das Forças Armadas, que viam estupefatas o perigo acercar-se da Pátria, ainda pulsava o espírito tenentista, tão messiânico quanto em 1922. Foi este pensar, altamente idealista, que impidiu a tomada do poder pelos comunistas.

Em 1964, finalmente, depois de longa caminhada, repleta de percalços, plena de tentativas, o tenentismo chegava ao poder, dando origem à série de mandatos que ficaram conhecidos por governos militares, que perduraram até 1985.

Não eram os mesmos homens de 1889, nem de 1922, porém o espírito ainda era o mesmo a animar as Forças Armadas.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos nosso trabalho, após percorrer mais de um sé-

culo de nossa História, é inevitável voltar-se à asserção de que a vida política desta Nação esteve e está intimamente ligada aos rumos vividos pelas suas Forças Armadas, diria mais, ao espírito que pulsa em seu seio.

Ficou patente que, no Império, esta ligação já existia, porém dela os militares não haviam tomado consciência. Foram as forças militares usadas ao sabor dos interesses políticos eventuais.

A Guerra da Tríplice Aliança foi o despertar da consciência política dos homens de farda, colhido, dentro de uma límpida lógica, nos contatos com os vizinhos republicanos. O prolongamento dessa evolução deu-se através das questões militares, ou Questão Militar, como fica melhor para identificar incidentes vários que estavam revestidos do mesmo sentimento classista.

O magno momento desta caminhada inicial foi a Proclamação da República. O questionamento sobre terem sido ou não os militares usados (mais uma vez) pelos republicanos, torna-se irrelevante diante do "status" que as Forças Armadas adquiriram a partir do golpe de 1889.

O envolvimento que tiveram na campanha republicana, além das causas normalmente apresentadas, talvez não fosse possível, se não existisse dentro da caserna, naquela época, um imenso espírito academicista.

O longo período dentro dos

muros escolares, cercado de uma atmosfera humanista, criou um terreno propício a reflexões, onde se implantaram idéias como as positivistas.

Somos levados a observar que a interação dos inúmeros fatores citados no trabalho criou o clima necessário aos acontecimentos militares que se desenrolaram no último quartel do século XIX no Brasil.

O Império caminhava para seu fim dentro de um processo natural. O golpe de 15 de novembro simplesmente o antecipou. No entanto, não tememos afirmar, ao término de nossos estudos, que somente aquele ato poderia fechar o ciclo iniciado nas campanhas contra Solano Lopes, e estendido na Questão Militar.

Para a consecução da mudança de regime, foi primordial a participação de vários militares. Muitos, com justa razão, tiveram seu valor reconhecido, contudo outros foram olvidados pela História para ocupar o panteão republicano. Entre eles, devemos ressaltar o então capitão Adolfo da Fontoura Mena Barreto, o tenente Sebastião Bandeira e o alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso, dentro de uma longa relação de homens que propagaram o ideal republicano na caserna, e que por fim o materializaram.

Cabe, nesta conclusão, ainda um posicionamento sobre três vultos grandiosos: Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Quanto aos dois primeiros há uma estéril discussão acerca de hierarquiza-

ção de valor de ambos para o evento. Não há supremacia de ninguém. Cada qual em seu setor teve inigualável valor.

Benjamin Constant foi o arquiteto do espírito militar revolucionário, que não bastava, pois faltava o inexcedível carisma do líder Deodoro da Fonseca. Se a Benjamin Constant foram atribuídas pelos parlamentares honrarias especiais, foi unicamente em retaliação ao centralismo de Deodoro, chefe de estado.

Quanto a Floriano Peixoto, muito é dito sobre sua adesão de última hora, querendo caracterizá-lo um oportunista, que não foi. Hoje é incontestável seu envolvimento consciente na trama republicana. Prova é sua convocação por Benjamin Constant para que assumisse a direção do movimento na quase ausência de Deodoro enfermo. Se isto não bastasse, os posteriores depoimentos do insuspeito Ouro Preto não deixam dúvidas a respeito, mormente por não terem sido contestados.

Cumpre finalizar, voltando ainda uma vez à ligação dos militares com o processo político brasileiro.

Uma mentalidade se formou nas Forças Armadas e passou a integrar definitivamente a estrutura das instituições militares. Quer por seu sentido de brasiliade, quer forçados pela mola propulsora da juventude, os militares do final do século XIX vestiram-se de um espírito messiânico que perdura até nos-

sos dias. Legado que foi da geração positivista, tem assumido diversos matizes e transmitido através dos tempos.

Verifica-se a presença marcante de homens como Tasso Fragoso e Hermes da Fonseca, jovens atuantes na proclamação e líderes nacionais em outros períodos. Assistimos os nomes de Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Eduardo Gomes e mesmo do saltimbanco Luiz Carlos Prestes desfilarem pelos acontecimentos da história republicana por mais de meio século.

Logicamente, as raízes de 1889 vêm frutificando ao longo dos tempos.

Ontem, o tenentismo, tão positivista quanto a ideologia da Praia Vermelha de Benjamin Constant, ditou as regras de considerável facção política nacional. Hoje, os seus discípulos estão, da mesma forma, presentes no quadro político do país. Não é possível negar ligação daquele passado ao nosso presente. Homens como Ernesto Geisel, Mourão Filho, João Figueiredo, Golberi do Couto e Silva e tantos outros, foram criados em atmosfera castrense altamente impregnada de espírito tenentista e — o que é mais — positivista.

Esta ilação é que nos permite afirmar, convictos, a idéia primeira que norteou este trabalho: a Revolução de 1964, quando finalmente os militares assumiram a direção do Brasil, é o corolário de todas as participações político-militares brasileiras.



Fig. 7 — O então Tenente Sebastião Bandeira, General reformado;
Capitão Menna Barreto, Marechal reformado;
e Alferes Joaquim Ignácio, Coronel do Exército.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Isnard Pereira de - 1978. O Clube Militar de 1887 a 1978: resumo histórico dos 91 anos de existência. Rio de Janeiro.
2. BELLO, José Maria - 1976. História da República. São Paulo, Cia Editora Nacional.
3. CORREIA, Leoncio - 1939. A verdade histórica sobre o 15 de Novembro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
4. EME - 1972. História do Exército Brasileiro. Brasília, Serviço Gráfico da Fundação IBGE.
5. FAGUNDES, Morivalde Calvet - 1987. "O Clube Militar e a Proclamação da República". In: Revista do Clube Militar 280, 45-46. Rio de Janeiro.
6. FARIA, Osvaldo Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder - 1981. Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Faria. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
7. KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Fraye - 1984. História do Brasil. São Paulo, Atual Editora Ltda.
8. LACOMBE, Américo Jacobina - 1987. "O Clube como consequência da Questão Militar". In: Revista do Clube Militar 280, 8-9. Rio de Janeiro.
9. MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo - 1957. Deodoro, a Espada Contra o Império, Vols. I e II. São Paulo, Cia Editora Nacional.
10. MC CANN, Frank D. - 1982. A Nação Ar-mada. Trad de Silvio Rolim. Recife, Editora Guararapes Ltda.
11. MITCHELL, Gilberto de Medeiros - 1978. O Clube Militar: síntese de sua história. Rio de Janeiro.
12. MOREIRA, Antônio Ilha - 1947. Proclamação e Fundação da República. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
13. MOURÃO FILHO, Olympio - 1978. Memórias: A Verdade de Um Revolucionário. Porto Alegre, L e PM Editores Ltda.
14. PEIXOTO, Silvio - 1939. Floriano, Memórias e Documentos. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação.
15. PRADO JUNIOR, Caio - 1953. Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. São Paulo, Editora Brasiliense Ltda.
16. SENNA, Ernesto - 1913. Deodoro, subsídios para a história - Notas de um repórter. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
17. SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis - 1983. História do Brasil. São Paulo, Editora Moderna Ltda.
18. SILVA, Hélio - 1985. O Poder Militar. Porto Alegre, L e PM Editores Ltda.
19. Vários autores - 1927. Deodoro 1827-1927. Rio de Janeiro, A Encadernadora S.A.

FONTES PRIMÁRIAS

1. A República: coletânea, 1870-1874. Rio de Janeiro.
2. Clube Militar - Livro de Atas - 1887-1889. Museu do Clube Militar. Rio de Janeiro.
3. Diário de Notícias: coletânea, 1885-1889. Rio de Janeiro.
4. Jornal do Comércio: coletânea, 1827-1964. Rio de Janeiro.
5. O Imparcial: coletânea, 1912-1929. Rio de Janeiro.
6. O País: coletânea, 1884-1934. Rio de Janeiro.
7. Pactos de Sangue referentes à Proclamação da República, 1889, Museu do Clube Militar. Rio de Janeiro.



IVAN COSME DE OLIVEIRA PINHEIRO — Maj de CAVALARIA QEMA, possui os cursos de AMAN (1972), EsCom (1975), EsAO (1981) e ECUME (1988). Bacharel em Administração de Empresas pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, MS, além de estágios de Orientação Educacional e Elaboração de Currículos do Centro de Estudos de Pessoal do Exército. Foi articulista de jornais em Mato Grosso do Sul, bem como agraciado em diversos concursos literários no país. Participou da elaboração de manuais de campanha publicados pelo Exército quando instrutor da Escola de Comunicações do Exército, onde compôs, ainda, a canção deste estabelecimento de ensino. É natural do Rio de Janeiro - RJ (18 Jun 50).



SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA NA ZONA DE COMBATE

João de Azevedo

O artigo é um resumo da monografia produzida pelo autor, como exigência curricular para a diplomação do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Propõe um Sistema de Comunicações por Área na Zona de combate que responda ao desenvolvimento da eletrônica e da informática (bases dos meios de comunicações, aliado ao emprego de blindados e helicópteros no combate).

SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE COMANDO E POR ÁREA

As guerras do século XX têm trazido uma rápida reformulação das doutrinas militares, que a cada vez aumenta a importância do papel das comunicações no campo de batalha, devido à rapidez e à intensidade das mudanças de posições das unidades no terreno.

As comunicações na Zona de Combate (ZC) se revestem de características e exigências próprias, em função do nível de comando a ser apoiado. Varia desde uma simples ligação exigida para um comandante de um grupo de combate, até um complexo sistema de comunicações para atender os grandes comandos.

Assim, os sistemas de comunicações são empregados em função das características, das vantagens e das desvantagens do meio que os

compõe, dando origem a um sistema de comunicações de comando ou a um sistema de comunicações por área (SCA).

O primeiro é organizado para permitir a ligação entre um comando e seus elementos subordinados.

Baseia-se na ligação direta entre um centro de comunicações de comando (CComCmdo) do escalão considerado e os CComCmdo de suas unidades orgânicas ou integradas (figura 1).

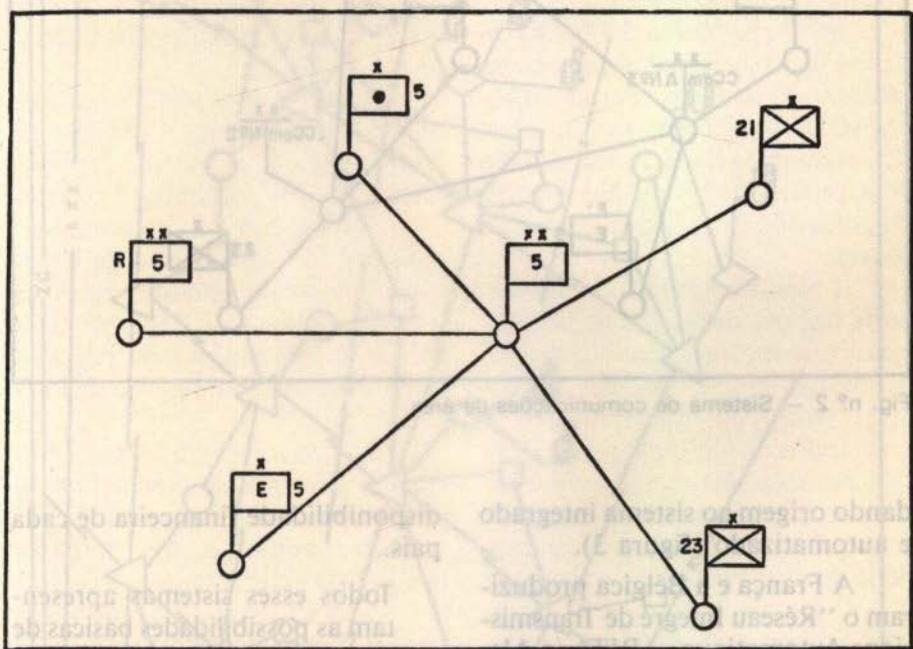


Fig. n.º 1 — Sistema de comunicações de comando.

O segundo é organizado para permitir a ligação entre os elementos localizados em uma determinada área geográfica.

Utiliza centros de comunicações de área (CComA), instalados nas regiões de maior concentração de unidades, ou nas proximidades dos elementos a apoiar (figura 2).

SISTEMA DE COMUNICAÇÕES INTEGRADO E AUTOMATIZADO

Com a evolução da tecnologia e com o emprego da informática, vários países aperfeiçoaram suas doutrinas de empregos do SCA,

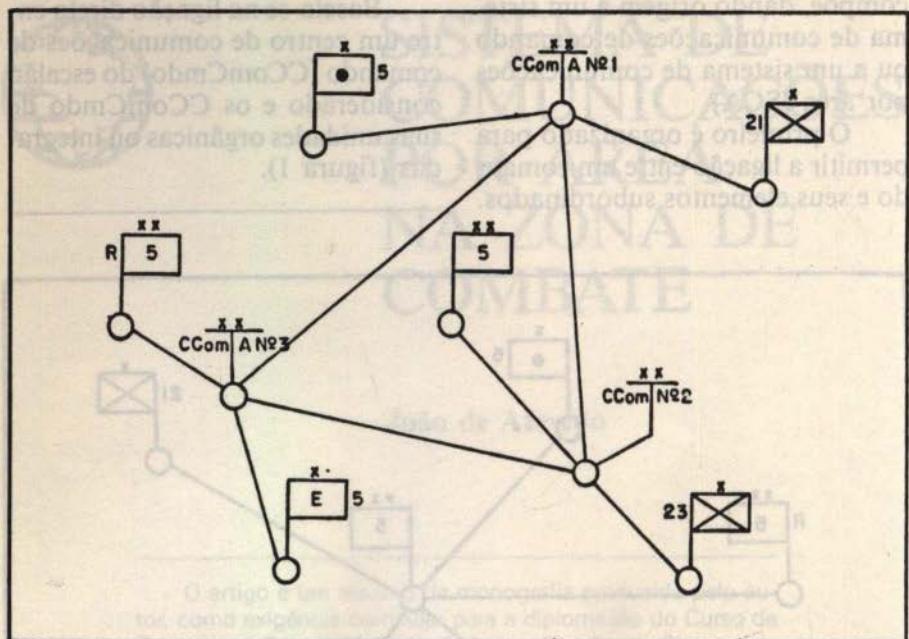


Fig. n.º 2 — Sistema de comunicações de área.

dando origem ao sistema integrado e automatizado (figura 3).

A França e a Bélgica produziram o "Réseau Intégré de Transmissions Automatique — RITA; a Alemanha criou o "Automatische Korpsstammnetz — Autoko"; a Inglaterra adotou o "Ptarmigan System"; os EUA criaram o "Tri-Service Tactical Communications — Tri-Tac" e o "Mobile Subscriber Equipment — MSE".

Atualmente, os sistemas integrados de comunicações são praticamente semelhantes, ou apresentam pequenas variações, em função do nível de desenvolvimento e da

disponibilidade financeira de cada país.

Todos esses sistemas apresentam as possibilidades básicas de seleção automática de rotas alternativas; ligação automática entre os usuários; criptologia em linha; integração entre assinantes fixos da rede telefônica e assinantes móveis da rede rádio; proteção contra as atividades da Guerra Eletrônica (GElt) do inimigo; e conexões aos sistemas de comunicações fixos, civis e militares, através dos meios tradicionais ou via satélite.

SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA NA ZONA DE COMBATE

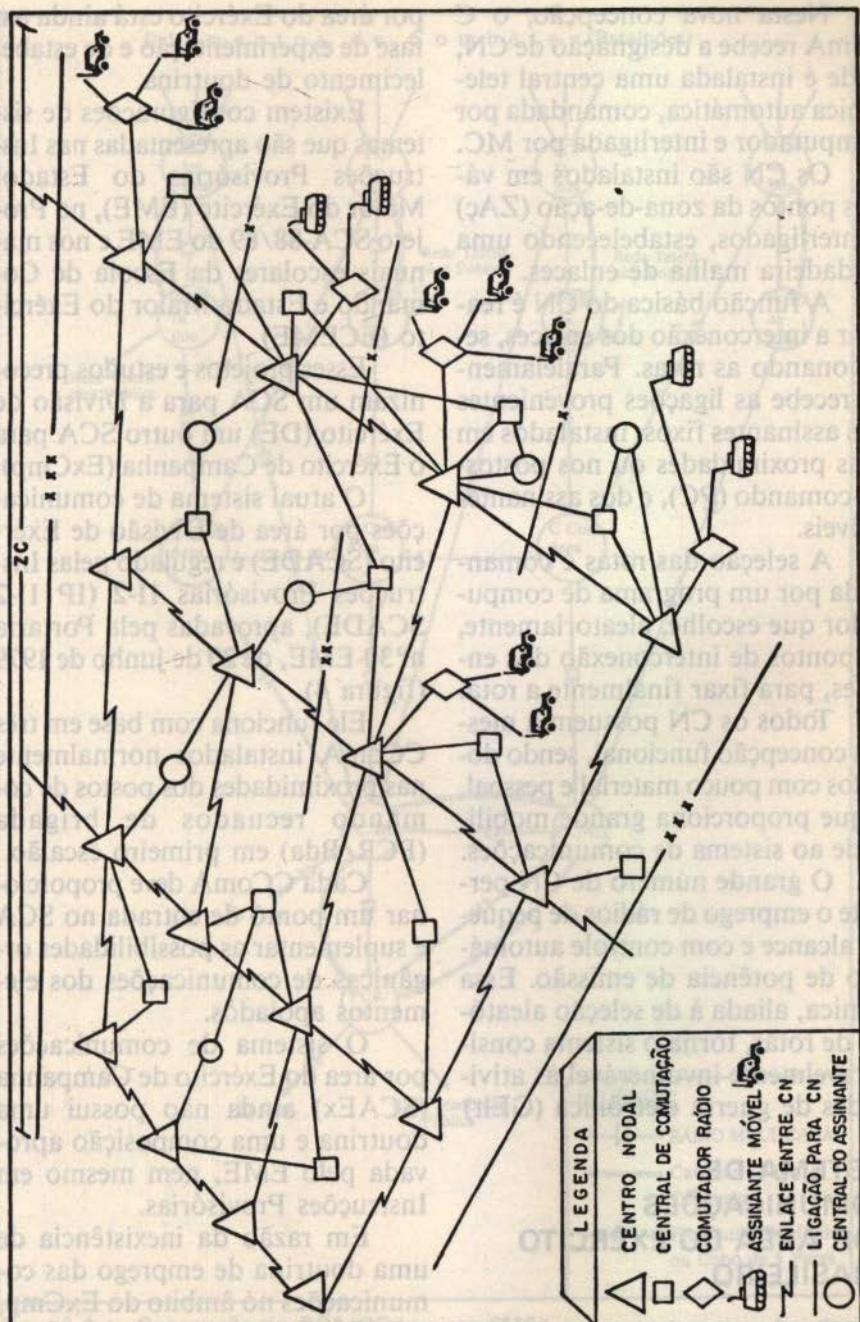


Fig. n.º 3 – SOTRIN.

Nesta nova concepção, o C ComA recebe a designação de CN, onde é instalada uma central telefônica automática, comandada por computador e interligada por MC.

Os CN são instalados em vários pontos da zona-de-ação (Zaç) e interligados, estabelecendo uma verdadeira malha de enlaces.

A função básica do CN é realizar a interconexão dos enlaces, selecionando as rotas. Paralelamente, recebe as ligações provenientes dos assinantes fixos, instalados em suas proximidades ou nos postos-de-comando (PC), e dos assinantes móveis.

A seleção das rotas é comandada por um programa de computador que escolhe, aleatoriamente, os pontos de interconexão dos enlaces, para fixar finalmente a rota.

Todos os CN possuem a mesma concepção funcional, sendo dotados com pouco material e pessoal, o que proporciona grande mobilidade ao sistema de comunicações.

O grande número de CN permite o emprego de rádios de pequeno alcance e com controle automático de potência de emissão. Essa técnica, aliada à de seleção aleatória de rotas, torna o sistema consideravelmente invulnerável às atividades de guerra eletrônica (GElt).

SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O sistema de comunicações

por área do Exército está ainda em fase de experimentação e de estabelecimento de doutrina.

Existem configurações de sistemas que são apresentadas nas Instruções Provisórias do Estado-Maior do Exército (EME), no Projeto SCA-88/89 do EME e nos manuais escolares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Esses projetos e estudos preconizam um SCA para a Divisão de Exército (DE) um outro SCA para o Exército de Campanha (ExCmp).

O atual sistema de comunicações por área de Divisão de Exército (SCADE) é regulado pelas Instruções Provisórias 11-2 (IP 11-2 SCADE), aprovadas pela Portaria nº 30-EME, de 20 de junho de 1979 (figura 4).

Ele funciona com base em três CComA instalados normalmente nas proximidades dos postos de comando recuados de brigada (PCR/Bda) em primeiro escalão.

Cada CComA deve proporcionar um ponto de entrada no SCA e suplementar as possibilidades orgânicas de comunicações dos elementos apoiados.

O sistema de comunicações por área do Exército de Campanha (SCAEx) ainda não possui uma doutrina e uma composição aprovada pelo EME, nem mesmo em Instruções Provisórias.

Em razão da inexistência de uma doutrina de emprego das comunicações no âmbito do ExCmp, a ECEME adotou, a título experi-

SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA NA ZONA DE COMBATE

Elementos de Combate (Batalhões)

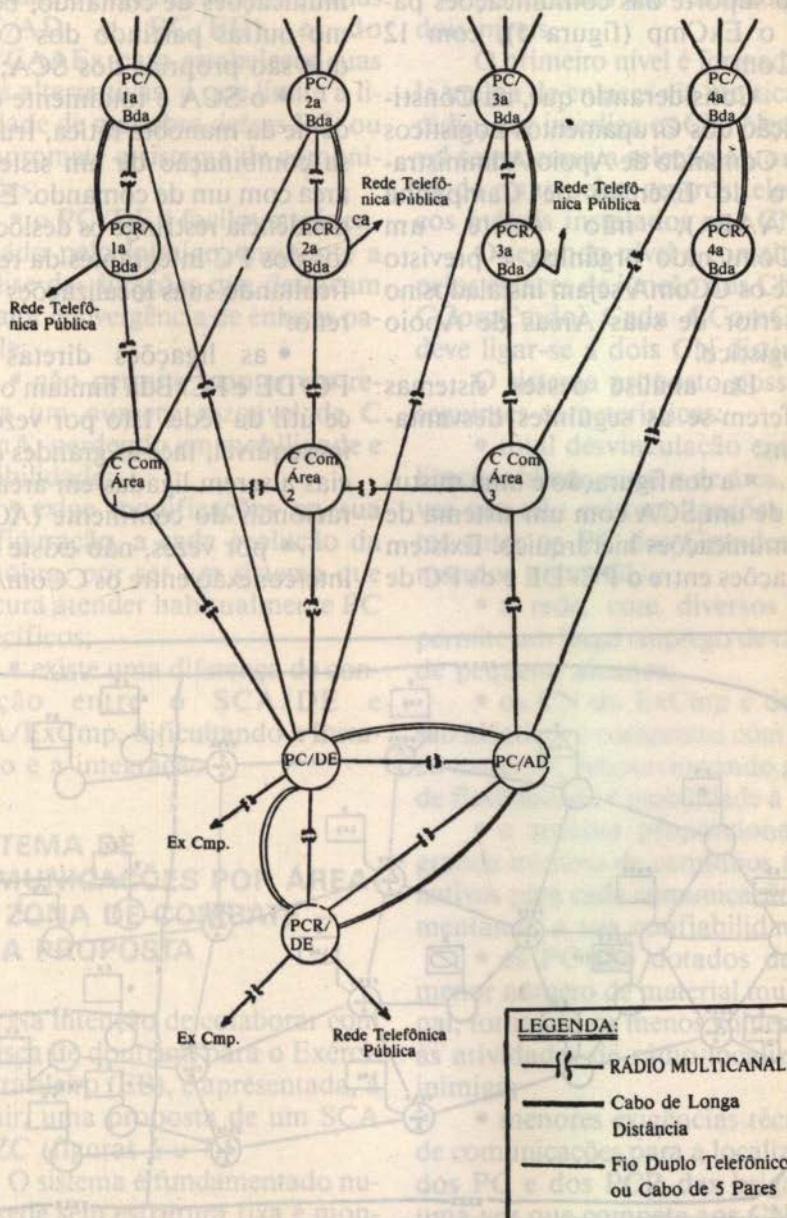


Fig. n.º 4 – Concepção do SCA/DE (projeto EME).

mental e para fins escolares, um sistema de comunicações por área como suporte das comunicações para o ExCmp (figura 5), com 12 CComA.

Considerando que, na Constituição dos Grupamentos Logísticos do Comando de Apoio Administrativo do Exército de Campanha (CAAEx), não existe um CComCmdo orgânico, é previsto que os CComA sejam instalados no interior de suas Áreas de Apoio Logístico.

Da análise desses sistemas inferem-se as seguintes desvantagens:

- a configuração é uma mistura de um SCA com um sistema de comunicações hierárquico. Existem ligações entre o PC/DE e os PC de

sus grandes unidades (GU) subordinadas, típicas do sistema de comunicações de comando, bem como outras partindo dos CComA que são próprias dos SCA;

- o SCA é totalmente dependente da manobra tática, fruto dessa combinação de um sistema de área com um de comando. Essa dependência restringe os deslocamentos dos PC integrantes da rede, dificultando suas localizações no terreno;

- as ligações diretas entre PC/DE e PC/Bda limitam o alcance útil da rede. Isto por vezes será inexequível, face às grandes distâncias a serem ligadas em áreas operacionais do continente (AOC);

- por vezes, não existe a total interconexão entre os CComA, des-

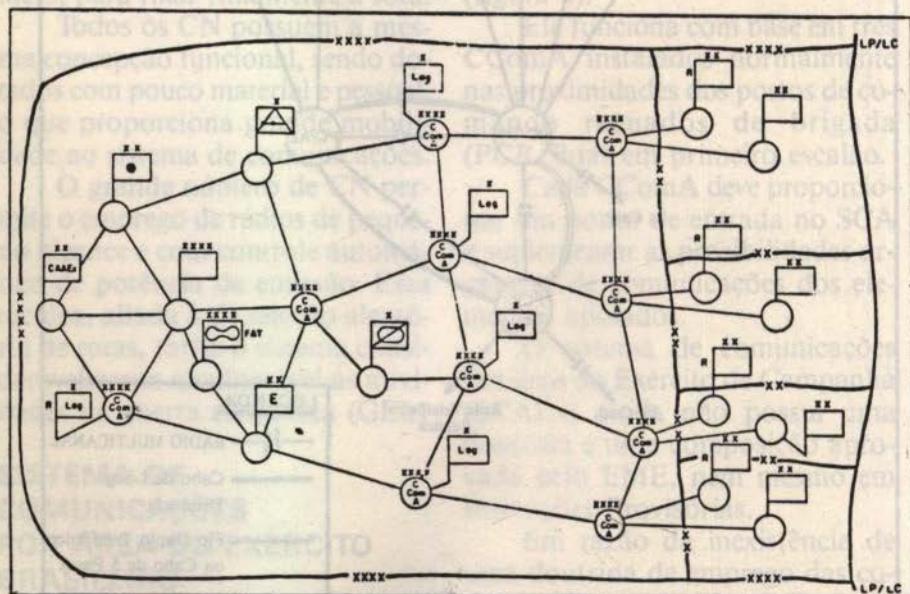


Fig. n.º 5 — Sistema de multicanal típico de ExCmp (ECEME).

caracterizando um sistema por área;

- o SCA depende dos PC da artilharia e engenharia divisionárias (PC/AD e PC/ED) e do PC/CAAEx para estabelecer suas rotas alternativas, o que limita a liberdade de manobra desses PC, ou compromete o sistema de comunicações;

- o PC/DE é facilmente identificado pelo inimigo, mediante a análise das ligações que destacam a maior convergência de enlaces para ele;

- não permite manter em reserva um número razoável de C ComA, perdendo em mobilidade e flexibilidade;

- exige modificações na sua configuração, a cada evolução da manobra, por ser um sistema que procura atender habitualmente PC específicos;

- existe uma diferença de concepção entre o SCA/DE e SCA/ExCmp, dificultando a instalação e a integração.

SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA NA ZONA DE COMBATE – UMA PROPOSTA

Na intenção de colaborar com a busca de doutrina para o Exército Brasileiro (EB), é apresentada, a seguir, uma proposta de um SCA na ZC (figuras 6 e 7).

O sistema é fundamentado numa rede sem estrutura fixa e montada com apoio nos centros nodais.

O SCA/Ex tem a mesma composição do SCA/DE.

As ligações são realizadas em dois níveis.

O primeiro nível é formado pela malha de enlaces via multicanal-rádio, que interliga os CN. Neste nível se processa a seleção automática de rotas pelos centros telefônicos móveis instalados nos CN.

O segundo nível é constituído pelos enlaces de junção dos CN aos CComCmdo. Cada CComCmdo deve ligar-se a dois CN distintos.

O sistema proposto possui as seguintes características:

- total desvinculação entre as ligações hierárquicas e de área, uma vez que não existem ligações diretas entre os PC dos Grandes Comandos e das GU.

- a rede, com diversos CN, permite um largo emprego de rádios de pequeno alcance;

- os CN do ExCmp e da DE são idênticos e compostos com pouco material, proporcionando grande flexibilidade e mobilidade à rede;

- o sistema proporciona um grande número de caminhos alternativos para cada comunicação, aumentando a sua confiabilidade;

- os PC são dotados de um menor número de material multicanal, tornando-os menos vulneráveis às atividades de rádio-localização inimiga;

- menores exigências técnicas de comunicações para a localização dos PC e dos PCR das brigadas, uma vez que compete aos CN realizar a cobertura de comunicações

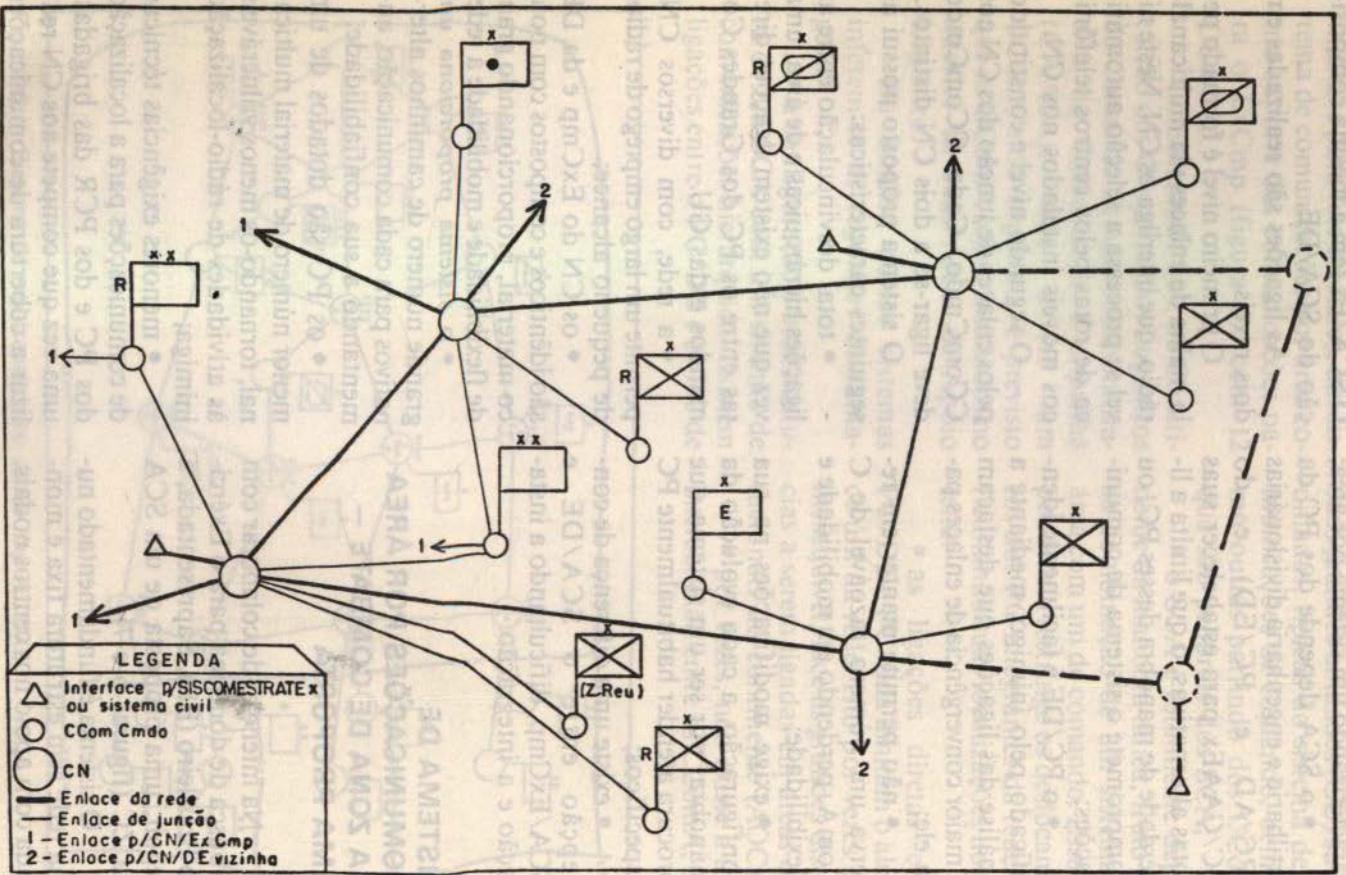


Fig. n.º 6 – Configuração do SCA/DE.

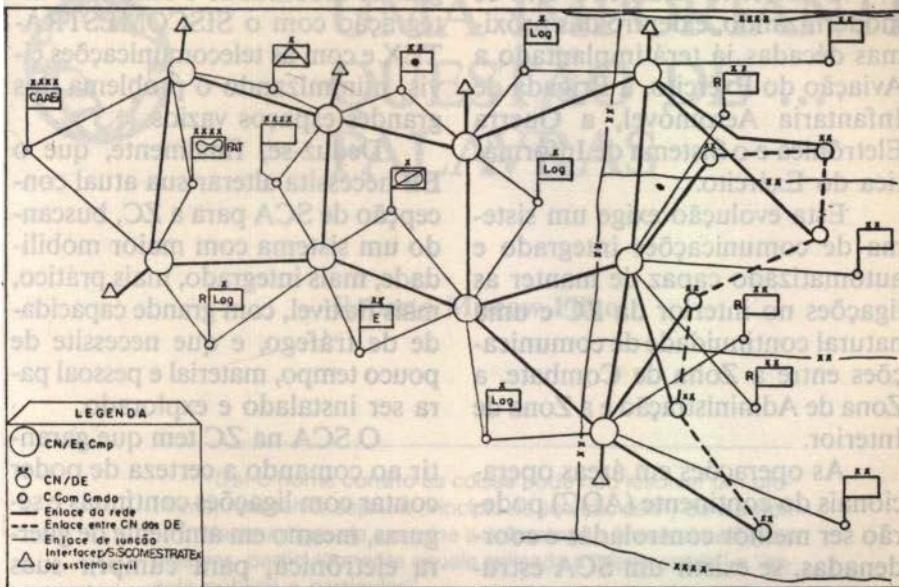


Fig. nº 7 — Configuração do SCA/ExCmp.

em toda a ZC, para estabelecer as ligações aos CComCmdo já instalados;

- maior facilidade para as ligações laterais entre as Brigadas e Divisões, através dos CN;
- os CN, dotados de pequena quantidade de material, podem ser instalados facilmente, com auxílio dos helicópteros do Batalhão de Aviação do Exército(BAvEx), em terreno montanhoso ou de difícil acesso terrestre;

- o sistema se adapta melhor às operações em áreas de grandes extensões, quando poderá empregar os meios do SISCOMESTRATEX, e do sistema nacional de telecomunicações para interligar os CN;
- a melhor integração do

SCA/Ex com o SCA/DE proporciona ligação direta entre os Grupamentos Logísticos do ExCmp e os Batalhões Logísticos das Brigadas, facilitando o apoio administrativo;

- a grande mobilidade da rede, fruto do fácil deslocamento dos CN, não limita o movimento das unidades no terreno.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento da eletrônica e da informática, base dos meios de comunicações, aliado ao emprego dos blindados e helicópteros no combate, determina modificações na doutrina de emprego das comunicações na ZC.

O Exército Brasileiro está se modernizando, e dentro das próximas décadas já terá implantado a Aviação do Exército, a Brigada de Infantaria Aeromóvel, a Guerra Eletrônica e o Sistema de Informática do Exército.

Esta evolução exige um sistema de comunicações integrado e automatizado capaz de manter as ligações no interior da ZC e uma natural continuidade de comunicações entre a Zona de Combate, a Zona de Administração e a Zona de Interior.

As operações em áreas operacionais do continente (AOC) poderão ser melhor controladas e coordenadas, se existir um SCA estruturado em CN dotado de pouco material e pessoal, permitindo uma

grande mobilidade e uma fácil integração com o SISCOMESTRA-TEX e com as telecomunicações civis, minimizando o problema dos grandes espaços vazios.

Deduz-se, finalmente, que o EB necessita alterar sua atual concepção de SCA para a ZC, buscando um sistema com maior mobilidade, mais integrado, mais prático, mais flexível, com grande capacidade de tráfego, e que necessite de pouco tempo, material e pessoal para ser instalado e explorado.

O SCA na ZC tem que garantir ao comando a certeza de poder contar com ligações contínuas e seguras, mesmo em ambiente de guerra eletrônica, para cumprir suas missões em todos os tipos de operações de combate.



Maj Com QEMA JOÃO DE AZEVEDO — Asp. Oficial da Turma de 1973. Possui os cursos de Manutenção da EsMB, EsAO e de Comunicações da École D'Application des Transmissions, na França. Serviu na 4.^a Cia Com e no 1.^º B Com Div e foi S/3 do Curso de Comunicações da AMAN e da EsAO. Serve, atualmente, no Cmdo/2.^a RM.



UMA IMPORTANTE QUESTÃO DE ... PALAVRAS

Roberto Misco Filho

"Dar o nome correto às coisas pode não resolver um problema, mas talvez seja um princípio de solução dele", diz o autor.

Neste artigo, ele examina a deformação (intencional?) das palavras, particularmente aquela aplicada a "democracia" e "escola pública e particular"

Na cena segunda do segundo ato de "Romeu e Julieta", Shakespeare põe nos lábios da infeliz filha dos Capuletos as seguintes palavras:

— "O que é um nome? Se aquilo a que chamamos rosa tivesse outro nome, teria ainda o seu perfume."

("What's in a name? That which we call a rose by any other name would smell as sweet".)

Tais versos ficaram célebres no mundo inteiro e costumam ser citados quando se deseja dar ênfase à fundamental prevalência do "ser" das coisas existentes, realidade ontológica que ultrapassa, ao infinito, a designação verbal de cada uma delas.

Ora, não cremos que o genial

poeta e dramaturgo inglês, ao escrever o famoso diálogo, estivesse tão inspirado por semelhantes reflexões metafísicas. Mais razoável seria entender as palavras da apaixonada Julieta como fruto daquelas razões que, segundo Pascal, só o coração conhece...

Em tom mais sóbrio e menos

lírico, quase acaciano, diremos: é força que se respeite a magna importância do nome de todos os entes, sejam eles entes reais ou de razão. Mais que um simples sinal, o nome é um símbolo; é, portanto, um conceito de bem menor extensão e bem maior compreensão que o de mero sinal. Uma vez convencionado, o nome passa a fazer parte da própria vida do ser designado. Não é uma roupagem externa e substituível ao capricho de cada um.

Vejamos, a propósito, uma definição bem didática:²

— “A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o homem se comunica com seus semelhantes, expressando suas idéias, sentimentos ou desejos.”

Note-se, nesta definição, os termos “convencionalmente aceitos”. Quebremos esta convenção, isto é, passemos a chamar arbitrariamente o pé de “mão” ou de “joelho”, o olho de “nariz” ou de “orelha”, o queixo de “cotovelo” ou de “braço” e, de repente, teremos realizado entre nós um projeto moderno da torre de Babel.

É claro que, de propósito, criamos hipotético e bizarro caso de arbitrio, a fim de melhor chamar a atenção do leitor para o *punctum*

saliens deste excuso qual seja: o elo necessário e indescartável que deve existir entre um nome e a realidade (frisamos: a *realidade*) por ele representada. Se esse nexo é rompido — o que ocorre sempre que a linguagem sofre um processo qualquer de corrupção — fica aberta fácil passagem para todos os tipos e graus de desentendimento, desde as mais prosaicas discussões de mesa de bar, até os mais violentos conflitos que podem destruir a vida organizada de um povo.

Exemplo típico desse desastroso rompimento é o que ocorreu com o vocábulo “democracia” e o uso que dele vem sendo feito nos tempos atuais. Sobre este fato, merece ser lido o texto: “Screwtape Proposes a Toast”, de C.S. Lewis, publicado, pela primeira vez em 1960, como prefácio de “The Screwtape Letters”. O arguto ensaísta inglês imagina, em seu curioso livro, uma festa de formatura no inferno, na qual um experimentado e velho diabo propõe um brinde, dando vários conselhos aos jovens demônios recém-diplomados. E, entre outras observações atiladas, o “veterano” diz aos “neófitos”:

— “Democracia é a palavra com a qual vocês devem pescá-los pelo nariz. O bom trabalho que nossos especialistas em filologia já fizeram na corrupção da linguagem humana torna desnecessário alertar vocês para nunca deixarem os homens

dar a essa palavra um significado bem definido."

E pouco mais adiante continua Screwtape:³

— "Não permitam aos homens levantarem a questão de Aristóteles, isto é: se "comportamento democrático" significa o comportamento de que as democracias gostam ou o comportamento que preservará uma democracia. Porque, se eles pensarem de fato no assunto, verão que se trata de coisas diferentes."

Neste ponto, poderíamos lembrar o desplante cínico com que várias e bem conhecidas ditaduras do proletariado (do proletariado? Mais correto chamá-las ditaduras do partido único) há dezenas de anos vêm se intitulando oficialmente "repúblicas democráticas"...

Falamos nos países totalitários e de esquerda. Entretanto, do lado de cá (onde ainda temos liberdade) existem erros e equívocos que, embora não tão graves, nem por isso deveriam ser menos preocupantes.

Políticos deste e de outros países ocidentais (sim, porque nem só nos assuntos ecológicos existem os "palpiteiros" sugerindo o que se deve e o que não se deve fazer no Brasil) costumavam dizer que a democracia neste país só existiria de fato quando houvesse eleições diretas para a mais elevada função de serviço público. Talvez fosse oportuno

citar agora o comentário feito por um político latino-americano tão logo se proclamou a república no Brasil:⁴

"Se há acabado la única república que existia en América"
(Presidente Rojas Pau).

Com certeza, esse político tinha sensibilidade política afinada, *esprit de finesse* adequado ao entendimento do que é "democracia"; provavelmente ele não tinha sido hipnotizado pelas idéias rousseauianas que, desde o século dezoito, vêm influenciando as nações do ocidente. Aliás, influenciando o mundo inteiro, pois, de certo modo, todo ele ocidentalizou-se. Idéias que atribuem miraculosos poderes ao sufrágio universal, que apresentam como válida e merecedora de respeito *qualquer* lei escrita, ainda que essa lei atente contra a família ou contra a vida humana, ainda que essa lei (...) ofenda o Direito Natural.

Bem mais grave, entretanto, que o equívoco representado pelo mau uso da palavra "democracia", é a confusão estabelecida (intencional ou casualmente?) em torno dos termos "escola pública" e "escola particular". Bem mais grave dizemos nós, pois, conforme pretendemos mostrar, este segundo equívoco pode resultar no fortalecimento e na propagação do primeiro.

Indo direto ao assunto, começemos por analisar o que deve ser uma "escola particular". Imagine-

mos que certo pai de família muito rico, levado por mero alvedrio, espirito de clã ou outro motivo qualquer resolva instalar em sua própria mansão cursos completos do primeiro e do segundo graus, cursos em que as aulas ministradas só poderão ser assistidas por filhos ou, quando muito, filhos e primos consanguíneos daquela família. Os currículos, critérios de aprovação, provas etc. seriam iguais aos das demais escolas; a única e fundamental diferença estaria nesta restrição formal, explícita, independente e acintosa: aulas exclusivas para os membros do clã. Teríamos aí muito bem caracterizado o que deve receber o nome de "escola particular".

Note o leitor que há um importantíssimo detalhe caracterizador dessa "particularidade": a intenção formal, a decisão lúcida e firme de estabelecer uma escola de matrícula restrita. O superlativo posto no início do parágrafo não é exagero pois, é sempre bom lembrar: o ato moral é qualificado pela *intenção* do agente.

De fato — e esta é a realidade da natureza das coisas, vistas sem o zelo amargo próprio dos ressentidos — *todas* as escolas são ou têm sido "públicas". Serão administradas por funcionários e professores pagos pelos governos, umas, ou pagos pela iniciativa privada, outras; porém, todas públicas, isto é, de matrícula aberta ao público.

Dirá alguém: "isto soa muito bonito como teoria, mas a prática

é bem diferente; aos filhos das famílias de baixa renda não está franqueado, realmente, o acesso às escolas de melhor qualidade".

A objeção é bem oportuna pois permite que se analisem dois relevantes aspectos do problema. Primeiramente, a gerência do dinheiro público (isto é, dinheiro que é *do público*, e não do governo) tem importantes instrumentos administrativos que, usados com a lisura e a prudência esperadas de qualquer regime político (frisamos: *qualquer* regime político), podem tornar efectiva a "publicidade" da escola. Citemos como exemplo as bolsas de estudo. Elimine-se do itinerário das bolsas a influência perniciosa dos conchavos, dos apadrinhamentos eleitoreiros, considere-se a bolsa como um direito inalienável e não como esmola ou favor, valorize-se o mérito pessoal do candidato à bolsa — e teremos a distribuição equânime das oportunidades educacionais.

Quando se fala sobre a necessidade de uma rigorosa fiscalização das bolsas de estudo e do modo pelo qual devem ser concedidas, os adeptos das soluções socialistas sorriem com ar de maliciosa superioridade. Eles não acreditam que em regime democrático e de economia livre, a autoridade possa atingir eficazmente *uma* de suas finalidades, que é a de coagir os potenciais infratores da lei. Esquecem-se os socialistas (ou fingem esquecer-se) dos privilégios odiosos concedidos à "*nomenklatura*" nos regimes de

economia dirigida. Aliás, conforme muito bem explica Yves Simon em seu excelente estudo “*Filosofia do Governo Democrático*”, para os fascistas e comunistas a autoridade tem como finalidade essencial a coação dos homens, por quanto — no modo de ver totalitário — o ser humano é naturalmente inclinado à mentira e à fraude. O curioso é que, ao tomarem o poder, os totalitários (de direita ou de esquerda) reservam suas ações coatoras para a grande massa, deixando quase livres os membros do Partido, tanto mais livres quanto mais alta for sua posição na rígida estrutura do governo.

O segundo aspecto que, na objeção anteriormente levantada, merece comentário é o da crítica à qualidade da chamada (erroneamente) “escola pública”. Sim, porque elogiar a qualidade da chamada (erroneamente) “escola particular” é admitir de modo implícito a má qualidade do ensino oficial.

É curioso como se gastam tantas palavras acerbas, tanta emoção apaixonada, em diatribes contra a escola não-oficial, quando essa energia, esse ardoroso empenho deveria estar voltado para a muito justa reivindicação de melhor qualidade para a escola oficial, melhor qualidade dos professores, dos currículos, das instalações etc.

Muito mais grave, entretanto, que esses aspectos ligados à distribuição de recursos (verbas, bolsas, etc), para os diversos tipos de escola, é o princípio basilar que deve

presidir qualquer sociedade pretendamente democrática. Queremos nos referir ao direito de existência da escola “liberal”, isto é, não mantida pelo governo (“particular”, como infelizmente é conhecida). Se esse direito não for respeitado, haverá sempre a possibilidade de um insidioso e letal dirigismo do Estado, inoculando nas mentes e corações ingênuos das crianças e adolescentes o veneno corrosivo de uma filosofia totalitária, fascista ou socialista, ou pior: cosmopolita, da qual esteja excluído qualquer sentido de transcendência. Este deveria ser o tema de maior reflexão de qualquer político democrata.

É preciso complementar o que escrevemos acima, lembrando que não basta incluir na lei escrita um ou dois anódinos parágrafos prevendo a existência de escolas não-oficiais. Se, na mesma lei escrita, houver outros parágrafos que favoreçam a discriminação, que tornem inviável aquele tipo de escola, teremos (triste é dizer) configurada uma lei hipócrita... E não democrática!

Já que estamos falando em leis e direitos, cumpre lembrar que a escolha do tipo de educação e do modo pelo qual ela é ministrada faz parte dos direitos fundamentais da família. Grifemos esta palavra: *família*. Vejamos neste nome, não o significado de um mero ajuntamento de indivíduos comendo o mesmo pão debaixo do mesmo teto. Em que pese aos muitos e tristes casos de famílias unidas em torno de um

pesado e telúrico egoísmo, é preciso ver, na instituição família, seu valor essencial que, numa sociedade democrática, transcende os interesses do Estado.

Por todas as razões que apresentamos ao longo deste modesto trabalho, pode-se verificar que não se trata de simples “querelle-de-mots”. Dar o nome correto às coisas pode não resolver logo um problema, mas talvez seja um princípio de solução dele.

BIBLIOGRAFIA

SHAKESPEARE, William — "Romeo and Juliet" (da coleção "Great Books of the Western World", organizada por Robert M. Hutchins, Mortimer J. Adler & al. — 1952).

GARCIA, Othon M. — "Comunicação em Prosa Moderna" (ed. Fundação Getúlio Vargas — 1980).

LEWIS, C.S. — "The Screwtape Letters" (Collier Books — Macmillan Publishing Co. — 1982).

GUIMARÃES, J.C de Macedo Soares — "Presidencialismo e Parlamentarismo" (Conferência publicada na revista "Carta Mensal", nº 403, Vol. 34, de outubro de 1988).



Cel R/1 ROBERTO MISCOW FILHO — Aspirante a Oficial de Infantaria (AMAN — 1953); Engenheiro de Comunicações (IME — 1962); Comunicações (EsAO — 1970); Mestre em Ciência. Engenharia Elétrica (IME — 1977). Serviu no 13º BC — (Joinville — SC), na Academia Militar das Agulhas Negras, no Sv. Rádio do Ministério do Exército, no 2º Bti do 2º RJ (Rafah — Palestina, UNEF) e no Instituto Militar de Engenharia. Atualmente é Professor do IME.



A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES

Osmar José de Barros Ribeiro

O uso perverso da Comunicação Social em detrimento do Estado e os instrumentos de que dispõe o Estado para, no mesmo campo, contrapor-se a ele, são os objetos do presente artigo, didaticamente apresentado.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

No exato momento em que, ainda nos tempos pré-históricos, um de nossos ancestrais não só logrou transmitir a outro uma idéia, como deste obteve uma resposta, teve início a história da Comunicação Social.

A adoção da expressão "Comunicação Social" objetiva, antes de mais nada, caracterizar o entendimento entre seres humanos, diferenciando-a da comunicação que se faz entre outras espécies de seres animais ou, mesmo, vegetais.

Trata-se, então, do processo de transmissão e recepção de mensagens entre pessoas que buscam expressar e trocar idéias, sentimentos e informações (aqui no seu sentido comum), não só para estabelecer relações, quanto para somar experiências.

A invenção da imprensa (1440), a criação do jornal (1829) e, nos últimos tempos, o expressivo desenvolvimento da radiofonia, ao qual se seguiu o advento da televisão, levaram à adoção da expressão Comunicação de Massa. Isso porque o atual estágio de evolução tecnológica permite que as mais diver-

BIBLIOGRAFIA

sas mensagens sejam transmitidas ao mesmo tempo para público de vulto, espalhado nos mais diversos quadrantes e constituído por pessoas anônimas e de natureza a mais diversificada.

Não obstante, em que pese o anteriormente afirmado, neste trabalho será adotada a expressão Comunicação Social para caracterizar aqueles meios, de massa ou não, usados para alcançar grupos sociais de qualquer tamanho, entendendo-se ainda que a Comunicação Social se constitui em valor de incomensurável importância para a vida cultural de toda e qualquer nação.

Por outro lado, não menos importante é deixar estabelecida a distinção e o relacionamento que existe entre Comunicação Social, Operações Psicológicas e Propaganda. E, para tanto, nada melhor que o texto seguinte, da autoria do CMG João Alfredo Poeck:

“Comunicação Social consiste em ações e reações psicossociais intergrupos que, na interação social, na Moral Nacional e no intercâmbio de idéias pela arte ou pela ciência, qualificam a cultura da Nação. É, portanto, um universo abrangente, no qual os meios pelos quais ela vivifica esta mesma Nação (ou a própria Humanidade) podem ser de massa ou seletivos, na medida em que são usados para alcançar grandes grupos sociais ou audiências restritas.

“As Operações Psicológicas, por sua vez, compreendem todas as ações nas quatro Expressões do Poder Nacional, que tenham efeito na esfera psíquica de grupos sociais, em função de uma Guerra Psicológica adversa que esteja tentando influir nas emoções, atitudes e comportamentos de tais grupos, contra a consecução dos Objetivos Nacionais. Tais ações podem ter um caráter defensivo, de imunização do nosso público às mensagens adversas (Ação Psicológica) ou caráter ofensivo, visando a atuar diretamente na desmoralização do adversário e na neutralização de suas mensagens (Guerra Psicológica). O que justifica as Operações Psicológicas é a Guerra Psicológica Adversa.

“A Comunicação Social é permanente, constituindo-se em fator essencial à vida cultural da Nação. As Operações Psicológicas são indispensáveis à sobrevivência das idéias e dos valores que, numa democracia, enfrentam a insidiosa e volumosa manipulação de mensagens que representam a essência da subversão de valores, patrocinada por centros de poder adversos.

“A Propaganda é um instrumento técnico de comunicação. Tanto na Comunicação Social, quando pode ser utilizada pelas instituições para reforçar valores e imagens, como na di-

fusão controlada em prol do consumo de bens e serviços, é usada sempre dentro de parâmetros lícitos e honestos, conforme a legislação em vigor. Nas Operações Psicológicas é empregada especialmente na Contrapropaganda, em permanente apoio à consecução dos Objetivos Nacionais."

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

O final da II Guerra Mundial marcou, também, o início daqueles fatos que levaram à divisão do mundo em dois grandes blocos — o Democrático e o Comunista — fruto da disputa entre os EUA e a URSS pelo Poder Mundial e que, direta ou indiretamente, terminou por envolver todas as nações. Tal disputa, malgrado as tentativas no sentido de anulá-la ou de reduzir seus efeitos, permanece até os nossos dias, não obstante os dirigentes de ambas as potências façam praça, em diferentes ocasiões, do seu acendrado amor pela paz entre os homens e entre as nações, antes movidos pelo receio da mútua capacidade de destruição que por um real e inquestionável desejo de paz. Foi sob tal enfoque que surgiu o conceito de Guerra Psicológica, implicando na utilização global da Propaganda pelo Estado, tanto em tempo de paz, quanto no de guerra.

PROPAGANDA

Aqui, não se tratará da publi-

cidade, atividade popularmente conhecida como "propaganda comercial", e sim daquela propaganda que é de interesse das Informações, por conter dados os quais, devidamente processados, darão origem àqueles conhecimentos necessários ao mais alto escalão governamental, com vistas à condução de suas diversas estratégias.

No universo das Informações, a Propaganda pode ser entendida como sendo o manuseio da Comunicação, de forma tecnicamente planejada, buscando influir psicologicamente sobre um ou mais grupos sociais, com o objetivo de alcançar determinados comportamentos que deverão trazer benefícios, diretos ou indiretos, ao seu patrocinador. Desse entendimento pode-se concluir que, ao se desejar modificar o comportamento do Homem, deve-se proporcionar-lhe a aquisição de um rol de conhecimentos compatíveis com a modificação pretendida, pela manipulação dos ambientes nos quais ele vive, quer sejam simbólicos ou físicos.

Outra consideração a ser feita é a de que, qualquer que seja o Estado, nele haverá um ordenamento jurídico-institucional, consubstancializado em um conjunto de regras e normas de convivência, regulador da vida da nação considerada. Quer o Estado tenha um sistema político de natureza democrática ou totalitária, nele existirá, necessariamente, uma ideologia determinando valores de diferentes espécies, bem como estabelecendo as carac-

terísticas do seu sistema de organização. Tudo aquilo que contrariar tais valores e sistema organizacional será merecedor de resposta destinada à neutralização dos efeitos resultantes dessa contestação ao *status quo*. Em geral, tais ações antagônicas são patrocinadas por centros de decisão externos e a propaganda é um instrumento bastante usado para tal fim.

Assim, tais ações adversas inserem-se no aspecto da Segurança do Estado e, como tal, em área de responsabilidade da Atividade de Informações. Daí, poder-se entender a Propaganda Adversa como sendo a propaganda de qualquer procedência, cujos efeitos agredam os valores morais e espirituais cultivados pela Nação ou, ainda, contestem os fundamentos da organização do Estado.

Nunca é demais salientar que não se deve confundir Propaganda Adversa e Propaganda Política. Enquanto a primeira é contrária e lesiva aos interesses nacionais, a segunda é legítima, lícita e conforme aos preceitos democráticos. A defesa de rumos diferentes para alcançar um mesmo objetivo, fato que caracteriza a propaganda oposicionista, tem sentido construtivo, na medida em que mostra haver todo um leque de opções democráticas para fazê-lo. Já a Propaganda Adversa, de cunho contestatório e subversivo, não possui qualquer compromisso de solução que tenha por base aqueles valores aceitos pela maioria nacional.

CONTRAPROPAGANDA

No campo da Comunicação Social existe, como é óbvio, uma atividade cuja preocupação é a de antepor-se à Propaganda, seja qual for a sua classificação, para impedir que os resultados pretendidos por esta última junto ao Público-Alvo sejam alcançados. É a Contrapropaganda. Ela existirá a partir do instante em que um grupo, sentindo-se prejudicado pela Propaganda Adversa, aplica técnicas destinadas a impedir que a mensagem do adversário produza, no Público-Alvo, os efeitos pretendidos. Quando se toma conhecimento da Propaganda Adversa antes do seu desencadeamento, poderá ocorrer que o grupo lance a sua própria campanha, antecedendo-se ao adversário.

Isto posto, a Contrapropaganda pode ser entendida como a Propaganda que busca anular ou reduzir os efeitos que a Propaganda Adversa possa vir a causar no Público-Alvo. É fácil verificar, assim, que a Contrapropaganda é uma "Propaganda Contra" e, desta forma, obedece às mesmas normas, princípios e técnicas da Propaganda. Resumindo: a diferença entre elas é dada, não pelo conteúdo, mas pela finalidade.

ANÁLISE DA PROPAGANDA NA ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES

Ao analisar uma Propaganda,

o Analista estará desenvolvendo, sem dúvida alguma, um trabalho voltado para a produção de conhecimentos, vale dizer uma Atividade de Informações.

De pronto, surge uma questão: que tipo de Propaganda interessa à Atividade de Informações? Considerando que esta nada mais é que um instrumento do Estado à disposição dos Governos que democraticamente se sucedem, é meridianamente claro que merece preocupação aquela Propaganda que agride os valores morais, sociais e espirituais da Nação, ou que contestem o ordenamento jurídico-institucional do Estado, ou seja, a Propaganda Adversa. Tal tipo de Propaganda suscita o interesse governamental em efetivar ações de resposta. Assim sendo, cabe à Atividade de Informações proceder a um sistemático acompanhamento da Opinião Pública, quer interna quer externamente, para, utilizando a Técnica de Análise da Propaganda, bem caracterizá-la.

Desta forma, a Análise da Propaganda, assunto de elevado grau de complexidade, insere-se na esfera da Expressão Psicossocial do Poder Nacional, área na qual é dominante o Homem, com toda a sua carga de motivações comportamen-

tais.

CONCLUSÃO

Espera-se, dos que se dedicam à tarefa de Análise da Propaganda, além de um bom nível intelectual e cultural, o perfeito domínio das técnicas de Análise, em particular as de Conteúdo e de Efeito. Há que possuir conhecimentos relacionados com as Ciências Humanas, na medida em que estará, inclusive, em busca de motivações pessoais e que sejam passíveis de condicionar reações comportamentais. Ao Analista, não deverá bastar uma conclusão fria e estática, consubstancial na identificação da Origem, na citação do Veículo empregado, na qualificação do Conteúdo, nas características do Público-Alvo ou mesmo nos efeitos alcançados. Desse elemento ele deverá extrair o "porquê" da Propaganda e o significado das reações que vierem a ser constatadas.

De tudo, avulta a certeza de que deverá haver, sempre, uma interação entre os dirigentes governamentais e os profissionais de Informações, deixando bem clara e delimitada a ligação entre esta Atividade e o próprio Processo Decisório Nacional.



OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO — Tenente-Coronel (R/1) do Exército. Possui todos os cursos regulares de sua arma: AMAN (Turma Aspirante Mega, 15 de fevereiro de 1955), ESAO (1964) e ECENE (1969). Possui ainda os cursos da EsIE (Guerra Química, 1957), EsNI (Curso "A", 1974) e ESG (1988). Além de comandante do Pelotão de Infantaria, foi Auxiliar de Instrutor (1960-61) e Instrutor-Chefe do Curso Básico (1971-72-73) da AMAN, e Chefe da 2ª seção do Estado-Maior da Brigada Pára-quedista (1970). Participou da Força Interamericana de Paz (1966).



PANACÉIAS IDEOLÓGICAS

Edmirson Maranhão Ferreira

Nos dias que correm, o mundo assiste, aliviado, ao declínio das ideologias e seu poder de mistificação.

Neste artigo, sob sugestivo título, o autor comenta o desmoronamento da ideologia marxista-leninista.

O título pode insinuar literatura farmacológica. No entanto, o tema aborda a mais vívida reflexão de ciência política, por enfocar o surgimento, o desempenho e o falecer de regimes políticos, ao longo da evolução da sociedade.

Todos os regimes políticos propõem-se, obviamente, a resolver os problemas da humanidade, a oferecer a felicidade plena, a atingir o bem comum.

Filosófos, pensadores, visionários, políticos, idealistas, oportunistas, toda uma gama de produtores de ideologias estranhas, em busca do ineditismo, incorreram no erro de afastar-se da salutar e dinâmica marcha auto-aperfeiçoadora da democracia e geraram panacéias salvadoras: o anarquismo, o comunismo, o socialismo, o nazismo, o fas-

cismo, o fundamentalismo islâmico khomeinista, ou seja, o fascinante e etéreo mundo dos "ismos".

Aconteceu, entretanto, que os ideólogos das referidas mesinhas foram frontalmente surpreendidos pelo choque entre o discurso e a sua aplicação, entre a teoria e a práxis, entre o sonho e a realidade. Quando levaram à execução as posturas teóricas, ficaram com os pés no ar, flutuando. Desajeitados, embaraçados e perdidos descobriram contrateitos que não se brinca com a ciência ou a arte ou a técnica da administração do bem público, afinal com a liberdade e com o destino da própria sociedade, particularmente dos segmentos mais necessitados.

A última panacéia a sentir este choque é a ideologia marxista leninista ou o comunismo.

Inegavelmente, 72 anos após a

sua estruturação, essa panacéia começou a implodir por não oferecer em termos práticos os resultados prometidos, ou seja, a *sociedade comunista*: "ideal, livre, pura, perfeita, democrática, igualitária, coletiva, sem a presença do estado, sem vícios, sem corrupção".

Senão vejamos o teste de aplicabilidade desta panacéia, segundo testemunho dos seus próprios usuários e aplicadores.

- a. Fang Lizhi, físico dissidente chinês, um dos mentores da primavera de Pequim (7 semanas de revolta dos estudantes e populares em mai/jun/89): "nenhum estado socialista foi bem sucedido. O movimento socialista, desde Marx a Lenin e Stalin a Mao, tem sido um fracasso" (JB 13/jun/89 - pág. 09).
- b. Faixas expostas por um milhão de estudantes e populares na Praça da Paz Celestial em Pequim durante a revolta: "Eu tenho um sonho"; "Dê-me democracia ou a morte" (Foto publicada na revista *Time* - edição mai/89).
- c. "O Comunismo morreu" declarou o secretário geral do PCI Achille Occhetto (*O Globo* - 11/jun/89).
- d. Do Professor Abel Aganbegian, atual chefe do Departamento de Economia da Academia de Ciência da URSS (JB - 14/mai/89): "O alcoolismo é a nossa desgraça nacional". "Não se pode decretar a igualdade no

lucro e no salário". "Temos 40 milhões de pessoas que recebem menos que o mínimo necessário".

- e. Do poeta soviético Yeavgeny Yevtushenko "nós nos humilhamos para obtermos um apartamento, carne, pão etc. Temos uma *priterpelost* (paciente servil)". *Time* - jun 88.
 - f. De Fidel Castro — há 30 anos no poder: "O papel da imprensa em Cuba é atuar a serviço da revolução" (entrevista à TV Manchete) e, analisa a corrupção no país como "um câncer que ameaça o socialismo cubano" (JB - 17/jun/89).
 - g. De Mikhail Gorbachev (livro *Pestroika*) sobre os últimos 70 anos da economia soviética: "A inércia do desenvolvimento econômico conduzia-nos à estagnação (pág. 19)"; "existem claras deficiências em nossos serviços de saúde" (pág. 20); "iniciou-se uma gradual erosão de valores morais e o servilismo foi encorajado" (pág. 20).
 - i. Do líder do PC Polonês, General Jaruzelski: "Os comunistas poderão perder o poder nas próximas eleições de 1993" (JB 09/jun/89, pág. 13). Simultaneamente, os húngaros pedem o fim da "Ditadura" e entoam o verso do porta-voz Sandor Petofi: "nunca mais seremos escravos" (JB - 17/jun/89).
- Por que o comunismo falhou? Exatamente porque os seus fundamentos, ao contrário da

democracia, foram posicionados em formas de dogmas, intocáveis, imutáveis e indiscutíveis. Esta postura do fanático bloqueio de pensamento é bem traduzida na expressão do estudante chinês Jia Guangxi ao ensejo da recente primavera de Pequim: "Eu idolatrio o partido do mesmo modo que os cristãos o fazem com a sua religião". (revista Time-edição 08/mai/89)

Assim sendo, os fundamentos do comunismo de condenação ao lucro, de sistema monolítico, unitário, expansionista, monoclassista, totalitário, monopartidário, da evolução através da luta de classe, da exclusiva visão materialista do homem, da negação da propriedade privada, desmoronaram, pois tornaram-se inválidos em sua aplicação, na busca da justiça social, do bem-estar e da liberdade e, como tal, vêm sendo discretamente esquecidos.

A ditadura do proletariado tornou-se na realidade a ditadura dos dirigentes do partido único.

O dinheiro dos impostos e taxas pagos pelos contribuintes passou a ser mal aplicado e corroído pela ineficiência e corrupção da máquina estatal burocratizada. A liberdade desapareceu em detrimento do Estado e do partido único.

Em síntese, a panacéia marxista-leninista não tem mais condições de sobreviver, pois, malgrado sua contribuição teórica para a evolução da ciência política em termos

de chamamento em prol da justiça social, o seu "modus operandi" fracassou. O ideário marxista-leninista estruturado em 1917 não resolveu, quando posto em execução, e os seus seguidores reconheceram a necessidade de uma segunda revolução, abandonando dogmas iniciais e passando a copiar embasamentos democráticos autênticos. Surgiram a "perestroika" (reestruturação dos princípios e das normas econômicas, inclusive implantando os antes abomináveis conceitos de lucro, propriedade privada e livre iniciativa) e a "glasnost" (algumas posturas políticas de transparência, abertura e liberdade).

Falando objetivamente, o que o comunista de qualquer nacionalidade deseja não é mimetismo verbal ilusório (socialismo de massa; socialismo democrático; congresso do povo; Democracia popular, revolução permanente etc.) e sim *demokratizatsiya*, autêntica sem objetivações. Os pais da pátria dos comunistas autênticos e seus seguidores, após 72 anos da fanática tentativa de implementação do modelo teórico, chegaram ao iluminismo político de perceber que bateram com a cabeça na parede por inadaptação prática de suas teorias econômicas, sociais e políticas. Infelizmente outros persistem por irracionalidade, ou quem sabe conveniência pessoal ou até mesmo falta de coragem para autocritica.

Fora da trilha democrática não há solução: pluralismo político e

econômico, disenso, liberdades fundamentais, livre iniciativa, competitividade, igualdade de oportunidade, finalmente o estado a serviço da nação, como um modesto gerente que orienta, complementa

e apenas intervém para fazer correções de curso em sua perseguição ao desenvolvimento e à justiça social.

Morreu mais uma panacéia. Outras ainda surgirão. Quem sabe?



EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA — Coronel RI, ex-Adido Militar no Irã e integrante do Corpo Permanente da ESG. Professor em Geografia e História pela PUC. Atual professor da Universidade Estácio de Sá.

um processo facilitado, de escala profissional. Assim, proverá-se, antes de apresentarmos nossas conclusões, sobre qual é a base teórica e respeito das quais as decisões e o seu víduo terão bem delimitadas suas respectivas imagens, como forma de poder exercer papéis ocupacionais, de modo a vir se a ajustar adequadamente a uma ocupação.

A AUTO-HIMNAZIA leva a uma menor orientação do tipo "se sou eu

A orientação vocacional, entendida como processo de facilitação, que tem por objetivo preservar a colaboração de uma pessoa para com outras e, através desse processo, contribuir para a realização de suas potencialidades e de suas possibilidades. Para tanto, é necessário que o indivíduo possa compreender suas próprias prioridades e interesses, e que possa ser capaz de lidar com os desafios que a realidade lhe impõe. A orientação vocacional deve ser centrada no indivíduo, e não no mundo exterior. Pode ser que seja necessário recorrer a outras pessoas para obter informações sobre o mundo exterior, mas o indivíduo deve ser o centro da orientação vocacional.

dividuo. Diferem de adaptação, pois neste caso, a componente biológica predomina, dificultando a integração social.

Basta temos clivida que a auto-imagem proporciona as condições necessárias para que o indivíduo responda ao seu ideal de si mesmo. O concepção de si mesmo é a base fundamental para a realização de "ser-no-mundo". É importante que desde a infância seja educado para distinguir a imagem real de si — percebe realmente como sendo sua da imagem ideal de si, que sabe

que é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que

é sólida e sólida é a sua atitude. O

aceitação que



ORIENTAÇÃO VOCACIONAL, PROCESSO FACILITADOR DA ESCOLHA OCUPACIONAL

Antonio Fernando Gomes da Costa

"... Se viver é ser-no-mundo, as experiências são as manifestações da própria existência do indivíduo e capazes, portanto, de oferecerem as melhores informações a seu respeito."

Franz V. Rúdio

O autor se ocupa, neste artigo, de forma simples e condensada, de um assunto que tem muito a ver com as carências de produtividade atribuídas à nossa força de trabalho.

INTRODUÇÃO

A primeira expectativa que surge, ao se tratar de assuntos relacionados com ocupação profissional, é procurar constatar se realmente as pessoas estão vocacionadas para um desempenho eficaz.

Evidentemente, o assunto não é atual. Com efeito, pode-se dizer que a vocação é tão antiga para o homem como sua própria história de organização social. Logo ao surgirem as primeiras necessidades de divisão do trabalho, o homem das sociedades primitivas procurou distribuir as tarefas de acordo com o

princípio "o homem certo para o lugar certo". E isso vem ao encontro do sentido etimológico da palavra — do latim "vocatione" — que significa chamamento, predestinação.

Trata-se, inegavelmente, de uma questão de suma importância, uma vez que põe em causa não sómente o estado momentâneo do indivíduo, seu sucesso social, econômico, político ou cultural, mas envolve, também, algo de muito maior transcendência: sua auto-realização como pessoa e como profissional.

Neste artigo, abordamos a orientação vocacional como sendo um processo facilitador da escolha profissional. Assim, procuraremos, antes de apresentarmos nossas conclusões sobre o tema, discorrer a respeito da importância de o indivíduo ter bem delineada sua auto-imagem, como forma de poder vivenciar papéis ocupacionais, de modo a vir se ajustar adequadamente a uma ocupação.

A AUTO-IMAGEM

A orientação vocacional, entendida como processo de facilitação, que tem por objetivo prestar colaboração a uma pessoa para escolha e ajustamento a uma ocupação, é alicerçada em diversas teorias. Teorias essas que explicam como os indivíduos escolhem a ocupação a seguir e porque a escolhem, nela ingressando. Cristes, de maneira abrangente, as classifica em: não psicológicas, psicológicas e gerais. Cada uma dessas teorias tem diver-

sos desdobramentos.

Nosso ponto de vista, respaldado em teorias psicológicas, tem como pressuposto que o homem é essencialmente livre no sentido de ser capaz de realizar escolhas e tomar decisões que sejam congruentes com o significado de sua existência. O que só pode ocorrer quando tem uma boa comunicação consigo mesmo, tendo como consequência o equilíbrio biopsicossocial. Implica no ajustamento do indivíduo. Difere de adaptação, pois, neste caso, a componente biológica predomina, dificultando a integração social.

Não temos dúvida que a auto-imagem proporciona as condições necessárias para que o indivíduo tenha a conveniente percepção de si mesmo como integrante de "ser-no-mundo". Assim, é conveniente que desde a infância seja educado para distinguir a imagem real de si — percebe realmente como sendo sua —, da imagem ideal de si, que sabe não ser sua, mas desejaria que fosse.

Por outro lado, é um bom ponto de partida a compreensão da impossibilidade de isolar o indivíduo de seu contexto, de sua circunstância existencial; enredando a orientação vocacional no compromisso de procurar atender tanto os interesses pessoais, como os da família e da sociedade.

Cabe, então, ao orientador, sejam os pais ou especialistas, atuar no sentido de possibilitar ao orientando responder a questão "quem

sou". Isto ocorre quando a ação facilitadora propicia condições para que reconheça suas motivações, aptidões, aspirações e limitações, bem como seus interesses e principais traços de personalidade.

Uma maneira de se contribuir para o desenvolvimento da valorização do trabalho humano como fonte de ajustamento e integração do indivíduo na sociedade pode ser realizado utilizando-se diversos recursos de trabalho ou instrumentos de avaliação. Comporta destacar a realização de testes-inteligência, interesses, aptidão, sociométrico e de personalidade; questionários de sondagem, interesse profissional e de levantamentos diversos; entrevistas individuais. A resultante desta coleta de dados, após criterioso estudo e análise, quando devolvido ao orientando pode servir de valioso subsídio para o autoconhecimento e decorrente imagem real de si.

A IDENTIDADE OCUPACIONAL

Quem busca orientação vocacional logo apresenta preocupação com sua pessoa, em relação ao futuro. A ação do orientador é de estabelecer uma relação de ajuda, de modo a facilitar o orientando a definir "o que fazer, quem ser e quem não ser". Normalmente, tais preocupações coincidem com a crise da adolescência, a qual é considerada, segundo senso comum, como uma fase de transição, adaptação e ajustamento.

Ao buscar o ajustamento aos

papéis sociais do adulto, um dos problemas que o jovem tem por solucionar, no plano psicológico, é alcançar sua identidade ocupacional. Para Bohoslavsky a "identidade ocupacional será considerada, não como algo definido, mas como um momento de um processo submetido às mesmas leis e dificuldades daquele que conduz à conquista da identidade pessoal". Esta colocação elimina a idéia de que vocação é algo definido, um "chamado" ou destino preestabelecido, que se deve descobrir. O autor em questão lembra que a identificação ocupacional é a autopercepção, ao longo do tempo, em termos de papéis ocupacionais. Entende-se por ocupação o conjunto de expectativas de papéis vivenciados, através de ações estabelecidas, aprendidas e executadas por uma pessoa em processo de interação. Portanto, a escolha de uma ocupação é, normalmente, um dos momentos da vida do adolescente que busca explicar, de modo definido "eu sou este tipo de pessoa"

Ao procurar vivenciar uma série de atividades ocupacionais, testa suas habilidades contribuindo, desta maneira, para chegar à conclusão do que pode fazer, como obter resultados e em decorrência encontrar a plena satisfação pelo êxito conseguido. Em termos práticos, recomenda-se ao orientando que se imagine exercendo os papéis que dantes elegera como mais correlacionados com seus interesses, aptidões e traços de personalidade. A esco-

Iha do futuro ocupacional pode ser vislumbrado numa projeção imaginativa a cinco, dez ou quinze anos à frente.

Ao se perceber exercendo os papéis que melhor se ajustam ao seu modo próprio de ser, estará em condições de buscar as correspondentes informações ocupacionais.

A ESCOLHA OCUPACIONAL

Ao vivenciar, imaginariamente, papéis que gostaria de desempenhar profissionalmente no futuro, o jovem depara-se muitas vezes com uns problemas, quais sejam a carência de informações a respeito das ocupações selecionadas como possivelmente adequadas.

Com o intuito de satisfazer as necessidades do orientando evidam-se esforços no sentido de pôr em prática técnicas e recursos que possam informar tudo que for possível em termos de papéis ocupacionais. As informações procurarão esclarecer as dúvidas relacionadas com cursos, carreiras, áreas e mercado de trabalho. De modo que a realização da auto-imagem seja fruto do conhecimento de cada ocupação, aptidões requeridas e em que proporção a pessoa deve possuí-la.

As informações relacionadas com as oportunidades ocupacionais podem ser realizadas através de entrevistas com profissionais bem sucedidos; visitas a locais de atividades profissionais. Essas informações também podem resultar da utilização de material informativo co-

mo cartazes, revistas, fichas, bibliografias, gráficos, filmes e outros.

Finalmente, pode-se sugerir ao orientando dois procedimentos: elaboração da autobiografia e de uma monografia ocupacional.

A autobiografia visa a facilitar chegar-se ao autoconceito, ao se incentivar o jovem a discorrer sobre suas idéias, sentimentos, planos e dúvidas, abrangendo mais ou menos os seguintes tópicos: profissões, cursos, suas aspirações, sua maneira de ser, sua vida, seus problemas pessoais.

Já a elaboração da monografia profissional tem por meta o conhecimento das ocupações e deve procurar se basear na análise dinâmica que se estabelece entre o homem, suas tarefas, o ambiente e condições de trabalho, o equipamento que utiliza. Um roteiro que pode ser sugerido é um que trate de tópicos como: o que é a ocupação; especificação das habilitações; o que faz o profissional; onde trabalha; preparo e estudo necessários; qualidades pessoais; contraindicações; atividades afins; currículo mínimo do curso.

Do exposto é possível se inferir que procuramos pôr em foco o tema em questão, buscando apresentar os aspectos práticos da orientação vocacional. Concluímos que o indivíduo estará em condições de tomar a decisão de exercer um papel ocupacional quando ultrapassa três momentos: forma sua auto-imagem; transpõe a auto-imagem em termos ocupacionais e busca as

informações ocupacionais, considerando todos os fatores possíveis de influir no progresso, êxito e satisfação na escolha ocupacional.

BIBLIOGRAFIA

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. *Orientação Vocacio-*

nal: A Estratégia clínica. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

CRISTES, John O. *Psicologia Vocacional.* Buenos Aires, Editorial Paidos, 1974.

RUDIO, Franz Victor. *Orientação não-diretiva: na educação, no aconselhamento e na psicoterapia.* Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. *Em busca de uma educação para a eternidade.* São Paulo, Salesiana, Dom Bosco, 1985.

SCHEEFFER, Ruth. *Teorias de aconselhamento.* São Paulo, Atlas, 1978.



ANTONIO FERNANDO GOMES DA COSTA — É oficial do Exército da Arma de Infantaria. Na área educacional especializou-se em Psicotécnica Militar, Orientação Educacional e Elaboração e Revisão de Currículos em cursos ministrados pelo CEP. É Mestre em Estudos de Problemas Brasileiros pela UERJ, licenciado em Estudos Sociais pela FIS/RJ, sendo reconhecido pelo Ministério da Educação para lecionar OSPB, Educação Moral e Cívica e História do Brasil. Foi orientador psicopedagógico da AMAN durante três anos. Atualmente serve no CPOR/RJ e leciona a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica em curso de pós-graduação na Universidade Estácio de Sá e Gama Filho.



AMÉRICA LATINA: COOPERAÇÃO OU CONFLITO?

Emilio Meneses

Artigo traduzido da revista argentina "Geopolítica — Hacia Una Doctrina Nacional" (Edição nº 38, de 1989)

Os estudos sobre a América Latina, em especial aqueles centrados em seus aspectos políticos, têm falhado consistentemente, ao nos entregar uma visão compreensiva e realista da região. A incapacidade dos países latino-americanos em resolver seus problemas políticos externos e internos, separadamente ou em conjunto, só se compara a de seus estudiosos, ao explicar as causas e consequências desse fenômeno.

Os estudos latino-americanos se caracterizam por serem assistênicos, não acumulativos, muitas vezes carentes de método e, mais ainda, divididos em escolas irreconciliáveis e influenciadas pela conjuntura política. Essas escolas

dividem-se em dois grandes grupos: as dedicadas aos estudos da cooperação (integração, dependência, política comparada etc.) e as dedicadas aos estudos do conflito (geopolítica, segurança nacional, estudos estratégicos etc.)

Este trabalho propõe que as relações internacionais latino-americanas são as de um conjunto de sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento e em processos divergentes de evolução, onde o conflito e a cooperação se fazem simultaneamente. Cooperação ou conflito podem predominar na região, mas não podem se excluir simultaneamente. Delineia-se um esquema de diversas tendências de provável desenvolvimento na região.

Descartam-se os modelos idealizados em esquemas de cooperação ou de luta permanente pela dominação geopolítica, tão comuns na literatura do passado.

INTRODUÇÃO

A América Latina constitui, para muitos, o estranho paradoxo de ser um conjunto de países que se debatem, permanentemente, entre a cooperação e o conflito internacional. Essa visão ambivalente tem sido confirmada pelos acontecimentos ocorridos nos últimos anos na região. Temos presenciado como a forte tendência pela integração econômica e a coordenação de políticas perderam seu ímpeto em meados dos anos setenta. Ao mesmo tempo, reapareceram rivalidades que se consideravam próprias de outro século, gerando agudas controvérsias geopolíticas na intellectualidade e corridas armamentistas no terreno militar. O processo pareceu precipitar-se durante a guerra do Atlântico Sul, em função de cujos resultados muitos previram que os latino-americanos voltariam a reencontrar-se no caminho da cooperação. Ao entusiasmo inicial, seguiu-se uma atmosfera de cansaço e ceticismo. Aparentemente, havia terminado um ciclo para recomendar outro que não oferecia maiores expectativas.

O universo de intelectuais que tem se preocupado com assuntos latino-americanos pode ser dividido em dois "mundos". O primei-

ro, e certamente o maior e mais conhecido é aquele denominado "latinoamericanistas". Essa cultura — que chamaremos "da cooperação" — dos estudos da região abrange uma ampla gama de acadêmicos e não-acadêmicos, que vai desde os "dependentistas" até os "integramistas", passando por um número de variantes, como os dedicados aos estudos transnacionais, os estudos comparados, aqueles com enfoque no fenômeno cultural e do desenvolvimento etc. O outro "mundo", muito menor e menos popular, é constituído pelas comunidades dedicadas aos estudos geopolíticos, estratégicos e da segurança nacional. Ligados a outra dimensão da realidade, têm realizado um trabalho paralelo ao de outros intelectuais, com uma bagagem de virtudes e defeitos sem similar. Um dos objetivos deste trabalho é pôr em evidência que os desvios próprios de cada um dos grupos e a falta de colaboração entre eles constituem uma das causas relevantes da carência de uma visão coerente e integrada da América Latina.

Um segundo e central objetivo consiste em oferecer uma perspectiva compreensiva do grupo de países latino-americanos que, sem pretensões futuristas, permita-nos explicar melhor a realidade da região, em particular com referência aos acontecimentos contemporâneos. O enfoque que apresentamos se apóia no conceito de Região Internacional, de Spiegel e Cantori.¹ Nesse sentido, entendemos que a

América Latina constitui uma região do mundo composta por países geograficamente próximos e que, no que se refere a assuntos internacionais, constitui uma unidade de inter-relação ou de preferente interação.² Essa concepção aceita a idéia de que existem outras regiões no sistema internacional, assim como uma pluralidade de atores nacionais suscetíveis de sistematizar-se em uma hierarquia. A maneira como os países latino-americanos e a região se inserem no sistema internacional é complementada com o conceito de mundo bipolar flexível, enunciado por Kaplan.³ Da mesma forma, ainda que sem caráter excludente, a evolução do sistema internacional nas últimas décadas é visualizado de acordo com a perspectiva histórica apresentada por Robert Gilpin.⁴ Essa perspectiva sustenta que a política mundial é caracterizada pela luta pelo poder, prestígio e riqueza, em condições (relativas) de anarquia global. Nesse sentido, o problema fundamental das relações internacionais — a América Latina inclusa — no mundo contemporâneo é o assunto do ajustamento pacífico ante as consequências do crescimento desigual do poder entre os Estados, do mesmo modo como ocorreu no passado.⁵

A hipótese deste trabalho sustenta que a América Latina constitui uma região internacional com esquemas de cooperação e conflito que não são excludentes e que, como tal, são funcionais quanto ao

conceito de região e à idéia de um sistema internacional baseado no estado-nação, cujo padrão de conduta determina, principalmente, a noção de interesse nacional.

ESTUDOS LATINO-AMERICANOS: IDÉIAS EM BUSCA DE UMA REGIÃO

“Preferi(r) a relevância dos temas à perfeição do seu tratamento científico” é uma frase⁶ que reflete, em grande parte, o que tem ocorrido com os estudos latino-americanos. Destacando as exceções ao caso, que não são muitas, tanto os estudiosos da cooperação como os do conflito na América Latina têm-se voltado, de forma entusiasta, a realizar incontáveis exercícios intelectuais, cujo resultado, em geral, tem sido magro. As debilidades e contradições dos estudos regionais aplicados dessa forma têm levado, a quem se ocupa do tema, a extremos de júbilo ou depressão, conforme seja o caso.

Ainda que os latinoamericanistas da cooperação e do conflito tenham bastantes pontos em comum, serão vistos separadamente para facilitar a análise. Os primeiros, os da cooperação, constituem o grupo mais numeroso. Compreendem os estudiosos da integração, cujo subgrupo é o mais numeroso: os dedicados à teoria da dependência; os direcionados aos estudos transnacionais; os centrados

na política comparada, nas variáveis culturais, na sociologia do desenvolvimento; e outros de difícil classificação. Todos esses estudiosos, em maior ou menor grau, enfrentam o problema, a partir da perspectiva de que a América Latina se encontra em uma situação de desvantagem ou subordinação, a qual é essencialmente injusta, devendo-se buscar os meios para superá-la. Incluímos nesse grande conjunto de intelectuais uma porção muito importante de "latinoamericanistas" de outras latitudes, em particular dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Não se pretende realizar um estudo exaustivo das tendências e subtendências de acadêmicos e não-acadêmicos que compõem a grande "elite", nem tampouco avaliar profundamente o estágio de seus respectivos avanços intelectuais. Tentaremos, em todo o caso, descrever, de forma geral, seus traços mais relevantes:

- a todos os grupos anima, em maior ou menor grau, o objetivo de lograr um mínimo de unidade política e/ou econômica na América Latina;

- a realidade e condicionantes objetivas que dificultam essa futura unidade são superáveis — a seu juízo — pela vontade política que "deveria" fazer-se presente;

- contra essa unidade latino-americana, "conspiram" diversos atores intra e internacionais;

- existe disparidade de opiniões no que se refere ao "para que" se deveria unir ou coordenar

a América Latina;

- em geral, são mais importantes os temas em si que o rigor científico com que são tratados; e

- como outras comunidades acadêmicas, vêem-se afetados por "temas da moda".

Além desses fatores comuns aos estudiosos da América Latina, podemos conferir-lhes outras propriedades, ainda que menos sistematicamente. Com o correr do tempo, uma proporção majoritária deles tem passado a constituir-se em uma elite transnacional consciente de si mesma, com um grande "momentum" intelectual e econômico próprio. O desenvolvimento desse grupo — composto por vários subgrupos — apresenta características peculiares, quanto ao desenvolvimento de visões aterrariais "instantâneas" e que fomentam a concentração dos recursos e das iniciativas.⁷ Outra característica assinalada em muitos latinoamericanistas (inclusive dos Estados Unidos e da Europa) é a de possuírem uma mentalidade e metodologia própria do "social worker", como mencionou um cientista político norte-americano, não sem certa ironia. Finalmente, outra característica que os une a quase todos é a não dissimulada hostilidade que têm pelos estudiosos da geopolítica e da segurança nacional, fenômeno que é recíproco e que, parcialmente, obedece ao desconhecimento mútuo.

Um breve exame dos temas que esses latinoamericanistas⁸ abordam permite visualizar o grau de avan-

ço em que se encontram. O primeiro grupo, o dos integracionistas, é o maior e mais diverso. Descontamos, entre eles, certos não-acadêmicos — especialmente políticos profissionais — que apresentam seus planos e perspectivas em face da “necessária” unidade latino-americana, em distintas conferências e reuniões.

Os estudos de integração,⁹ a partir da década de 70, pela vastidão do tema, exigiram uma especialização crescente. Os campos preferenciais passaram a ser:

- os da integração econômica — com as variantes político-econômica e econômica propriamente dita;
- os da integração política;
- os daqueles fenômenos sociais e culturais relacionados com a integração.

A integração tem sido o tema mais popular entre os latinoamericanistas. Depois de experimentar um “boom”, no final dos anos 60 a meados dos anos 70, passou a sofrer um permanente declínio desde então. Muitos dos seus cultores têm deixado de publicar trabalhos sobre o tema e, de uns tempos para cá, alguns encontram-se excursionando em outras áreas. Contudo, a integração continua sendo um tema corrente. Uma variante interessante dos últimos anos tem sido a conexão desses estudos com os da Nova Ordem Econômica Internacional¹⁰ e, em geral, com os do Terceiro Mundo. Essa temática tem permitido, aos integracionistas,

manter uma constante e fluida comunicação com as outras vertentes latinoamericanistas, como no caso dos teóricos da dependência, que também têm inserção nos estudos do Terceiro Mundo.

O esgotamento dos estudos da integração tem uma explicação simples: não tem havido tal processo na América Latina, pelo menos na forma e intensidade esperadas por esses especialistas. A “obstinada” realidade tem seguido um curso de ação que determinou por esgotar ou deixar obsoleto os delineamentos conceituais integracionistas. Ao jubilo e entusiasmo do passado, seguiram-se o desencanto e o ceticismo. Se bem que não haja dados confiáveis disponíveis, nota-se uma geral diminuição de recursos por parte das universidades, governos e entidades privadas que, tradicionalmente, se dedicavam a financiar a investigação nesse campo. Apesar dessa tendência, é razoável supor que os estudos de integração continuarão se desenvolvendo em alguns centros da região e fora dela por tempo previsível.

Os estudos da dependência constituem outro grande conjunto de posições sobre a América Latina.¹¹ Em geral, a teoria da dependência tem sido um corpo conceitual mais coerente ou, pelo menos, essa tem sido sua pretensão. Ainda que menos numeroso que o grupo anterior, tem produzido um impacto quase equivalente no mundo intelectual.

Isso seria devido a duas razões:

a maior uniformidade e, até certo ponto, coerência de seus delineamentos e, em segundo lugar, a melhor aplicabilidade desses mesmos postulados a outras regiões do denominado Terceiro Mundo.

A pedra de toque dos dependentistas é o esquema Centro e Periferia, ou seja, a concepção de que o sistema internacional está constituído por um centro consciente de si mesmo e dominante e, em segundo lugar, por uma periferia sem consciência própria, alienada e condicionada ao centro. Até aqui, nada de novo, inclusive alguns "realistas" poderiam estar de acordo com o delineamento. A diferença se firma em que essa situação de "dependência" — argumentam os dependentistas — tem caráter permanente, se não se produzem mudanças "radicais" na estrutura de poder do mundo. Fora da descrição do fenômeno, a maior ênfase dos dependentistas é analisar as formas de pôr fim a essa situação "injusta e desigual" que afeta o Terceiro Mundo em geral, e a América Latina em particular.

Da mesma forma que os estudos da integração, a teoria da dependência também tem experimentado um certo esgotamento nos últimos anos: As causas são múltiplas e, entre outras, poderíamos assinalar o fracasso conceitual e prático dos delineamentos da Nova Ordem Econômica Internacional,¹² e a falta de solidariedade demonstrada por alguns países "periféricos" que alcançaram subitamente alguma

posição vantajosa,¹³ a falta de cooperação do mundo socialista, e um sem número de outras causas, entre as quais poderíamos incluir a esterilidade própria do conceito, quanto à sua capacidade preditiva. Essa situação tem levado alguns de seus defensores a explorar outros campos, como o dos estudos transnacionais, e também um grupo importante a sofisticar algo mais sua análise, incorporando outras variáveis.¹⁴ Em todo caso, se se constata um declínio, este não tem tido as características extremas dos estudos da integração, em parte porque a temática, em geral, tem sido tratada com maior vigor acadêmico.

Os estudos comparados são outro campo popular dos latino-americanistas. Curiosamente, essa área tem sido mais cultivada por estrangeiros, que por cientistas locais. Goza de certa reputação acadêmica séria. Essa fama parece ser justificada, ainda que os resultados das investigações nesse setor sejam variados. Não obstante, é talvez onde se tenham feito os avanços mais importantes em relação à matéria, nos últimos tempos. Ganhou um lugar nas relações internacionais e na ciência política comparada, porque se nutre dos avanços em outras áreas, assim como realiza apartes à disciplina em geral.

A relativa boa reputação dos estudos comparados na América Latina não tem contribuído para que os estudos latino-americanos em geral tenham a presunção de seriedade e de nível que têm outras

áreas da ciência política nos Estados Unidos e na Europa.

Os enfoques sociológicos da cultura e o desenvolvimento são velhos no campo latino-americano. Poderíamos dizer que foram os que deram origem e causaram os anteriores.¹⁵ Apesar de que, em certo momento — década de sessenta e início dos anos oitenta — terem-se feito quase indistinguíveis daqueles próprios da ciência política, têm continuado mantendo sua personalidade independente em certos âmbitos. A grande produtividade e a atração inicial que caracterizaram essas tendências da investigação se perderam faz bastante tempo. Isso não significa que tenham sido superadas pelos acontecimentos, mas bem parece que voltaram ao lugar que lhes corresponde.

Finalmente, outros enfoques mais especializados são difíceis de separar do contexto em que se delineiam, como os econômicos, por exemplo. Entre eles, ressalta um que apareceu recentemente e se dedica aos estudos transnacionais.¹⁶ Sem negar a sofisticação temática envolvida, adverte-se, nesse caso, um claro esforço de alguns cientistas para superar a esterilidade em que caíram os enfoques integracionistas e da dependência. Em todo caso, não se nota uma alteração fundamental no delineamento do enfoque, e seus cultores o têm abordado com as mesmas ferramentas empregadas anteriormente. Esse antecedente e o contexto global em que se fazem os estudos latino-americanos não

permitem visualizar uma projeção relevante para essas novas tendências.

O outro grande “mundo”, ou subcultura, se se prefere, dos estudos latino-americanos é o que se dedica, sistematicamente, aos problemas do conflito na América Latina. Sem serem explícitos em seu cometimento — seus cultores têm sido colonizados mentalmente nesse sentido — eufemizam o problema do conflito através dos estudos geopolíticos e de segurança nacional. Curiosamente, o termo “estudos estratégicos” tem sido pouco usual no jargão cotidiano desses grupos.

Bastante menos numerosos, com menores recursos e sem gozar do alto grau de prestígio e de transnacionalização dos latino-americanos da cooperação, esses intelectuais encontram-se concentrados nos países sul-americanos do Cone Sul (incluídos Brasil e Peru).¹⁷ São pouco conhecidos na Colômbia, Venezuela, América Central e México. Como na outra “subcultura”, têm também representantes nos Estados Unidos¹⁸ e, em menor quantidade, na Europa. Os traços gerais desses “latino-americanos do conflito” são, em grande parte, os seguintes:

- todo o enfoque predominante de seus trabalhos é *nacional* ou, em alguns casos, hemisféricos;

- todos, em maior ou menor grau, advogam pelo “entendimento” latino-americano, mas sob uma forte base de nacionalismo. Nesse sentido, seriam expoentes do cha-

mado “nacionalismo latino-americano”;

— seu instrumento principal de análise constitui-se da geopolítica, à qual conferem caráter de ciência;

— o conceito de segurança nacional lhes serve de marco de referência para explicar e justificar o papel do estado-nação na América Latina e dos militares em assuntos políticos;

— a formação acadêmica de seus cultores provém, basicamente, das Forças Armadas (especialmente dos exércitos), ainda que também se possam encontrar alguns civis influentes;

— em geral, mostram pouco interesse em popularizar os estudos estratégicos — reservados às Forças Armadas, segundo seu parecer — e, em troca, enfatizam a necessidade de ampliar os conhecimentos da segurança nacional.

Os temas tratados pelos representantes dessa subcultura podem se dividir em três grandes grupos ou enfoques. O primeiro, e de longe o maior, é dos estudos assentados em uma forte base nacional: seus cultores, historicamente, têm-se preocupado pouco com as bases teóricas da geopolítica — o mesmo que a grande maioria dos integracionistas em relação ao seu tema — preferindo centrar-se na geopolítica aplicada a seus casos nacionais. Como Child¹⁹ menciona, só três países (Brasil, Argentina e Chile) alcançaram um nível importante em seus estudos geopolíticos contem-

porâneos, ainda que estejam presentes na grande maioria dos países sul-americanos.²⁰ Grande parte da “belicosidade” atribuída a esses estudos origina-se na estrita perspectiva nacional com que são delineados, perdendo-se uma concepção mais geral e teórica do problema. Outro fator é a visão “estratégica” das relações internacionais que têm a maioria dos estudiosos da geopolítica, devido à formação militar de sua imensa maioria. Também o baixo nível observado em muitos desses trabalhos²¹ — existe um número importante de exceções — obedece a que quase todo oficial da reserva das Forças Armadas do Cone Sul tem se sentido um “geopolítico em potencial”, pelo fato de haver estudado a cadeira no curso de Estado-Maior. As condições favoráveis outorgadas pelos regimes militares da região facilitaram ainda mais as coisas. Contudo, o enfoque geopolítico, apesar da notória falta de desenvolvimento teórico-conceitual, representou, por um largo tempo, um único exemplo de estudo sistemático sobre o conflito latino-americano, ainda que haja sempre uma vertente geopolítica integracionista operando paralelamente.²² Nesse sentido, os estudos geopolíticos sul-americanos são o único exemplo de uma inclusão da dimensão especial nos fenômenos do comportamento do poder na região.

Outro conjunto identificável de estudos é o da segurança nacional. Muitas vezes esses estudos têm

sido confundidos com os de geopolítica, mas sua natureza e seus cultores são claramente distintos.²³ Se bem que seu enfoque enfatize a necessidade de preservar o estado nacional (em particular o a que pertence o estudioso), e nesse sentido está conectado com a geopolítica, suas características têm mais relação com a preservação e o desenvolvimento de determinada ordem interna. A segurança nacional pretendeu englobar, em um só enfoque e paradigma, a segurança interna e externa dos estados sul-americanos, outorgando às Forças Armadas um papel de direção e integrativo nessa matéria. Apesar do sentido comum que apresenta em muitos aspectos essa "doutrina", a forma em que tem sido apresentada e o comportamento dos regimes militares que atuaram em seu nome, produziram uma notável distância intelectual e, em muitos casos, uma hostilidade aberta da "intelligentzia" civil sobre ela. Os cultores e ideólogos mais importantes desse enfoque pertencem, principalmente, ao Brasil, Argentina, Peru e Chile, ainda que conte com adeptos em diferentes partes da região. Diferente dos estudos geopolíticos, os quais têm mantido seu ritmo produtivo e possuem seguidores no médio ambiente civil, os estudos de segurança nacional ingressaram em um período de decadência, marcado, entre outras coisas, pelo fim da maioria dos regimes militares da área.

Um terceiro grupo, bastante novo e pequeno, constitui-se dos in-

vestigadores de estudos estratégicos. Ainda que poucos militares da reserva se dediquem ao tema, existe um crescente grupo de civis que tem incursionado ultimamente em tal campo. O exíguo avanço desses estudos explica-se, em primeiro lugar, pelo subdesenvolvimento relativo da ciência política na América Latina — diferentemente dos Estados Unidos e Europa — e pela escassa popularidade dos estudos do conflito em geral. Estima-se também que os regimes militares não tenham favorecido a investigação nessa área, porque alguns a consideram um campo próprio dos militares e que, de algum modo, sua difusão poderia afetar a segurança nacional. No médio prazo, esse tipo de estudo deverá gozar de crescente status e difusão, na medida em que as sociedades latino-americanas se desenvolvam e democratizem mais as práticas políticas e acadêmicas.

Em resumo, os estudos estratégicos e a geopolítica, como parte de um conjunto mais amplo de estudos do conflito, parecem ter lugar assegurado na academia latino-americana, ao contrário dos da segurança nacional, devido principalmente à forma e ao caráter com que foram abordados o estudo e a difusão do seu conteúdo.

A REGIÃO LATINO-AMERICANA: ENTRE DOIS MUNDOS

Empregaremos o conceito de "região internacional" para anali-

sar o caso latino-americano. Os motivos desse modelo obedecem a diferentes razões:

— trata-se de um conjunto de países que ocupam uma região definida, que desenvolvem um comportamento internacional mutuamente relevante e se encontram inseridos em uma comunidade maior de Estados;

— esses países, no que se refere a relações internacionais, têm realizado políticas coordenadas, e assim tem sido apreciado por terceiros atores;

— não existe uma estrutura hierárquica no interior da região, no sentido de que não há atores dominantes, se bem que alguns são mais poderosos e influentes que outros;

— possuem organismos de coordenação de políticas, mas nenhum específico para ordenar a conduta de forma exclusiva por parte desse grupo de países.

Tomaremos como ponto de referência para nossa análise o delineamento de Spiegel e Cantori,²⁴ em relação ao conceito de região internacional, ainda que estimemos relevantes as contribuições realizadas por Bruce Russet²⁵ e Oran Young.²⁶ Também é importante fazer referência a outros esquemas de regionalização, como é o enfoque geográfico-político de Saul Cohen,²⁷ que amplia o termo "região geopolítica", o qual é diferente em sua metodologia, mas chega a conclusões semelhantes.

Entenderemos a América Latina como uma região internacio-

nal, portanto "contém um grupo de países geograficamente próximos e que, em termos de relações internacionais, constituem uma unidade mutuamente inter-relacionada".²⁸ Ademais, como parte de um sistema internacional, se aceita a idéia de que constitui um "sistema subordinado",²⁹ no sentido de que diversas potências externas à região condicionam, ou intentam condicionar, a conduta desses estados, seja como grupo ou individualmente. A presença e a ação dos atores extra-regionais têm sido muito importantes na formação das regiões internacionais; muitos desses países se gruparam devido a um comum desejo de confrontar ameaças externas. A América Latina não é uma exceção; e mais, como veremos adiante, os fatores externos de ordem negativa têm colaborado positivamente na coordenação de políticas dentro da região.

Um segundo aspecto definidor da região internacional é constituído pelo fato de que, em seu interior acontece uma complexa interrelação de fenômenos políticos — os mais relevantes para nossa análise — mas também outros de ordem social, econômica, cultural, ideológica e histórica. As relações de caráter político são tanto cooperativas como conflitivas, podendo umas serem mais relevantes que outras, de forma permanente ou eventual. A noção de sistema regional (ou sistema subordinado) leva implícito o conceito de que os atores internacionais, para desenvolver

seus objetivos particulares e coletivos, empregam tanto técnicas de cooperação como de conflito. Uma região internacional onde a cooperação é a única forma de interação passa, com o tempo, a converter-se em um bloco ou aliança. O sistema regional onde o conflito tenha eliminado toda possibilidade de cooperação está condenado a desintegrar-se como unidade de inter-relação.

Partindo desses dois extremos (cooperação e conflito) podemos estabelecer uma graduação do nível de coesão existente entre as diversas regiões internacionais. Parecemos adequado aproveitar a seguinte escala:³⁰ sistemas regionais integrativos, consolidativos, coesivos e coerentes. Os primeiros mostram maior grau de coordenação e os últimos um menor nível.

Terceiro, aceitamos a constatação empírica de que o sistema internacional mundial é hierárquico, parcialmente anárquico e dotado, atualmente, de uma estrutura bipolar de poder. Como em todos os sistemas internacionais do passado, existe um conjunto de atores poderosos ligados ao "centro" do sistema e uma maioria de atores menores localizados na periferia. Essa dicotomia centro-periferia entendemos com importantes variantes a respeito de como a delineiam os teóricos da dependência. O enfoque proposto tem dois pressupostos: primeiro, que existe um dinamismo histórico entre centro e periferia, não havendo condição permanen-

te, quer dizer, não existe um "determinismo" a respeito de quem está no centro ou na periferia do sistema internacional a longo prazo. Por sua vez, quem ascende ao centro perde toda relação afetiva com a periferia (*Lei de Terra da Oligarquia*). Segundo, que existe uma tradição histórica no Ocidente para enfocar os assuntos em uma perspectiva centro-periférica fortemente enraizada em nossa forma de pensar.³¹ Estabelecidos esses pressupostos, os países sul-americanos pertencem, individual e coletivamente, à periferia mas, à medida que melhorem suas bases de poder e influência, poderiam chegar a formar parte do centro, com a desculpa de que essa opção terá caráter individual ou, na melhor hipótese, de subgrupo ou "elite".

A região latino-americana, ainda que tenha aparecido na vida internacional há mais de um século e meio, adquiriu essa condição a partir da Primeira Guerra Mundial, e foi perfeitamente delineada a contar do término da Segunda Guerra Mundial. Os esquemas de coordenação de políticas na região adquiriram um maior grau de maturidade na década de cinqüenta e, nos fins dos anos sessenta, observou-se um alto grau de desenvolvimento e complexidade nos intercâmbios.³²

A evolução centralmente cooperativa que apresentou o caso da interação latino-americana durante os anos sessenta e setenta, por um tempo ofuscou as disputas ou con-

flitos de diversas índoas latentes na região.

Diversas causas explicam o crescente padrão cooperativo da América Latina nesse período. Entre elas, temos:

- a necessidade de coordenar políticas defensivas face à hegemonia norte-americana;

- a noção de que se compartilha de problemas comuns suscetíveis de serem solucionados coletivamente;

- a crescente deterioração dos “limites de intercâmbio” e a crise de desenvolvimento que a região sofria;

- a percepção de inimigos comuns extra-regionais;

- o exemplo exitoso dos países da Europa Ocidental, ao atuarem unidos e, em menor grau, o evidenciado pela Liga Árabe;

- a crença generalizada de que o conflito internacional é uma forma “não civilizada” de relacionar-se, além de que não se contavam com os meios materiais para fazê-lo; e, por fim,

- o exemplo histórico e ainda vigente outorgado por Simón Bolívar a respeito de uma ibero-américa unida, grande e poderosa.

À parte dessas razões, houve feitos objetivos que alentaram continuar com políticas de integração. Entre elas:

- os êxitos iniciais dos esforços integrativos;³³

- uma política de “bloco” implementada na ONU, que também rendeu frutos mensuráveis,³⁴ e

— o domínio das idéias e elites integrationistas no panorama da política da região naquele período.³⁵

A evolução dessas tendências seguiu um curso crescente até meados da década de setenta. A contar dessa faixa, a tendência reverteu-se. É assim que, ante os primeiros tropeços sérios da ALALC, em fins dos anos setenta, os países do Grupo Andino, desejosos de prosseguir com a integração, decidiram continuar com um esquema paralelo mas independente.

Poucos anos depois, surge a crise do petróleo, provocando uma brusca mudança nas relações de poder, e nível mundial. Se bem que o efeito fosse “setorial”, o exemplo não deixou de ser sugestivo para os países sul-americanos. Chegou então o momento de pensar nas grandes coalizões de produtos básicos para “negociar” com o Norte. A esse período corresponde o aparecimento da SELA (1975) comprometida em apoiar os processos de integração e propiciar ações coordenadas.

No entanto, o “Pacto do Praia” já era uma realidade desde quase uma década e se faziam esforços para criar um similar no Amazonas, feito que se concretizou em 1978.

Tomando-se como indicador o caso do Pacto Andino, observa-se que, em que pesem todos os desejos, ele não progrediu na devida forma e todos os seus planos sofrem algum grau de atraso. A retirada do

Chile, em 1976, se bem que tenha sido observada como um fenômeno de política interna desse país, não deixa de ser um fato sintomático. A contar dele, os países andinos tentaram também explorar outras dimensões de coordenação, como é o caso do seu papel nos tratados do Canal de Panamá, em 1979. A melhor prova do resultado medíocre da integração econômica andina é a carência de algum estudo sério que prove confiavelmente que aquela opção tenha melhorado a situação de seus membros em relação àqueles países que não fazem parte do acordo.

O esvaziamento da ALALC produziu também outros efeitos consistentes, a nível regional, na criação da ALADI (1980), que a substituiu. Esta teria como metas a integração da América Latina, mas sob bases mais liberais e menos rígidas que a ALALC. Muitos têm qualificado esta ação como uma saída elegante para aceitar o fracasso da integração latino-americana delineada nesses termos de criar um marco mais permissivo para coordenar políticas onde os países membros tiveram maior liberdade de ação.

Enquanto, a nível global, as perspectivas de uma Nova Ordem Econômica Internacional experimentavam recorrentes tropeços, especialmente nas reuniões da UNCTAD, a nível regional, a situação não se apresentava melhor ao final dos anos setenta. A recessão internacional começou a afetar sucessivamente os países sul-americanos.

Os mecanismos originalmente desenhados para a cooperação econômica não demonstraram ter tampouco propriedades para defendê-los desse novo fenômeno.

Enquanto os esquemas de cooperação entravam em aberta crise, um fator diferente e enganoso começava a fazer-se presente. Desde o início dos anos setenta, começou uma incipiente corrida armamentista, especialmente palpável ao sul do Equador. No final da década havia adquirido caráter quase alarmante,³⁶ enquanto as disputas fronteiriças se foram fazendo mais públicas e freqüentes.³⁷ Em 1978, produz-se uma crise territorial entre a Argentina e o Chile, que provoca a maior mobilização militar da América Latina, desde a Guerra do Chaco. Durante janeiro de 1981, Equador e Peru quase vão à guerra, em virtude de um choque fronteiriço de proporções. Entretanto, a crise na América Central tinha adquirido proporções continentais, produzindo um sem número de efeitos e reações, entre os quais se destaca a crescente intervenção norte-americana, que parece ter redefinido seu papel estratégico-militar na região, ao menos ao norte do Canal do Panamá.

A situação alcançou um grau máximo com a Guerra do Atlântico Sul, onde se encontram bruscamente — e talvez de forma antecipada — as crescentes disputas territoriais locais com as de índole hemisférica. A guerra argentina-

britânica teve o duplo caráter de deslinear, ao mesmo tempo, uma crise territorial bilateral "típica" da América Latina, mesclada com uma situação de segurança hemisférica. Isso evidenciou dois fatos:

— a "viabilidade" do emprego da força para tentar solucionar conflitos fronteiriços na América Latina;

— a inoperância do TIAR, enquanto tratado de segurança coletiva, seja pela erosão histórica que tinha sofrido como sistema dirigido pelos Estados Unidos, ou por sua incapacidade para "resolver" situações ambíguas, como a delineada pela invasão argentina e a resposta britânica.³⁸

Há que se ter presente que o caso do Atlântico Sul é apenas um exemplo, devido à grande quantidade de conflitos pendentes na região e que, se se apresentarem condições (de ordem e material), muitas dessas situações podem evoluir para confrontamentos.

Essa potencialidade de solução bélica das diferenças na América Latina poderia ser interpretada em uma perspectiva mais ampla. O conflito no quadro regional poderia encarar-se como o aspecto visível de uma política de poder emergente na área, cujos exemplos mais evidentes se apresentam na América do Sul, mas que também existe na América Central e no Caribe.

Seguindo essa linha de raciocínio, é interessante destacar que, a pouco mais de um ano da Guerra das Malvinas/Falkland, os Estados

Unidos e outros pequenos estados caribenhos interviveram militarmente em Granada. Tal ação contou com a legitimidade outorgada pelo governador da ilha, e também por uma opinião pública norte-americana favorável. O elemento diferenciador nesse caso é o fato de que uma organização sub-regional (a dos Países do Caribe Oriental) se permitiu agir sem consultar o organismo hemisférico (OEA), devido à sua conhecida incapacidade para resolver esse tipo de questões.

Assim como as alternativas de cooperação não têm sido suficientes para resolver os problemas regionais, tampouco as soluções de conflito parecem adequadas para definir situações na América Latina. Nos dois extremos, é possível argumentar que não tem havido suficiente ênfase nas medidas, ou seja, que a cooperação e o conflito como soluções "puras" e únicas não têm a devida oportunidade. Nossa opinião é distinta, portanto insistir em quaisquer das linhas é uma perda de tempo e recursos. A natureza individual do estatodonação como ator das relações internacionais obriga a considerar seu comportamento como o de uma busca permanente do que estima ser do seu interesse,³⁹ que não tem outra linha-de-ação que sua própria conveniência, assim percebida por quem o dirige. A "nacionalidade" dos estados latino-americanos, em realidade, é mais sensata do que se poderia esperar. De uma parte, os projetos de integração e cooperação

entregam uma grande quantidade de decisões a instâncias que não são propriamente nacionais, fazendo compreensível a resistência dos países da região em entregar atribuições a atores não nacionais. Existe também um grande nível de incertezas a respeito do curso que possam seguir os processos de integração e cooperação, e do fim último que isto possa ter.

Ademais, a eleição do conflito como única alternativa de solução aos problemas vizinhos tampouco parece lógica, se se observa o custo crescente das resoluções violentas, em especial quando o enfrentamento armado já se haja produzido. Nesse caso, os líderes latino-americanos — tanto civis como militares — têm mostrado, em geral, bastante prudência.

Desse modo, cooperação e conflito se fazem em um mesmo terreno e simultaneamente, inclusive deixando espaço para outra possibilidade, e neutralidade. Essa terceira atitude é, atualmente, a mais generalizada entre os países da América do Sul. Ela se apresenta encoberta debaixo de certa retórica de unidade e cooperação mas, aprofundando em seu conteúdo, observa-se uma reflexão individualista mas respeitosa dos direitos e interesses de outros. Atitudes desse tipo não são sempre compreendidas pela opinião pública, mas usualmente são as que, em maior medida, produzem resultados tangíveis no longo prazo. Se valesse a pena mencionar um exemplo dessas ca-

racterísticas na região, deveríamos referir-nos ao caso do Brasil, o qual tem demonstrado bastante independência na eleição de suas linhas de conduta na região.

Se o caminho para a América Latina não parece ser o conflito nem a cooperação, fica a interrogação a respeito de que política parece mais própria para os interesses individuais e coletivos da região. A resposta seria uma síntese de cooperação e conflito que não tenha caráter excludente. A América Latina é uma região internacional e, como tal, é esperado que experimente ambos os processos simultaneamente.

A região tem sido considerada, por alguns analistas, como uma classe média internacional de estados.⁴⁰ Ainda que sem aderirmos totalmente ao modelo, é interessante destacar algumas de suas singularidades. Em primeiro lugar, encontra-se no meio de outras duas classes, a alta (primeiro e segundo mundos) e o segmento baixo da comunidade internacional (os chamados terceiro e quarto mundos). Avaliado seu peso relativo, essa “classe média” internacional é inferior à classe alta e à baixa. Sabemos que as sociedades com classes médias débeis apresentam problemas de estabilidade política. O mundo poderia estar sofrendo uma síndrome similar por um efeito comparável. Em segundo, como toda classe média, é uma classe social “em trânsito”; quer dizer, aceita a idéia de progresso, que a classe como con-

junto "avança" para melhores posições (inclusive pode, eventualmente, retroceder), com o que suas atitudes não são permanentes, especialmente a nível individual. Também o objetivo último de todo membro da classe é chegar à classe alta e desinteressar-se dos laços com o passado e de seus companheiros de classe; alguns estados latino-americanos estariam nesse caso.

Se projetamos as qualidades e defeitos da "classe média" que a América Latina possuiria, deveríamos aceitar que muitas das causas do fracasso relativo da cooperação e do conflito sistematizado são atribuíveis a essas características. Deveríamos acrescentar que hoje a América Latina é uma classe média "empobrecida", portanto relutante em colaborar com uma ordem internacional que favoreça o *status quo*. Com isso, as demandas regionais sempre aparecem com um tom um pouco mais alto que o razoável, em grande parte porque a região, como conjunto, não se encontra de todo comprometida em manter a atual destinação de papéis no sistema internacional, nem a posição de poder que nele possui. A isso se soma o fato de que não recebe ajuda, por ser "demasiado" desenvolvida para isso.

Assim mesmo, na dimensão econômica, ao produzir-se a disponibilidade de recursos financeiros da segunda metade dos anos sessenta — como toda "classe média" — a América Latina procedeu em endividar-se, inclusive além de suas

possibilidades de pagamento. O grave processo de endividamento dos países sul-americanos surpreendeu-os em uma etapa onde não têm podido diversificar grandemente suas indústrias de exportação, e em que a grande maioria dos hábitos de produção ainda são subdesenvolvidos — e frente ao qual existe a tentação de realizar um "cartel" devedor. Mas, inclusive em face dessa alternativa de ação coletiva desesperada, a unidade latino-americana não é mais que superficial. Existem vários países que não teriam muito interesse em blocos — entre outros, Brasil e Chile — ainda que haja proveitos marginais na ação conjunta. Pode-se deduzir que, ainda nas situações mais desesperadas, os atores latino-americanos atuarão dentro de cânones restritos de ação coletiva, posto que a ação individual estará sempre sob seu controle direto e será mais corrente.

POR UMA VISÃO INTEGRADA

A deterioração paulatina do poder hegemônico dos Estados Unidos na última década constitui o fator externo de maior relevância para a América Latina. Em função disso, os países da região adquiriram um espaço de manobra internacional substancial ao longo desse período. As causas do fenômeno são várias. Entre elas, temos o menor poder econômico relativo dos Estados Unidos no sistema internacional; uma política de "es-

quecimento benigno" pela América Latina iniciada com a administração Nixon; uma maior atenção norte-americana para outras partes do mundo; e o menor poder militar relativo dessa superpotência, que obrigou Washington a concentrar seus esforços em outras zonas de caráter mais crítico. A recente política de Reagan referente ao Caribe e à América Central, ao nosso juízo, não corresponde a uma volta à era do "Big Stik", senão uma reavaliação do valor dessa sub-região para a segurança estadunidense.⁴¹ Nesse contexto, a América do Sul continuará gozando da crescente liberdade experimentada na década passada.

A presença norte-americana, por ter sido fator determinante da unidade dos estados latino-americanos, ao diminuir, em forma relativa e gradual, afetou a coesão regional, no sentido de que esta começou também a decrescer.

Outra tendência observável nos países sul-americanos é que o processo de modernização de suas sociedades tem produzido impacto em suas capacidades e atitudes estratégicas. Na atualidade, o poder militar nos países grandes e médios da região é comparativamente maior que há duas décadas atrás. Um dos motivos deriva do fim dos laços de dependência gerados pelo programa de ajuda militar procedente dos Estados Unidos. Outro fator de grande relevância é o processo de modernização que se produziu em um ambiente de emula-

ção armamentista, no qual os antigos arsenais orientados para a guerra subversiva têm sido substituídos por material sofisticado e especializado na luta contra outros exércitos modernos. Nesse caso, é importante ressaltar que não só os governos militares incorreram nesse tipo de gastos; as democracias latino-americanas também estão investindo importantes recursos econômicos em armas para suas respectivas Forças Armadas.⁴²

Um fator anteriormente comentado é o fracasso dos mecanismos de cooperação em cumprir metas ambiciosas. Uma explicação mais profunda desse fenômeno seria considerar que as "inversões" realizadas pelos países nos esquemas de cooperação não produziram os resultados desejados, ou seja, os sacrifícios em restrição de liberdades, estudos, reorganizações burocráticas e expectativas políticas foram, em certo sentido, mais elevados que o politicamente aceitável. Em alguns casos esses resultados produziram o efeito contrário e alentaram os que advogavam alcançar certos objetivos nacionais pela via da ação individual, incluindo o conflito. Contudo, as opções para cooperar em determinadas áreas mais restritas continuam sendo válidas. Um exemplo é a aproximação argentino-brasileiro para pôr fim à disputa do emprego dos recursos hidrelétricos do Paraná. O Chile, em atitude similar, demonstrou uma permanente vontade de chegar a um arranjo pacífico em seu litígio aus-

tral com a Argentina. O Peru, por seu lado, respondeu com atitudes conciliatórias os reclamos revisionistas do Equador, apesar do choque fronteiriço de 1981.

Fazendo um balanço, a região internacional latino-americana tem experimentado uma mudança nas últimas décadas, passando da situação de ser um sistema consolidativo para um de caráter coexistivo.⁴³ Isso não quer dizer que a região se encontra no caminho de sua integração, mas que passou a outra etapa, na qual não são tão evidentes as condições e conveniências da coordenação de políticas entre seus membros.

O processo de modernização diferenciada de suas sociedades e a crescente desigualdade econômica entre os atores latino-americanos têm significado uma abertura de opções percebidas pelos políticos da região, muitos dos quais visualizavam outras oportunidades para seus países no sistema internacional. Nesse sentido, sem marginalizar-se da região, muitos têm iniciado políticas tendentes a criar pontes "transregionais".

O Brasil constitui o exemplo mais relevante. Ele tem projetado uma política e uma influência internacionais muito além do continente.⁴⁴ O crescimento econômico das décadas passadas e a formação de uma personalidade própria nos assuntos externos têm conferido ao estado brasileiro o caráter de potência regional com aspirações globais no médio prazo. O efeito sub-regional

da nova estatura do Brasil tem significado, em primeiro lugar, que este país já não necessita de aliados potenciais para manter um equilíbrio favorável na América do Sul. Seu poder supera qualquer coligação potencial que possa produzir-se no subcontinente. Em segundo, e pela mesma razão anterior, tampouco requer o tradicional apoio norte-americano para levar adiante seus objetivos nacionais e preservar sua segurança. O tratado bilateral que marcava essa "relação especial" foi denunciado unilateralmente por Brasília, em 1977, e não se evidencia nenhum interesse de substituí-lo por algum outro instrumento.

A Argentina também procurou um caminho cada vez mais separado da política regional. Com a chegada dos militares ao governo, em 1976, eles iniciaram uma política de aproximação dos países ocidentais, com vistas a incorporar-se ao Primeiro Mundo de uma forma permanente. Essa aproximação delineou-se sobre a base de uma relação especial com os Estados Unidos e um papel emergente de Buenos Aires nos assuntos de segurança do Atlântico Sul. A intensificação dos laços com a África do Sul obedecia à mesma lógica. O plano eventualmente fracassou com a invasão das ilhas Falkland/Malvinas; mas não se deveria descartar uma nova tentativa a longo prazo. Em resposta a esse rechaço ocidental, as administrações de Bignone e Alfonsín optaram por uma postura não

alinhada. Esse novo papel, se bem que apresenta claros contornos de uma política latinoamericanista, não deixa de ter elementos de diversificação para as opções desse país.⁴⁵

A política exterior chilena, no passado recente, também se tem caracterizado por uma certa desvinculação com a região. Esse fenômeno obedece a fatores de caráter interno de sua política, mas também pode marcar-se por uma tendência geral do Chile em ampliar seus horizontes internacionais, e que data de princípios da década de sessenta.⁴⁶ Apesar da relativa hostilidade de alguns estados da Europa Ocidental, e certamente do bloco oriental, esse país tem ensaiado caminhos alternativos de conexão internacional, entre os quais se destacariam uma abertura recente à calha do Pacífico, maiores laços com a África do Sul e, em certa medida, com alguns países do mundo árabe.

Equador e Venezuela, apesar de terem políticas externas bastante regionalistas, têm dado uma nova dimensão às suas relações exteriores, por sua participação na OPEP. Se bem que muitos dos delineamentos dessa organização caminham pela linha ideológica que inspira a Nova Ordem Econômica Internacional, não deixam de apresentar uma dimensão distinta e mais ampla das que são usuais na região.

Em maior ou menor grau, os outros países médios do subcontinente têm experimentado oportuni-

dades de abrir novas perspectivas em suas conexões internacionais. Entre esses se encontram o Peru e a Colômbia, que apresentam um desempenho mais modesto nesse sentido.

A relativa "desregionalização" das políticas exteriores dos países grandes e médios da América Latina constitui um fenômeno novo e recente em suas políticas externas. Postulamos que, na medida em que avance o desenvolvimento econômico e sejam criadas as oportunidades de intercâmbio com outras regiões e atores, esses estados, em diferentes grau e intensidade, criará novos laços e padrões de interação. Essa tendência não substituirá totalmente o papel que lhes coube no passado nas relações inter-regionais, mas, sem dúvida, produzirá uma mudança substantiva no padrão geral de relações, afetando a coesão desse subsistema internacional.

No terreno estratégico também se tem evidenciado essa tendência. Um estudioso da segurança latino-americana⁴⁷ tem assinalado que uma das opções mais acreditáveis para a segurança hemisférica do futuro constitui a "relação estratégica madura" entre os Estados Unidos e a América Latina. Essa concepção supõe que os interesses dos Estados Unidos e seus sócios latino-americanos foram-se fazendo cada vez mais divergentes. Como extensão dessa comprovação, deveríamos inferir que as necessidades de segurança entre os países da região tam-

bém se têm diferenciado crescentemente. Desse modo, descartamos a possibilidade de que se forme um sistema latino-americano de defesa, como têm postulado certos autores.⁴⁸ Ao contrário, devemos reconhecer que o débil sistema de segurança hemisférica se sustenta apenas graças à presença e ação dos Estados Unidos. Caso desaparecesse tal acordo de segurança coletiva, é mais lógico esperar o aparecimento de acordos sub-regionais de segurança ou, simplesmente, um sistema de equilíbrio de poderes.⁴⁹

O processo de transformação dos parâmetros de interação na América Latina não deveria levar-nos a deduzir que estamos próximos da desidentificação regional, nem tampouco de seu colapso. O enfoque apresentado nesta análise argumenta que: a) o maior poder relativo dos atores da área, b) a maior presença dos Estados Unidos — e maior influência de outras potências — em especial ao sul do Panamá, c) o fracasso dos esquemas de integração e também das soluções de conflitos, e d) a criação de laços extra-regionais de importância, produzirão uma maior complexidade nas relações internacionais latino-americanas, eliminando o caráter “paroquial” que lhes era característico.

Nesse contexto, não se descarta a possibilidade de que existam esforços futuros de coordenar políticas. O assunto da dívida externa pode ser uma oportunidade para experimentar novas políticas de blo-

cos. Do mesmo modo, o maior crescimento das economias pode redundar em taxas de comércio inter-regional mais elevadas, produzindo-se maiores complementaridades comerciais. Mas também é esperado que alguns países, como o Brasil e os do Cone Sul, busquem relacionar-se de forma mais intensa fora do contexto continental. O Brasil, em especial, teria a necessidade política de fazê-lo de forma singular, se pretende chegar a ter “status” de potência secundária na década dos noventa. Também o México poderia tentar integrar-se com maior intensidade às economias da América do Norte, assim como é altamente provável que a Venezuela e a Colômbia evoluam marcadamente para uma política “caribenha”, deixando em segundo plano a de caráter latino-americana. Por último, nessa perspectiva, é razoável que ocorram certos conflitos armados na região, produto de situações conjunturais ou sistêmicas. A forma de acomodar as políticas e produzir os ajustes não será seguramente o tradicional esquema hemisférico, mas soluções “ad-hoc”, como a intervenção de terceiros países, mecanismos de equilíbrio de poder, realinhamento de fronteiras ou, inclusive, a absorção voluntária ou forçada de estados menores ou médios.

Em consequência, as atuais tendências da política latino-americana parecem ser as de um fenômeno agregativo. De acordo com isso, a política regional, tanto em

seu conjunto como a nível de cada país, se fará mais complexa, variada, multifatorial, imprecisando cada vez mais o caráter de subsistema que a América Latina teve até o momento, sem perder seus rasgos básicos de região internacional.

CONCLUSÃO

A região latino-americana constitui um subsistema subordinado que tem experimentado um crescente processo de consolidação no período de pós-guerra. Diversos fatores, entre eles o declínio hegemônico norte-americano e a incapacidade de concretizar programas de integração, produziram a revisão daquelas tendências nos últimos anos. Essa maior falta de coesão tem ocorrido de forma paralela ao de um recrudescimento das disputas territoriais e da corrida armamentista entre os países que a compõem.

A falta de um esquema integrado para explicar o conjunto de fenômenos internacionais que ocorrem na América Latina obedece, em grande medida, a que as teorias da cooperação e do conflito para a região têm adoecido de diversos defeitos. Entre eles se destacam: a falta de comunicação entre os estudiosos de ambos os enfoques; o baixo nível científico com que geralmente são abordados os temas; o alto grau de compromisso dos especialistas com um projeto político particular para a região, e a relativa a sistematicidade com que se condu-

zem os estudos, resultando às mais das vezes em esforços não consolidados, perdendo-se o valioso efeito de acumulação de conhecimentos. Dessa maneira se notam uma crescente crise e um esgotamento dos estudos latino-americanos, em grande parte por sua incapacidade para interpretar corretamente os acontecimentos políticos da região e pelo relativo desprestígio que foram ganhando entre o restante da comunidade de cientistas políticos.

O enfoque regional empregado neste trabalho apresentou a América Latina como um sistema subordinado que tem experimentado períodos recorrentes de cooperação e conflito. Devido às variáveis presentes na região, não se visualiza o domínio permanente de nenhuma das duas tendências. O razoável é supor que esquemas de cooperação e de conflito internacionais coexistirão em um futuro previsível no subcontinente. Nesse sentido, o modelo de região internacional constitui um instrumento de análise confiável, por quanto contempla a agregação de novas variáveis na América Latina sem que isto perca serventia.

Levando em conta o que foi dito, os países latino-americanos continuarão desenvolvendo padrões de interação preferente na região, mas incorporarão novas perspectivas em seus horizontes internacionais de forma diferenciada. Por sua vez, a crescente desigualdade econômica, militar e populacional entre esses atores se traduzirá, em muitos ca-

sos, em políticas mais individuais, definidas e tendentes a perder condição de bloco. Esse processo colaborará com uma maior independência a respeito do tradicional condicionamento produzido pela política norte-americana para a região, a qual, por sua vez, se fará mais específica, sub-regional e, provavelmente, mais sofisticada.

Sem perder sua condição de subsistema, os países latino-americanos tenderão a empregar esquemas de inter-relações de caráter sub-regional ou bilateral, podendo emergir acordos de integração locais, assim como alianças, ou situações de equilíbrio de poderes, conforme for o caso. A política de potências emergentes, como o Brasil, ou de outros atores médios, em aliança com potências extra-regionais, será significativa a esse respeito.

Por último, as maiores capacidades desses países, tanto individuais como coletivas, assim como a diversificação em suas formas de se relacionarem interna e externamente, farão com que a América Latina vá perdendo, de maneira progressiva, sua condição de subsistema coordenado, mesmo sem que desapareçam os caracteres de região internacional, entendida esta na concepção ampla do termo.

NOTAS

- Cantori, Louis y Spiegel, Steven. 1971, "The International Politics of Regions: A comparative approach". Prentice-Hall. New Jersey. Especialmente caps. 1 a 9

- Ibid., pp 13-17
- Kaplan, M., 1957. "System and Process in International Politics". John Wiley and Son. Nova York.
- Gilpin, Robert, 1981. "War and change in World Politics". Cambridge V. Press. Nova York.
- Ibid., p. 230.
- Extraiida de: Estudios Internacionales N° 40. "Diez años de Estudios Internacionales", p. 4, 1977.
- Parte desses conceitos corresponde ao acadêmico argentino Dr. Patricio H. Randle, Asociación para Estudios del Territorio.
- Os latinoamericanistas da cooperação têm culpado, inclusive, a Guerra das Malvinas/Falklands (não sem certa razão) aos estudos geopolíticos e de segurança nacional; ver por exemplo: Tomassini, Luciano. 1982. "Hacia un Sistema Latinoamericano de Seguridad Nacional", Estudios Internacionales, V. XV: 553-541.
- Existe um grande número de publicações periódicas dedicadas a esse tema, entre as quais se destacam: Integración Latinoamericana (Argentina), Estudios Internacionales (Chile), Ford Internacional (México), Latin America Research Review (EUA) e Journal of Common Markets (Reino Unido).
- Pode-se observar que muitos autores sobre temas de integração econômica latino-americana têm publicado aspectos da Nova Ordem Econômica Internacional.
- Para uma orientação geral sobre os estudos latino-americanos da dependência ver: "Simposium" (1982) sobre teoria da dependência em Latin America Research Review V. 17 (1): 115-171. Também: Cardoso, Fernando y Faletto, Enzo. Dependency and Development in Latin America (Berkeley, Cal.: University of California Press, 1979) e Sunkel, Osvaldo y Paz, Pedro, El Subdesarrollo Latinoamericano y Teoria del Desarrollo (México, D.F. Siglo XXI Editores, 1970).
- Ver Herman Kahn y Ernest Schneider. 1981. "Globaloney 2000" Policy Review v. 16: 129-147. Julian Simon. 1981. "Global Confusion, 1980: A Hard Look at The Global 2000 Report" The Public Interest N° 62: 3-20.
- Trata-se, fundamentalmente, dos países exportadores de petróleo. Salvo contadas exceções, as maiores utilidades não têm sido empregadas para ajudar a outros países subdesenvolvidos.

14. Os estudos latino-americanos comparados constituem um importante campo de atividades dos "latinoamericanistas" anglo-saxões. Praticamente não existe nenhum programa de estudos latino-americanos nos EUA e na Grã-Bretanha que não contemple a política comparada.
15. A literatura latino-americana de fins da década de 50 e princípios dos anos 60 é virtualmente exclusiva da sociologia do desenvolvimento, no que se refere a Ciências Sociais.
16. O exemplo mais conspícuo é a criação recente do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet). Santiago, México, Caracas.
17. Ver, por exemplo, John Child. 1981. "Pensamiento Geopolítico y Cuatro Conflictos en Sud América", Revista de Ciência Política (Santiago) N° 112. Latin American Research Reviews v. 14:89-111.
18. Entre os que se destacam: John Child, Howard Pittman, Lewis Tambs, Robert Burr, Margaret Hayes, Alfred Stepan, e outros.
19. Op. Cit., Child, 1979.
20. Dentre os estudiosos brasileiros, se destacam: Backheuser, Travassos Couto e Silva, no passado. Alguns autores influentes do presente são: Meira Matos e Therezinha de Castro. Entre os geopolíticos argentinos importantes do passado, temos: Atencio, Briano e Sortoni. Do presente, destacam-se: Fraga, Guglialmeli e Rizzo. A geopolítica chilena do passado tem Cañas e Ihle, na atualidade, Von Chrismar e Ghisolfo, para mencionar só alguns.
21. Esse fenômeno chegou a ser quase "patológico" no caso da geopolítica argentina, ainda que no Chile houvesse exemplo, como o livro de Oscar Buzeta "Chile Geopolítico: Presente y Futuro", Cisec, 1978, Santiago.
22. Nesse campo se destaca a publicação Geo Sur, editada em Montevideu.
23. Não obstante, existem alguns, como o General Edgardo Mercado J. (Peru), que se dedica a ambos os temas.
24. Op. Cit. Spiegel y Cantori.
25. Russet, Bruce. 1969. "International Regions and International Systems Power and Community in World Politics".
26. Young, Oran. 1969. "Political Discontinuities in the International System". World Politics. V. 20:369-392.
27. Cohen, Saul: 1973. "Geography and Politics in a World Divided". Oxford Press. Londres.
28. Op. Cit. Spiegel y Cantori. Cap 1.
29. Ibid., cap. 1.
30. Que aparece em Op. Cit. Spiegel y Cantori, pp 381-388.
31. Strassoldo, Raimundo. 1980. "Centre-Periphery and System Boundry: Culturological Perspectives" em Jean Gottmann Centre and Periphery: Spatial Variation in Politics. Sage. Beverly Hills.
32. Empregamos esse termo no sentido denotado por Karl Deutsch.
33. Evidenciados nas primeiras etapas da ALALC e do Pacto Andino.
34. O Grupo Latino Americano (GRULA) constituiu um bloco de vanguarda — ainda que moderado — com importantes iniciativas a nível desse organismo.
35. Destacam-se entre estes as figuras de Frei (Chile) e Leoni (Colômbia).
36. Ver Meneses, E. 1981. "Competencia Armamentista na América do Sul: 1970-1980". Estudios Públicos N° 7: 1982, pp. 5-42 e Adrian English. 1981, "América Latina: Balance de Fuerzas y Zonas de Tensión", Revista International de 14: 1273-1281.
37. Ruggeri, Andrés. 1977. "Canal Beagle. Algunas Reflexiones sobre el Laudo Arbitral", Estratégia N° 45: 48-60. Guglialmeli, Juan. 1976. Golbery do Couto e Silva, o "Destino Manifesto Brasileiro e o Atlântico Sul", Estratégia N° 39: 5-24. Op. Cit. John Child, 1981, pp 99-101.
38. Considera-se ambígua, por quanto a Argentina aparecia como "agressor" em um território sujeito à ação do TIAR e porque a Grã-Bretanha aparecia "incursionando" no hemisfério, em um território que ela considera próprio e arrebatado pela força.
39. Morgenthau, Hans. 1952. Politics Among Nations. Knopf. New York.
40. Francisco Orrego Vicuña, "Las Alternativas de América Latina como Clase Media de las Naciones". Estudios Internacionales, Vol X N° 40 oct. dic. 1977. 89-110.
41. Child, Jack. 1980. "Strategic Concepts for Latin America: An Up-date". J. Interamerican Economic Affairs. v. 32: 61-82.
42. Op. Cit. Emilio Meneses, 1982.
43. De acordo com a escala apresentada por Op. Cit. Spiegel Cantori. p. 381.
44. Forrest, Tom. 1982. "Brazil and Africa: Geopolitics Trade and Technology in South Atlantic", African Affairs N° 322: 3-20.
45. Em geral, deveríamos aceitar a idéia de que toda opção terceiromundista consiste nada

- mais que em uma ampliação de uma política latinoamericana que pretende fazer-se mais efetiva no sistema internacional. Ver uma opinião ligeiramente diferente em: Edward S. Milenky. 1977. "Latin America New World Third World in International Affairs?" Europa Archiv (Bonn: German Institute for Foreign Affairs).
46. Wilhelm, Manfred. 1978. "Hacia un Análisis de la Política Exterior Chilena Contemporánea". *Estudios Internacionales*. v. 12 (48): 443-448. Ver também Orrego, Francisco. 1938. "La Proyección Extracontinental de Chile. Instituto de Chile. Editorial Universitaria. Santiago. 34 pp.
47. Op. Cit. Child. 1980.
48. Op. Cit. Luciano Tomassini. 1981.
49. Tal sistema seria muito difícil de operar pelo caráter dominante que o Brasil está adquirindo no cenário sul-americano.

EMILIO MENESSES — Professor chileno. Diplomado em relações internacionais na Universidade Católica do Chile. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Georgetown (USA). Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade do Chile. Conselheiro do Centro de Estudos Públicos do Chile.



DESTAQUES DA IMPRENSA

A ENERGIA NUCLEAR É NOSSA

Guilherme A.M. Camargo

A energia nuclear tem-se tornado um dos temas mais polêmicos e apaixonantes de nossos tempos. No mundo inteiro a questão tem sido motivo de extensas discussões com a participação ativa de técnicos, cientistas, professores, ecologistas, enfim, representantes dos mais diversos segmentos e de classes sociais.

É evidente que o tema se revestiu de fortes conotações políticas, seja qual for a perspectiva em que o analisarmos.

No Brasil, entretanto, um amplo debate sobre a questão nuclear ainda não ocorreu. A omisão dos organismos governamentais em prestar contas à sociedade de sua política nuclear permitiu que a discussão do assunto ficasse restrita a um pequeno grupo de críticos e ecologistas, gerando profunda desinformação e desconfiança na população.

É preciso que se diga claramente que a energia nuclear é hoje, no Brasil, uma realidade da qual não podemos abrir mão.

Uma realidade que se traduz no tratamento radioterápico, amplamente difundido em dezenas de hospitais e de clínicas espalhados por todo o país. São os radioisótopos na agricultura, aprimorando a qualidade de nossas colheitas. São as aplicações na indústria e na medicina avançada, de que são exemplos, os tomógrafos, espec-

tômetros, cintilógrafos e outros equipamentos de alta tecnologia.

O Brasil é hoje um país com grandes deficiências energéticas. Cerca de 60 milhões de brasileiros — o equivalente a 42% dos domicílios recenseados — não dispõem de eletricidade em seus lares.

Energia nuclear representa, antes de tudo, desenvolvimento social. A energia elétrica que é gerada nas usinas nucleares significa água corrente, redes de esgoto, eletrodomésticos e luz elétrica — ou, em outras palavras —, higiene, saúde, lazer e informação.

O consumo médio de eletricidade no Brasil é de 1400 kW/hora/ano *per capita*. Este valor está abaixo da média mundial de consumo. É menor do que o consumo da Argentina, cerca de 2,5 vezes menor do que o da África do Sul, cinco vezes menor do que o da Austrália, oito vezes menor do que o dos Estados Unidos e mais de 11 menor do que o da Suécia, do Canadá e da Noruega.

Temos observado na atual campanha presidencial uma grande desinformação sobre o assunto, por parte da maioria dos candidatos. Existe também uma tendência a “ideologizar” a questão nuclear.

Isto nos parece um grande absurdo. Sabemos que os Estados Unidos têm mais

de 100 usinas nucleares em operação. Mas sabemos, também, que na França — de governo social-democrata — cerca de 70% de toda a eletricidade produzida são de origem nuclear.

A Aben trará ao Brasil, em novembro próximo, uma delegação de alto nível do setor nuclear soviético, para mostrar aos brasileiros, entre outras coisas, por que a URSS pretende produzir cerca de 30.000 MW em usinas nucleares nos próximos seis anos.

O povo e os políticos precisam saber o que é a energia nuclear, hoje, no Brasil.

Existem cerca de 250 empresas nacionais trabalhando diretamente em atividades nucleares. São mais de 20.000 profissionais altamente qualificados atuando no setor, entre engenheiros, físicos, médicos, cientistas, técnicos, professores etc. Temos cinco institutos de pesquisas nucleares em plena operação. Temos diversas universidades com programas de graduação e pós-graduação em engenharia nuclear. Dominamos as etapas principais do ciclo do combustível. Temos a 5^a maior reserva de urânio do mundo. Temos fábricas de usinas em operação. A nossa medicina nuclear é reconhecida internacionalmente.

Por outro lado, a energia nuclear tem demonstrado ser uma fonte energética segura e não-poluente. Apesar dos acidentes de Three Mil Island e Chernobyl, a ener-

gia nuclear é, comparativamente, mais segura do que a maioria dos outros energéticos.

Estudos abalizados comprovam esta afirmação.

Uma usina nuclear, em condições normais de operação, não libera gases nem effuentes líquidos para o meio ambiente. Os rejeitos nucleares são produzidos em quantidade infinitamente menor do que os milhões de toneladas de gases que são lançados diariamente na atmosfera pelas centrais a carvão e a petróleo — sendo que no primeiro caso os operadores têm total controle sobre o tratamento e a estocagem daqueles rejeitos.

A sociedade brasileira sempre foi muito sensível às grandes questões nacionais. Entrou para a nossa história a memorável campanha em defesa do petróleo na década de 40. Mais recentemente, estamos sabendo reagir às pressões internacionais com relação à Floresta Amazônica.

A energia nuclear é a fonte energética que mais cresce, atualmente, no mundo. A parcela de contribuição nuclear para toda a eletricidade, produzida a nível mundial, aumentou de 1,6%, em 1970, para 17%, em 1988, e continua crescendo.

O Brasil não pode renunciar ao desenvolvimento. Energia significa progresso. A energia nuclear é nossa, também.

(Artigo publicado no Jornal do Brasil, edição de 25 de outubro de 1989. Assina-o o Engenheiro Guilherme A.M. Camargo, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear - ABEN).

A SAGA DA INDEPENDÊNCIA

Deive-me diante do monumento de Bolívar, numa das grandes avenidas de Nova Iorque. Lá estavam também San Martin e O'Higgins e o professor universitário que me acompanhava perguntou-

me quem fora o herói da Independência do Brasil. "Quando teremos aqui também uma estátua do general brasileiro que venceu a guerra da emancipação do país." Havia, no tempo, próximo da Biblioteca Pública, um

lugar reservado para o Brasil entre os próceres que lutaram e criaram as repúblicas no Novo Mundo. Não foi pequeno o espanto do meu interlocutor, quando lhe disse que possuímos não um general mas um Patriarca, e se um dia, o que mais tarde se verificou, tivéssemos de figurar ali, seria com um civil vestido com uma rabona, sem nenhum ar guerreiro, ainda menos marcial do que Washington.

Falei-lhe então de José Bonifácio de Andrada e Silva e mostrei-lhe as condições especiais em que se processou a conquista da Independência e a série de compromissos expressos ou subentendidos, de que se utilizaram os estadistas brasileiros para chegar à emancipação com o mínimo de luta armada, preferindo o jogo da habilidade, da malícia e da contemporização aos grandes rasgos de heroísmo com sacrifício de sangue quem sabe também se com perda da unidade nacional. Fora da gloriosa batalha

de Genipapo em Campo Maior, no Piauí, onde morreram quinhentos brasileiros em combate com a aguerrida tropa do general português Fidié, tudo o mais foram episódios de resistência em que correu pouco sangue.

José Bonifácio, pela cultura e alto senso político, dirigi os acontecimentos que levaram o Príncipe D. Pedro, obedecendo ao conselho do pai, a proclamar a Independência e a pôr a coroa na cabeça, antes que o fizesse algum aventureiro. Assim, fundou-se uma monarquia que durou sessenta e sete anos. Portentosa obra de sabedoria política que assombrou os mais ilustres e famosos diplomatas da Europa, como por exemplo o austríaco Metternich, que a propósito fez este agudo comentário: "O Império do Brasil é uma república grega em que todos mandam." Tal como ainda hoje, todos mandam e ninguém obedece.

(Artigo publicado no Jornal do Comércio, edição de 7/8 de setembro de 1989. Assina-o Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras)

ARTIGO 5º NA TELA

O artigo 5º, inciso IX, da nova Constituição brasileira diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Do ponto de vista constitucional, é impossível falar mais claro: a censura acabou. Talvez por isso, como disse um dirigente brasileiro de televisão, a TV "pode perder a cabeça e partir para a loucura total".

Nunca como agora, dada a clareza da norma constitucional, a televisão se viu investida de uma responsabilidade a que não sabe corresponder. Alguns programas baixaram o nível a tal ponto, com palavrões sendo ditos com naturalidade ou cenas de sexo difundidas em horários impróprios,

sem falar na violência que é constante e intemporal, que é lícito perguntar se ela já não perdeu de vez a cabeça.

Fala-se muito em censura e autocensura, para confundir, de propósito, censura com padrão de comportamento sem o qual nenhum empreendimento público pode prosperar em ordem. Como a censura deixou de existir, o que está em causa é o padrão de comportamento. Esta discussão não é apenas brasileira: existe em todos os países onde existe televisão, dada a forma torrencial com que ela penetra nos lares, sem distinguir espécies de auditório.

Nos Estados Unidos existe uma lei federal proibindo pornografia e programas obscenos, o Communications Act, de 1934.

Mas as próprias emissoras têm seus códigos e eles são cumpridos com rigor. As três redes (ABC, CBS e NBC) proíbem beijos em que apareça a língua. Na NBC, as modelos têm de usar alguma peça sobre o corpo em comerciais de sutiãs. Piadas sobre drogas são vetadas na ABC. São apenas exemplos de como um meio de comunicação poderoso precisa se preocupar com detalhes, pois é a soma dos detalhes que determina o conjunto.

A televisão brasileira tornou padrão um tipo de liberalidade inimaginável até nos Estados Unidos, muito menos na Europa ou nos países sob total controle estatal. Bastam alguns minutos de programação para alguém pensar que a televisão aqui vive num eterno carnaval, com o desregramento dos costumes e o relaxamento da linguagem sendo elevados a norma comum. No entanto, mais de uma pesquisa mostrou nos últimos tempos que o telespectador brasileiro deseja ver programas sérios nos quais a realidade nacional e os assuntos políticos sejam discutidos de forma adulta nos noticiários, nas novelas, nos filmes, etc. Os próprios espectadores condenam os palavrões e os homens nus, o que de certa forma é uma condenação aos produtores de televisão e aos publicitários que pretendem empurrar pela goela do público qualquer produto ou história.

Algumas televisões se dispuseram a elaborar "códigos internos de ética" que duraram o tempo de uma reunião de executivos. Nenhuma emissora conseguiu até agora formular seu próprio artigo 5º. De qualquer maneira, liberdade de expressão é, em si, um conceito formal. Sua existência será arquitetada por toda a comunidade no seu jogo de forças, dependendo não de censura ou de licença constitucional, mas dos tempos em que vivemos e do estado de espírito da comunidade. Fugir desta lógica é querer decretar por escrito a liberalização dos costumes assim como alguns políticos prometem acabar com a miséria por decreto.

A televisão brasileira, por falta de conteúdo e pela ilusão de que conquistará au-

diência com cenas de violência, baixo calão e sexo aviltado, transformou-se num contínuo clip, apimentado e desregrado, em que as imagens deixaram de se relacionar diretamente com o que está sendo dito, espelho de sua indigência conceitual. Tudo é muito rápido e muito violento. Ingressamos na era da banalização das imagens, do fascínio do *kitsch*, do falso moderno, da plasticidade fácil, deglutiável, biodegradável.

Os programas de auditório são uma sequência de quadros bobos, espécie de aperitivo (calibrado a palavrões impublicáveis) aos programas e aos filmes em que o mínimo destacável é a violência ritmada e a licenciosidade gratuita. Violência e sexo são itens utilizados em arte quando absolutamente necessários, para que o artista possa expressar sua compreensão da realidade. Na televisão, parte-se de uma realidade falsificada para atingir a violência a título de apelo comercial.

Um diretor de rede nacional comentou há pouco que "oitenta por cento dos pacotes que os americanos têm para vender são a mais pura violência", e com isso pretendia justificar a indigência nacional que embarca de olhos fechados em qualquer canoa. Em nome de pretensas leis de mercado capitalistas o público brasileiro é submetido a todo tipo de lixo internacional. E o que dizer dos bailes de carnaval, quando todos os limites da decência são ultrapassados para manter a qualquer preço a audiência?

O telejornalismo, espremido entre uma sandice e outra, escorrega na mesma velocidade dos clips: fala muito sobre as pessoas e pouco com as pessoas. Não passa de simulacro de alguma coisa que gostaria de ser. O grande momento do telejornalismo se dá quando a repórter pergunta à mãe em lágrimas que acabou de perder o filho: a senhora está sofrendo?!

Isso já estava de alguma forma previsto no tempo em que McLuhan era o papa da comunicação e dizia que o excessivo domínio de um meio de comunicação sobre os demais tende a impregnar o ambiente com

fluidos narcotizantes, tornando pessoas, grupos de pessoas e comunidades inteiras

insensíveis a outros tipos de signos e mensagens, isto é, à própria razão.

(Editorial do Jornal do Brasil, edição de 28 de outubro de 1989).

TUPI OR NOT TUPI

Uma pesquisa feita há um ano com alunos da 3^a série do 2^o grau em escolas do Rio (zonas Norte, Sul, Centro e Suburbana) constatou que sete em cada dez não conseguem distinguir tem (singular) de têm (plural), 60% usam aleatoriamente *a*, *há* e *à*; 20% escrevem Brasil com *z* e outros 10% com *b* minúsculo. Apareceram erros cabeludos como *cals* (em lugar de caos), *assesso*, *campionato*, *disvantagem*, *pírula* e tantos outros com uma insistência de causar preocupação, provando que os estudantes, a começar pelos da faixa de dezenas aos dezoito anos, objetos da pesquisa, não lêem ou lêm pouco e, por isso, guiam-se pelo som das palavras na hora de escrever. Além disso, observa-se um completo desconhecimento das normas gramaticais, o que é uma deficiência deles mas aponta também para a responsabilidade dos professores.

Se os estudantes, que vivem por obrigação do ofício em contato compulsório com os livros, não estão lendo, imagine-se o que acontece por este Brasil afora, onde o hábito de leitura e o hábito de falar corretamente são luxos a que poucos se dão. A maioria do povo brasileiro nem frequenta a escola, apesar das tentativas teóricas de universalização do ensino de primeiro grau. Às vésperas de um novo vestibular, o país põe de novo a mão na consciência para sentir como são grandes os descaminhos na educação e na cultura.

No caso do ensino da língua portuguesa, começa-se pela verificação de que os estudantes escrevem mal e os professores saem despreparados das faculdades. Os

candidatos ao vestibular exercitam uma pseudocompetência baseada apenas na memorização de algumas regras, de alguns macetes. Fazendo o jogo da comédia do ensino brasileiro, ingressam nas universidades e são questionados durante todo o curso por sua incapacidade de estruturar uma frase. Entre os que ensinam há poucos também capazes de redigir um texto.

O fracasso do ensino da língua portuguesa é fenomenal, apesar da evolução das técnicas de ensino e das teorias lingüísticas. Como se explica que as crianças aprendam com facilidade e prazer a linguagem do computador, progredindo rapidamente nesse campo, mas bocejam nas aulas de português? Há uma impossibilidade de romper a barreira do ensino, um desencontro entre os brasileiros e seu idioma, uma incompatibilidade entre os leitores e os livros, que precisam ser atacados antes que seja tarde.

Dos poucos que lêem, a maioria consome *best-seller*, para "ver o que o pessoal anda lendo". Para os adolescentes, ler é *cartola*, e pior do que ler é estudar. Entre os adultos se observa uma resistência ao autor nacional. Nas escolas, a obrigação de ler um autor clássico brasileiro é sofrida como um suplício de Tântalo. Os alunos de 1º grau não costumam ler um livro inteiro, e a eles são dados a ler apenas textos pequenos, crônicas, contos simples. Já nem se cogita de apresentar-lhes Fernando Pessoa ou Camões, até porque tal iniciativa exigiria dos professores um conhecimento literário que não têm.

Um diretor de colégio acaba de obser-

var que se um professor pedir a leitura de *Helena*, de Machado de Assis, para efeito de prova (mesmo considerando que *Helena* é um livro pequeno, açucarado, de leitura fácil), com certeza receberá abaixo-assinado de protesto dos alunos. Com o *Dom Casmurro*, livro mais complexo, a reação será mais forte. Dificilmente o aluno terá possibilidade de sentir o sabor daquela linguagem arcaica, redonda, perfeita, e continuará achando Machado "um chato de galocha".

A indústria editorial brasileira, tirando os livros didáticos, de venda sazonal e compulsória, sequer tem importância econômica. Buenos Aires, uma única capital, tem mais livrarias (quinhentas) do que todas as cidades brasileiras somadas (talvez quatrocentos e cinqüenta). O consumo de livros no Brasil não chega a dois volumes anuais *per capita*, o que vem a ser uma quantidade irrisória comparando aos Estados Unidos, França ou Alemanha Ocidental, onde são consumidos de dez a doze livros por habitante a cada ano. Tal comparação dá a justa medida da tragédia da ignorância, da falta de leitura e das consequências que estas coisas provocam no imaginário brasileiro.

As poucas livrarias existentes, onde se vendem livros que apesar de não serem necessariamente caros, se comparados aos pa-

drões internacionais, estão de qualquer forma longe do alcance das bolsas da maioria dos brasileiros, estão concentradas nos bairros de maior poder aquisitivo das principais cidades, correspondendo a um imenso vazio na maioria dos municípios. Há cidades, portanto, onde Machado ainda nem assumiu a condição de "chato de galocha", simplesmente não é conhecido.

As bibliotecas, que deveriam preencher o vazio, são quase inexistentes. A falta de bibliotecas é o espelho do vácuo cultural de Norte a Sul, projetando negativamente a carência de livros, de ensino, de cultivo de um idioma que se cola ao nosso corpo como uma roupa maltrapilha. As bibliotecas existentes mal consomem 2% das tiragens, contra 10% ou 20% nos países desenvolvidos.

É o falar errado, capenga, tortuoso que se desprende de tudo isso, repercutindo, com algum ruído, mas sem nenhum conteúdo, idéias sedicidas em todos os campos, da ciência à política, do jornalismo à filosofia. A escola acabou sendo o estuário de toda esta imensa pobreza de conceitos que em última análise diz respeito à questão da identidade nacional. Oswald de Andrade resumiu com um trocadilho, *tupi or not tupi*, o dilema de ser ou não ser brasileiro, do ponto de vista cultural.

(Editorial do Jornal do Brasil, edição de 13 de novembro de 1989)

INDEPENDÊNCIA E COOPERAÇÃO MUNDIAL

Nada tem mudado tanto no conceito filosófico e político da atualidade quanto a idéia de independência e soberania dos povos, passando do seu sentido estrito para uma mais ampla concepção abrangente de valores espirituais e materiais que antes fechavam as portas à cooperação internacional, como imperativo da

sobrevivência e necessidade do intercâmbio comercial entre as nações.

O imperialismo gerado pelo poder dinástico da antiguidade, ou Roma e Alexandre Magno, como exemplos da história mais remota, e o imperialismo do século 19 nascido da industrialização tornaram-se, em ambas as formas, incomportáveis com a

evolução histórica operada neste nosso século.

Depois sobretudo das duas grandes guerras mundiais. Em lugar do domínio de uma superpotência, está se compondo um novo quadro em que predominaria a formação de blocos econômicos, em competição nos negócios, mas tendendo cada vez mais à cooperação igualitária, às trocas mutuamente vantajosas, à liberdade de comércio com a supressão das barreiras do protecionismo, impeditivas do desenvolvimento, ou coatoras dos mais pobres, num plano de injustiça do qual todos, ricos e pobres, procuram defender-se pela organização de blocos de afinidades de interesses e mútua compreensão de que separar é ir de encontro à história.

O Mercado Comum Europeu, a expansão antes ideológica e ora, depois da Perestroika de Mikhail Gorbachev, acionada por uma livre associação, o bloco americano-canadense e aqui deste nosso lado do hemisfério a tenaz política de colaboração econômica e política das repúblicas latino-americanas, de que o Brasil, impulsionado pela visão do presidente Sarney,

de que não há outra maneira de enfrentar as coalizões já criadas e em plena atividade, comprovam que o mundo marcha para um sistema de unificação que se revela e se impõe em outros campos, como a luta contra o narcotráfico, e tantas outras formações mafiosas, ou para a defesa da saúde como no caso da tímida AIDS, ou da ecologia, universalmente considerada como um direito e um dever a que todos se acham submetidos.

Ao celebrar hoje a data da nossa Independência política, vêm a talho essas considerações.

Não se pensa em suprimir direitos soberanos e sim em conciliá-los, pelo bem comum. Haverá sempre uma ponte de comunicabilidade, um motivo de associação, um laço de cultura, de crença religiosa, uma afinidade eletiva a cultivar.

A Humanidade é uma só e como tal cumpre-lhe viver em paz garantida pela liberdade.

Relembre-se aqui aquela visão, nada utópica, do Padre Teilhard de Chardin em sua Missa sobre o Mundo, com esta prece: "Senhor, fazei que sejamos um".

(Editorial do Jornal do Comércio, edição de 7/8 de setembro de 1989)

INTROMISSÃO NA AMAZÔNIA

Quando ingleses, franceses e espanhóis iniciaram a devastação da América do Norte deviam ter pensado que tudo era válido para dinamizar o comércio e aumentar o estoque de ouro e pedras preciosas nos cofres dos seus reis.

Outros países destruíram a África, e veja-se a miséria hoje em Moçambique ou na Etiópia.

Muitas ferrovias construídas no Brasil eram estrangeiras, e ainda hoje as grandes fábricas de poluição são multinacionais.

O Brasil lamenta as bombas atiradas sobre o Japão, a fortuna pulverizada por

URSS, EUA, França e outros países do Clube Atômico, mas nunca mandamos cantores com índios americanos combater a poluição.

Temos uma poderosa arma para redução da poluição dos automóveis, mas até hoje não exportamos gasolina com 25% de álcool, nem mesmo para os EUA, que são nossos maiores compradores de gasolina excedente, porque alguns imbecis aqui ainda não proibiram a montagem de motores diesel em camionetas, caminhões leves e ônibus urbanos.

Aqui também há divergências ridícu-

las como a discussão sobre se é a Embrapa ou o IBGE que devem planejar a ocupação da Amazônia. Ora, é lógico que esta é uma missão da Embrapa, a empresa estatal que mais fez até hoje pelo desenvolvimento da agropecuária nacional.

Mas falar, agitar o problema é sempre útil. Ainda agora o maior problema da Amazônia — a terra dos índios — recebeu uma ajuda com o Ministro Rubens Bayma Denys mandando liberar a verba de NCz\$ 150 mil para a tribo txucarramãe afastar-se das margens do Xingu próximas dos brancos. O Governo já delimitou 28 milhões de hectares este ano para índios. E nos EUA?

Herbert Levy, da *Gazeta Mercantil*, em 7 de julho, traduziu um artigo de eminente cientista americano, Timothy Egan, em que ele analisa a atual devastação florestal nos EUA: "As mais antigas e mais altas árvores do Mundo, nas florestas naturais que se estendem do Norte da Califórnia e vão até o Sul do Alasca, em terras públicas, estão sendo abatidas em proporções sem precedentes. O corte estimulado por profundas mudanças na indústria madeireira ameaça os últimos remanescentes de árvores antigas nos EUA, bem como os animais e pássaros que vivem nessas florestas des de tempos imemoriais..."

E como criticar a estrada que dará ao Brasil um porto no Pacífico, do Acre a Pucalipa no Peru? Parece que depois da posse do Sr. Sarney todos querem planejar a vida do Brasil.

As contradições são gritantes. Agora o jornal londrino *The Sunday Time* revelou que no nº 10 de Downing Street a Primeira-Ministra Margaret Thatcher está usando mogno brasileiro nas obras. E os ingleses são tão contrários à exploração da Amazônia!

Mas agora talvez deixem o Brasil cuidar de seu futuro em paz, porque o maior oceanógrafo do Mundo, Jacques Yves Cousteau, declarou em ótima reportagem

da *Manchete* de 15 de julho: "O pulmão do Mundo não é a Amazônia, mas o plâncton dos oceanos."

Num momento em que todos os ecologistas investem pesado contra a destruição da Floresta Amazônica, Cousteau assume a contramão deste processo de culpa do Brasil com a autoridade de quem conhece de perto o problema (numa de suas visitas à Amazônia ele foi ameaçado de morte; recebeu, através de um amigo assustado, o recado de que não sairia dali com vida caso insistisse em voltar). No último dia 27, em Bruxelas, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Flamenga, o veterano ecologista negou que a Amazônia seja o pulmão do Mundo. Segundo ele, as maiores ameaças ao ecossistema terrestre são a diminuição da camada de ozônio, o aumento da temperatura ambiental e o excesso de gás carbônico na atmosfera. Para o comandante, a Amazônia deve ser preservada por outros motivos: a diversidade de sua flora e fauna tem entre cinco e seis milhões de espécimes que jamais foram classificados. O novo imortal francês é categórico: "Deve-se preservar a floresta de dentro", diz ele, lembrando que a preservação da Amazônia deve ser feita com uma estratégia precisa, evitando-se a importação e imposição de métodos e culturas alheias às tradições indígenas. Além de reduzir a importância das queimadas na Amazônia, o ecologista alerta para os perigos do buraco de ozônio e pede uma campanha em defesa da Antártida, para conter assim o aumento da temperatura terrestre.

No domingo passado, uma jornalista do Banco Mundial disse que o Proálcool deve ser desativado porque a Petrobrás pode importar petróleo a US\$ 8,25 o barril. Eu acho que tanto a Petrobrás como o Presidente Bush não sabem disso porque nem o petróleo explorado por ela custa tão baixo, nem o Presidente Bush estaria recomendando a produção de veículos a álcool.

(Artigo publicado no jornal *O Globo*, edição de 23 de julho de 1989. Assina-o o jornalista José Resende Peres)

OCUPAÇÃO DO SOLO, UM PROCESSO PREDATÓRIO

A estrutura fundiária do Brasil começa a se definir a partir das formas de ocupação do território. As áreas de colonização têm uma distribuição de terras mais equilibrada. É grande o número de proprietários de estabelecimentos rurais. Nas outras áreas predomina expressiva concentração de terras em poucas mãos.

No século XVI a ocupação se dá basicamente no litoral, voltada para atividades agrárias e de extração de madeira que era enviada ao exterior. A partir do século XVII, a ocupação começa a se interiorizar com o plantio de cana na Zona da Mata e a criação de gado, avançando pelo sertão nordestino. No Sudeste, a expansão da cana e do gado em São Paulo e as riquezas minerais em Goiás e Minas Gerais puxam as fronteiras para o interior.

Começa neste período a extração vegetal na Região Amazônica, através dos principais rios. No século XVIII se accentua o deslocamento para o interior, levado pela atividade extractiva mineral (ouro), principalmente na Região Sudeste. Surgem os núcleos urbanos isolados nas áreas de localização das jazidas. Quando há o esgotamento das minas, as povoações se dispersam e ganha força a criação de gado em Goiás, oeste de Minas Gerais e São Paulo.

No século XIX, a ocupação toma novas formas, acompanhando as lavouras de café no vale do Paraíba, serra da Mantiqueira e serra do Mar em direção a São Paulo. Ao mesmo tempo, consolida-se no Sul a colonização europeia. Alemães e poloneses abrem frentes em Santa Catarina, encontrando-se com a frente colonizadora que já subia do Rio Grande do Sul. No Espírito Santo, em Goiás e em Mato Grosso do Sul a tarefa é conduzida, principalmente, por portugueses e italianos.

Já no século XX, a década de 40 se

destaca com o objetivo de levar o povoamento para o Oeste o que culmina com a transferência, em 1960, da capital federal para o Planalto Central. Brasília se torna, então, polo atrativo e difusor de rodovias. Até a década de 40, o Sudeste concentrava 44% da população; o Nordeste, 35%; o Sul, 13,9%; e o Norte e Centro-Oeste, 6,5%.

Na década de 50, o crescimento populacional mostra o avanço ainda intenso da ocupação no Paraná, Nordeste e Centro-Oeste.

A década de 70 é marcada por forte crescimento populacional na Região Norte (63%). A maior frente de expansão se verifica em Rondônia, com um crescimento de 343%.

A migração interna no Brasil se accentua nas duas últimas décadas, vinculadas, principalmente, à formação do mercado nacional de trabalho. Direciona-se para o sul, formando áreas de grande concentração urbana. No censo de 1980, São Paulo tinha 56% de sua população composta por migrantes, e o Rio de Janeiro, 42%; Rondônia, 68%; e o norte de Mato Grosso, 72%. Contribuem para os movimentos migratórios a modernização da agricultura, que dispensa mão-de-obra, e a estagnação econômica do Nordeste e áreas do Sudeste.

As únicas características permanentes no intenso fluxo migratório brasileiro são a ausência de infra-estrutura que acompanhe o processo de crescimento e modernização da sociedade, a falta de planejamento para que o progresso sirva como elemento distribuidor (e não concentrador) de riquezas e a despreocupação absoluta com os aspectos predatórios da natureza. A oitava economia do mundo parece ser a última, em termos de qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

COM A RESPOSTA DE FLORIANO

Mortificam-se os brasileiros com a idéia de que o nosso país está sendo mal visto e caluniado, por mil pretextos e não menor número de invenciones, com prioridade para a sensibilidade ecológica do resto do mundo. Já agora está sendo contestada por cientistas especializados no assunto a estória de que as florestas amazônicas são o pulmão do mundo, por ele respira a humanidade dos mais distantes países, e se continuarmos a desmatar a região nos mais de cinco milhões de quilômetros quadrados que nos pertencem no Grande Vale haverá uma hecatombe universal pior do que o dilúvio, quando Noé e sua família por nínia bondade de Deus ainda conseguiram salvar-se na Arca, enquanto que faltando o oxigênio gerado na Amazônia, nada escapará, nenhum ser vivo, fauna e flora condenados ao perpétuo e irreversível desaparecimento. Assim falam os ecologistas, formados em partidos políticos, pompeando, doutorais, nas folhas da imprensa, nas exibições televisinadas, nas ondas de Hertz, como nunca antes se viu, como se de repente não houvesse outro assunto, numa incrível concentração de fogo, de que o Brasil, pobres de nós, é o alvo preferido.

Um japonês, vindo do outro lado da Terra, Shigenoli Miyamoto, em artigo pu-

blicado no primeiro número da revista "Nossa América", estuda o assunto de maneira minuciosa e sensata. "Um planejamento democrático para a Amazônia não exclui a cooperação internacional, desde que respeitada a autonomia da região." Parte o comentário nipônico da reação, com certo tom indignado, do presidente José Sarney, em defesa da soberania brasileira, e o jornalista pergunta se é lícito ou aceitável a ingerência estranha em seus assuntos internos. É claro que não. Pois soberania não se aliena nem compartilha, garantiada a sua indivisibilidade.

Cooperação, sem pensamento oculto, houve sempre e jamais o Brasil recusou passe livre aos viajantes, homens de ciência, cujos serviços reconhecemos sempre com acatamento e gratidão. Tutela alienígena, imposta com arrogância, em tom de ameaça, acaba sendo repelida com a famosa resposta de Floriano Peixoto, quando lhe foi perguntado por um diplomata como receberia a descida de tropas em território brasileiro para garantir a vida e bens dos súditos ou cidadãos durante a revolta da Esquadra: "À bala". Palavra que ficou na história como um impulso do pendor com que saberemos defender sempre a soberania do país. Experiência trágica para o atrevimento de quem tentasse fazê-la.

(Artigo publicado no Jornal do Comércio de 25 de julho de 1989. Assina-o Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras)

O FUNDADOR DA REPÚBLICA

Há cem anos o povo brasileiro espera pelo prometido Panteão Nacional, que guardaria os despojos de Benjamim Constant Botelho de Magalhães e

que seria erigido na Praça da República, no mesmo sítio onde Deodoro deu o grito de Viva a República, em 1889.

A Pátria amada esqueceu o velho pro-

fessor de Matemática, embora tenha entrado para a História como o Fundador da República Brasileira.

O monumento, na verdade, é este Mausoléu onde repousam os despojos do grande brasileiro, que, dentro de uma invulgar modéstia, educou uma geração de militares na Escola Positivista do filósofo francês Augusto Comte, que exerceu poderosa influência no início do regime republicano.

Com a morte da inspiradora de Comte, Clotilde de Vaux, em 1845, Comte imprimiu novos rumos ao positivismo, pregando-o como a religião da Humanidade.

Homem pobre, sempre injustiçado, enfrentou poderosos, viveu entre livros e o carinho da jovem oficialidade do Exército, do qual era líder incontestável.

Seu mundo era a família, a luta contra a escravatura e a instalação da República, exercendo o magistério como um verdadeiro sacerdócio.

Na guerra do Paraguai juntou-se ao Primeiro Corpo do Exército em operações, construindo pontes, estradas e trincheiras, abrindo caminho para o Exército de Caxias, bastando citar a sua participação nas Batalhas de Tuiuti, Corrientes e Itabiro, onde cuidou dos depósitos bélicos e contraiu grave moléstia, sendo obrigado a abandonar a luta.

Enquanto o Brasil esqueceu o Panteão de Benjamim Constant, proposto pelo próprio Governo Provisório do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, do qual fez parte como Ministro da Guerra, o Paraguai homenageou a memória do ilustre brasileiro, dando seu nome a uma das principais ruas de Assunção.

Ao fechar os olhos, em 22 de janeiro de 1891, viu que o Brasil consolidara a República, porém sua religião da Humanidade era destroçada num choque de idéias.

Homens como Benjamim Constant não precisam de Panteão, nem de Medalhas Comemorativas, pois vivem no coração dos brasileiros, no Altar da Pátria.

Lembro um pensamento de Siqueira Campos, um dos heróis dos 18 do Forte:

“À Pátria tudo se deve dar e nada pedir.”

Benjamim Constant deu tudo à Pátria, nada pediu e só recebeu injustiças clamorosas, preterido várias vezes em concurso de matemática.

Mas a Pátria é eternamente agradecida e, diante do seu modesto Mausoléu no Cemitério São João Batista, reverencia, neste momento, a memória do Fundador da República Brasileira.

Inconfundível Brasileiro Benjamim Constant, aqui estão crianças, o futuro do Brasil, que dirão: “Benjamim Constant! Presente!”

(Artigo publicado no Jornal do Comércio de 18 de outubro de 1989. Assina-o Dahas Zarur, advogado membro do IAB e escritor).

LIÇÕES PARA O FUTURO

“No período de 1960 a 1980, enquanto caía a porção da renda ganha pelos mais pobres, aumentava a fração recebida pelos mais ricos.”

Adécada dos oitenta no Brasil, e de resto na América Latina em geral, está sendo chamada de “década perdida”, já que não se avançou nada em ter-

mos de resolução de vários problemas estruturais do país, entre os quais estão as dívidas externa, interna e, especialmente, a social. Ademais, se considerarmos o PIB per-

capita como indicador de qualidade de vida, iremos constatar que, no Brasil, estamos exatamente nos mesmos níveis do ano de 1980.

O propósito deste breve artigo é refletir sobre alguns resultados obtidos no passado, em termos de crescimento econômico e combate à pobreza, na expectativa de que tenhamos algumas respostas sobre o que será preciso fazer no futuro para evitar a repetição do presente.

No período 1960-1980 o Brasil logrou um extraordinário crescimento econômico, registrando, só na década de setenta, um incremento da renda real *per capita* em torno de 80%. Quais foram, entretanto, as consequências de tão notável façanha?

Do ponto de vista da distribuição relativa dos frutos desse crescimento, o resultado foi o pior possível, visto que uma pequena parcela da população apropriou a maior parte da renda gerada no período, em detrimento da grande maioria da sociedade. Daí ter-se rotulado de "excludente e concentrador" o modelo que deu sustentáculo à ocorrência dessa disparidade. As duas primeiras linhas do quadro ilustram bem o que aconteceu de 1960 a 1980: enquanto caía a porção da renda ganha pelos mais pobres, aumentava a fração recebida pelos mais ricos.

De outra parte, se olharmos o processo pelo ângulo da pobreza absoluta, vamos constatar que houve, nesse mesmo lapso de tempo, um expressivo declínio na incidência da pobreza (terceira linha do quadro), tendo a porcentagem de pessoas pobres, aquelas cuja renda não alcançava 0,8847 salários mínimos mensais, caído de 41,4% para 24,4%, o que corresponde a um decréscimo de 41% (resultado quase que totalmente devido à década de setenta). Observe-se, ainda, pelos dados da última linha do quadro, que a renda real média dos pobres cresceu em cerca de 20% no período sob análise.

Ao adentrarmos a década de oitenta, década do não-crescimento, os resultados são frustrantes em todos os aspectos. Continuou aumentando o fosso relativo entre

ricos e pobres, e nem mesmo o sopro redistributivo do Plano Cruzado teve a alguma consequência ponderável. A pobreza absoluta, por sua vez, aumenta tremendamente no ciclo recessivo, a ponto de atingir, em 1983, o pior resultado de todo o período histórico do quadro. Esse indicador chega a decrescer no Plano Cruzado, mas não tanto que consiga retornar aos números do início da década e, de novo, retoma a trajetória ascendente em 1987, com um índice um pouco melhor do que tínhamos nos anos setenta. Por seu turno, a renda dos pobres decresce com a recessão e atinge seu pico mais alto no Plano Cruzado, porém, já em 1987, registra o menor valor de toda a série mostrada no quadro.

Em resumo, os períodos de crescimento econômico (décadas de sessenta e setenta) diminuem a pobreza absoluta e aumentam a renda real dos pobres, muito embora possam piorar as disparidades de renda entre as camadas pobres e ricas. Períodos de não-crescimento econômico (década de oitenta) aumentam a pobreza absoluta e diminuem a renda real dos pobres e, ainda, pioram o quadro relativo de distribuição de renda.

Conclusão óbvia: o crescimento econômico, não obstante excludente e concentrador, é, além de indispensável, melhor do que não-crescimento, em termos de combate à pobreza. Mas por que o crescimento tem que ser necessariamente excludente e concentrador? Não está aí o exemplo dos "Tigres asiáticos" a mostrar que é perfeitamente possível compatibilizar crescimento com distribuição?

O que se precisa, na realidade, é considerar o crescimento econômico não como um objetivo em si mesmo mas como variável instrumental, que possa impactar sobre o alvo central, que é reduzir a pobreza e melhorar o espectro distributivo de renda. Quer dizer, é incluir o crescimento econômico em uma estratégica global de desenvolvimento com justiça social. Mas para isso temos que, inicialmente, superar a atual crise conjuntural, o que deve ser feito com

medidas duras, e estabelecer um consenso básico da sociedade em torno desse que de-

veria ser o grande projeto nacional de médio e longo prazo.

Evolução da distribuição de renda e da pobreza no Brasil (Anos selecionados)

| Conceito | 1960 | 1970 | 1980 | 1983 | 1986 | 1987 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| % da renda apropriada pelos 40% mais pobres | 12,2 | 10,4 | 9,2 | 8,1 | 9,0 | 8,2 |
| % da renda apropriada pelos 10% mais ricos | 37,4 | 44,7 | 46,7 | 46,2 | 47,3 | 48,5 |
| % das pessoas abaixo da linha de pobreza | 41,4 | 39,3 | 24,4 | 41,9 | 28,4 | 35,9 |
| Renda real média mensal dos pobres (em sal.mín.) | 0,514 | 0,521 | 0,613 | 0,522 | 0,640 | 0,509 |

Fonte: Censos Demográficos e PNADs para os dados originais (pessoas de 10 anos ou mais, com rendimentos positivos). A linha de pobreza foi fixada em 0,8847 salários mínimos reais mensais de setembro de 1986, e a renda média dos pobres foi calculada a preços de 1986, usando o IGP-FGV

(Artigo publicado no Jornal do Brasil de 24 de julho de 1989. Assina-o Mauricio Costa Romão, doutor em Economia pela Universidade de Illinois (EUA) e professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco)



INFORMAÇÕES

CENTENÁRIO DO GENERAL GÓES MONTEIRO (1889-1956)

Cláudio Moreira Bento

Coronel Diretor do Arquivo Histórico do Exército

O dia 12 de dezembro de 1989 marcou o centenário de nascimento do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ocorrido 27 dias após a Proclamação da República, cuja primeira fase, a República Velha, coube-lhe expressivamente encerrar como chefe militar da Revolução de 1930.

Entre 1930 e 1952, Góes Monteiro foi um assinalado político e militar, de grande projeção no Brasil e nas Américas. No Exército, sua obra consistiu em consolidar e valorizar, na Sociedade Brasileira, o profissionalismo ou espírito militar verdadeiro — sonho pelo qual se haviam batido seus co-estaduanos e soldados destacados, Marechais Deodoro e Floriano, de 1881 a 1894, durante a Questão Militar, a Proclamação e a Consolidação da República, e o seu primeiro comandante, o Marechal Hermes, sem obterem os resultados sonhados.

Esta obra Góes a empreendeu com determinação, depois de concluir, da análise do processo histórico brasileiro de 1831 a 1930, “um repúdio, no Brasil, pelo espírito militar, na forma de antimilitarismo; o predominio, até então, no Exército, de um

espírito miliciano ou pretoriano, e não o verdadeiro soldado ou do profissional militar; a negação, aos militares, do acesso à cidadania, e o pacifismo brasileiro. E, tudo isso, alheio à tendência das nações poderosas de absorver ou exercer o imperialismo sobre as nações mais fracas, como demonstrou a Segunda Guerra Mundial. Assim, ele batalhou dentro de um quadro nacional e internacional conturbado, para que não fosse feita política no Exército mas, sim, a política do Exército. Esta se traduziria pela preparação do Exército para a eventualidade de uma Guerra, atividade que envolveria e interessaria todas as manifestações da vida nacional nos campos material e moral”.

Complementarmente a esta ação nacional, foi ele o elemento-chave para a aproximação militar Brasil-Estados Unidos, mantendo contato estreito, naquele país, com o General Marshall e o Presidente Roosevelt, do qual resultou a participação militar vitoriosa do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em defesa da Democracia e da Liberdade mundiais e, por via de consequência, a modernização do Exérci-

to e a consolidação de um profissionalismo que até hoje se sustenta, e que acaba de ser consagrada na Constituição Brasileira. E mais do que isto, a erradicação do espírito pretoriano que dominara, segundo ele próprio, o Exército de 1831 a 1930, em função de uma egoísta e preconceituosa Política de Erradicação do Exército, praticada por grupos nacionais dominantes, conforme demonstrou Edmundo Campos Coelho, na obra *"Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira"* (Rio Forense, 1976) e, em data recente, Américo Jacobina Lacombe, no artigo "A Questão Militar e a República" na *Revista do Exército Brasileiro* (nº 04, Out/Dez 1989). São trabalhos que devem ser lidos e meditados por todos os oficiais do Exército com responsabilidade na construção de um futuro à altura do destino de grandeza do Brasil.

Entre as inúmeras e notáveis projeções da obra do General Góes Monteiro, esta foi a sua grande realização no Exército a justificar que, hoje e sempre, ela seja lembrada e estudada por seus integrantes. Góes Monteiro é um dos quinhoeiros da grandeza atual do Exército, que ele ajudou a edificar de 1930 a 1943, com sua inteligência rara a serviço de um grande soldado, chefe e pensador militar brasileiro secundo que ele foi. Ele foi também um grande patriota que, em seu tempo, fez o máximo para assegurar ao Brasil o melhor grau de segurança interna e externa. Contribuiu para a Democracia Brasileira, ao liderar, como Ministro da Guerra, a democratização do Brasil em 1945, após fazê-la hibernar durante o Estado Novo (1937-45), segundo ele, para protegê-la e ao Brasil, do fogo cruzado interno decorrente da radicalização entre esquerdistas da ALM e direitistas da AIB, e externo, decorrente da guerra mundial entre os Aliados e o Eixo.

Góes Monteiro ingressou no Exército, aos 14 anos, na Escola de Aplicação do Realengo, sob o comando de Hermes da Fonseca. Após, estudou na Escola de Guerra em Porto Alegre (1906-10). Ali freqüentou o bloco acadêmico castilhista da Facul-

dade de Direito, onde colaborou com assuntos militares no Jornal *O Debate*, fundado por Getúlio Vargas. Aspirante de Cavalaria, foi servir na construção da Ferrovia Cruz Alta-Santo Angelo, a cargo do atual primeiro Batalhão Ferroviário, então comandado por Setembrino de Carvalho. De 1917 a 1918, cursou Engenharia Militar e estudou a Doutrina Militar Alemã, trazida pelos Jovens Turcos de *A Defesa Nacional*. Em 1921, cursou a EsAO e, em 1922, a ECEME, sob a orientação da Missão Militar Francesa, que o conceituou "Muito Bem". Na Revolução de 1924/26, atuou como oficial e chefe de Estado-Maior no combate aos revoltosos, em São Paulo, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso. Já era estudos da obra de Napoleão e revelava especial inclinação para os campos de Doutrina Militar-Organização e Emprego Operacional. De 1927 a 1930, chefiou o Gabinete da Diretoria de Aviação Militar.

Em janeiro de 1930, é Tenente-Coronel comandante do 3º Regimento de Cavalaria, em São Luiz Gonzaga, onde foi convidado e aceitou liderar, como Chefe do Estado-Maior do chefe Supremo, Getúlio Vargas, a Revolução de 1930.

Vitorioso o movimento, fundou e presidiu o "Clube 3 de Outubro", com vistas a impedir a divisão das forças armadas e políticas, congregar civis e militares em defesa da Revolução, e preservar a disciplina nos quartéis, ao deslocar o debate político para âmbito do Clube.

Em maio de 1931, conquistou o generalato, aos 42 anos de idade. Comandou as 2ª e 1ª Regiões Militares. A última no combate vitorioso da Revolução de 1932, de São Paulo. De 11 de janeiro de 1934 a 07 de março de 1935, exerceu o cargo de Ministro da Guerra.

Em 1936, assumiu as funções de Inspector das Regiões Militares do Norte, ano em que, por sua indicação, assumiu o Ministério da Guerra o General Eurico Gaspar Dutra. Em 1937, foi eleito Presidente do Clube Militar e, em julho do mesmo ano, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército, a cuja frente permaneceria por 6 anos,

quando liderou, no campo militar, a aproximação Brasil-Estados Unidos e a entrada do Brasil na Guerra, e coadiuvou o Ministro Dutra em sua marcante administração do Exército.

Em 1944, Góes Monteiro embarcou para Montevideu como embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê de Emergência da Defesa Política da América.

Em 9 de agosto de 1945, assumiu o Ministério da Guerra pela 2^a vez, quando liderou a redemocratização do Brasil, com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo. Em 1947, foi eleito senador por Alagoas, mas o seu estado de saúde restringiu em muito sua atuação. Não conseguiu reeleger-se em 1950. Getúlio Vargas, retornando ao Governo pelo voto popular, nomeou Góes Monteiro chefe do EMFA. Em 1952, ele foi nomeado Ministro do STM, função que exerceu até falecer, em 26 de outubro de 1956, aos 67 anos de idade.

Góes Monteiro casou-se com uma gaúcha, Conceição Saint Pastous, de Alegrete (RS).

Seu filho Pedro Aureliano, cadete de Aviação do Exército, pereceu em desastre aviário no Campo dos Afonsos, em 2 de outubro de 1932, e sua filha, Maria de Lourdes, é esposa do Comandante Euclides Quandt de Oliveira, ex-Ministro de Comunicações, entre 1974 e 1978.

Góes Monteiro, personalidade opulenta, complexa e, por vezes, enigmática, tem sido o líder militar brasileiro contemporâneo mais estudado por cientistas políticos nacionais e estrangeiros.

Foi estudado pelo canadense Peter Seaborn Smith, na obra "Góes Monteiro and the role of the army in Brasil (1980)." Suas memórias, ditadas a Lourival Coutinho, foram publicadas, em 1956, sob o título o "General Góes Depõe".

Escreveu, além de vários artigos em periódicos militares e civis, a obra "A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército". Seu pensamento militar específico é relevante e atual para os militares brasileiros.

Plínio de Abreu Ramos e Marcos Penchel o focalizaram com muita clareza, no Dicionário Histórico Biográfico da F.G.V. (pp.2246-2259).

O Arquivo Histórico do Exército, criado em 1934, na administração do Ministro da Guerra Góes Monteiro, com a finalidade de preservar e desenvolver a História Científica do Exército, como instrumento orientador da construção segura de seu futuro, reuniu expressivo material relativo à vida e obra de seu criador, principalmente como Chefe do Estado-Maior do Exército (1937-43) e Ministro da Guerra (1934-35 e 1945).

(Abertura dos trabalhos comemorativos do Centenário do General Pedro Aurelio Góes Monteiro, no Arquivo Histórico do Exército, em 14 Dez 1985)

EMBRAER CONCLUI O 50º CONJUNTO DE ASA DO AMX

C umprindo o cronograma de produção conjunta previsto pelo consórcio binacional entre a Embraer e as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi, para o caça tático AMX, a empresa brasileira acaba de concluir a fabricação do 50º

conjunto de asas para o programa.

As asas, juntamente com as entradas de ar, kits elétricos, trens de pouso principais, pilones, estabilizadores horizontais, tanques de combustível internos e externos, constituem os 30% de participação brasi-

leira no programa AMX. Está prevista a fabricação de 187 jatos para a Aeronáutica Militar Italiana e 79 para a Força Aérea Brasileira. As peças feitas na Embraer são enviadas para a Itália e, juntadas às peças fabricadas pelas empresas italianas, permitem a montagem final dos aviões na configuração exigida pela parceria italiana. O processo é similar na Embraer: as peças enviadas pelas empresas italianas são juntadas áquelas fabricadas na Embraer para a

montagem final dos aparelhos destinados à Força Aérea Brasileira.

O primeiro aparelho de série montado na Embraer será entregue à FAB em cerimônia marcada para o dia 17 de outubro.

Maiores informações, contatar:

ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA

MTPS 19884

Tel.: (0123) 21-6310

Telex: 1233589 EBAE BR

EMBRAER DESENVOLVE TREM DE POUSO DE ALTA TECNOLOGIA NO CBA-123

Através de sua subsidiária EDE (Embraer Divisão Equipamentos), a Embraer acaba de concluir o mock-up — ou modelo de engenharia — do sistema dos trens de pouso principal e auxiliar da sua nova aeronave CBA-123, desenvolvida através de um consórcio binacional do qual participa a empresa argentina FAMA (Fábrica Argentina de Materiales Aeroespaciales).

O trem de pouso foi desenvolvido em parceria com a empresa ERAM, francesa. A EDE foi responsável pela execução e detalhamento do sistema, um envolvimento que, em atividades de engenharia de aviação civil, é feito pela primeira vez no país.

SIMULAÇÃO

O mock-up do trem de pouso do CBA-123 é de classe 3, o que significa que pode simular todos os movimentos que o trem de pouso real irá fazer. As tolerâncias são absolutamente compatíveis com o pro-

duto, e por isso o mock-up do trem de pouso é totalmente metálico, muito equivalente ao real, contribuindo para avaliar as dificuldades e soluções na definição do traçado das tubulações hidráulicas dos sistemas de freios e das tubulações elétricas de sinalização.

O trem de pouso do CBA-123 apresenta uma evolução significativa, que é o conceito de "fail-safe" estrutural e cinematográfico, que garante confiabilidade duplicada em caso de falha de um dos seus elementos. Projetado também sob os critérios de manutenção facilitada, torna-se possível a substituição de qualquer elemento sem trabalho maior de desmontagem. Em resumo: a substituição de uma peça pode ser feita sem retirar o trem de pouso do avião.

Maiores informações, contatar:

ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA

MTPS 19884

Tel.: (0123) 21-6310

Telex: 1233589 EBAE BR

EMBRAER TREINA O PRIMEIRO GRUPO QUE VAI OPERAR O AMX NA FAB

Durante um período de aproximadamente 30 dias, um grupo de oficiais aviadores e mecânicos da Força Aérea Brasileira esteve na Embraer para receber treinamento voltado para a operação do caça tático AMX, cuja primeira unidade será entregue no próximo dia 17 de outubro.

Os doze pilotos, com experiência bastante ampla em caças, receberam informações relacionadas à operação, voo e logística do AMX, além de instruções práticas de reconhecimento de sistemas e localização de equipamentos.

Para os mecânicos, foi montado um estágio prático, através da participação na preparação dos vôos dos dois protótipos do

avião que a Embraer testa e ensaiá, como parte do programa de desenvolvimento do AMX.

Esta primeira equipe foi chefiada pelo tenente-coronel Teomar Fonseca Quirico, e operará o AMX a partir da base aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. O AMX será conhecido, na FAB, pelo designativo A-1.

Para maiores informações, contatar:

ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA

MTPS 19884

Tel.: (0123) 21-6310

Telex: 1233589 EBAE BR

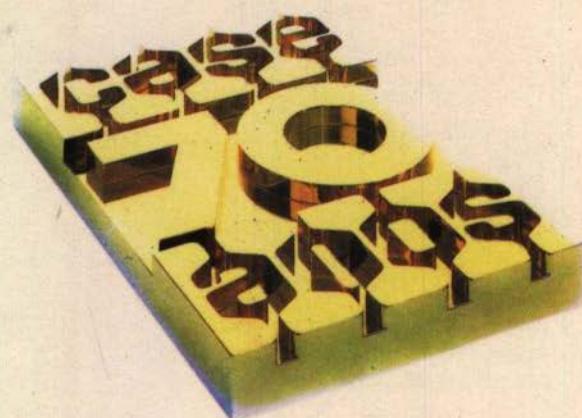
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Marquês de São Vicente
Praça D. Pedro II, 20 - 3.º andar
20.455 - Rio de Janeiro (RJ)



O Presidente
da República
dos Estados

nidos do Brasil.

z saber a quantos esta
rta virem que,
endendo ao que
quereu a sociedade
onyma J. I. Case
reshing Machine
ompany, com sede em
cine, Wisconsin, Estados
nidos da América,
devidamente
presentada, resolveu,
lo Decreto n° 13.779,
sta data, conceder-lhe
itorização para
ncionar na República
m os estatutos que
resentou e mediante as
ausulas que
orpanharam o referido
creto, ficando, porém,
nesma sociedade
rigada a cumprir as
malidades exigidas pela
islação em vigor. E, para
neza de tudo, mandou
ssar a presente Carta,
e vai assignada por elle
ellada com o selo das
nas Nacionaes. Rio
Janeiro, 1º de Outubro
1919, 98º da
ependencia e 31º
República.



case
B R A S I